



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 024

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI

2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER

3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielese - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 024

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 16

Dep. Luciana Rafagnin 18

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Dep. Antonio Belinati 20

Dep. Professor Lemos 21

Dep. Tadeu Veneri 22

Grande Expediente:

Dep. Edson Strapasson 23

Dep. Douglas Fabrício 25

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 27

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 30

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 31

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli 31

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação Em) 35

Redação Final 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 36

Discussão Única (Proposição) ... 37

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 41

Transcrições 41

DIÁRIO Nº 024

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

30 DE MARÇO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli

Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO N° 298/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Campina Grande do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o Município de Campina Grande do Sul possuir uma população aproximadamente de 45 mil habitantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e estar desprovido de uma unidade especializada para atender as necessidades da prevenção da saúde da mulher e o combate à mortalidade infantil.

Por essas razão consideramos o pleito legítimo e justo para o credenciamento do Município no Programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO N° 299/09

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação da Universidade Estadual da Capital do Estado do Paraná;

II - fica obrigada a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas da Universidade Estadual da Capital, para alunos da rede pública ensino do Estado do Paraná.

III - a estrutura orgânica da Universidade Estadual da Capital e respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo;

IV - estamos apresentando a presente indicação, que é uma antiga reivindicação da comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, propomos, também, a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas para alunos da rede pública ensino do Estado do Paraná, evitando que só os mais favorecidos financeiramente ocupem as cadeiras da universidade, como acontece na Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO N° 300/09

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação da Secretaria de Estado do Litoral;

II - A Secretaria de Estado do Litoral competirá à organização, desenvolvimento, infraestrutura, segurança, turismo e outros assuntos referentes ao Litoral paranaense;

III - a estrutura orgânica interna da Secretaria de Estado do Litoral e respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo;

IV - estamos apresentando a presente indicação, que é uma antiga reivindicação da comunidade do Litoral paranaense. Entendemos que uma Secretaria de Estado, instalada em um Município do Litoral, proporcionará melhores condições de organização, desenvolvimento, infraestrutura, segurança e turismo aos habitantes locais e aos veranistas.

Uma pesquisa recente realizada por órgãos televisivo mostra que 84% dos entrevistados consideram ruim a infraestrutura dos Municípios do Litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO N° 301/09

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, que seja prorrogada a isenção do ICMS e do IPI para a aquisição de veículos para taxistas, conforme especifica.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda para solicitar o que segue:

1 - Seja prorrogada, na forma da legislação estadual que regulamenta a cobrança do ICMS e a incidência do IPI, a isenção atualmente concedida aos taxistas, na aquisição de veículos para seu trabalho, que expirará ao final do presente ano, até o ano de 2014.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa prorrogar medida que já vem auxiliando os taxistas de todo o Paraná e, portanto, merece ser acolhida, vez que tal benefício reverte diretamente na qualidade da prestação deste serviço aos cidadãos paranaenses.

INDICAÇÃO N° 302/09

SÚMULA:

Sugere providências para assegurar redução da criminalidade em Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Maringá, conforme solicitação da Câmara Municipal de Maringá.

O pedido reivindica também melhorias nos equipamentos do 4º Batalhão de Polícia Militar, haja vista o aumento do índice de criminalidade no Município, situação que assusta os munícipes, razão pela qual os Nobres Vereadores a atenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO N° 303/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a criação do Cargo de Pregoeiro no Quadro Geral do Estado.

O Deputado que ora subscrive, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência Sra. Maria Marta R. W. Lunardon, a criação do Cargo de Pregoeiro no Quadro Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que as atividades desenvolvidas por um pregoeiro qualificado, tem

relevante importância nos processos licitatórios a serem desenvolvidos pelo Estado, merecendo portanto, constar referida função no Quadro Geral do Estado.

Cumprе salientar que esta importante função, a qual requer funcionários com o mínimo de conhecimento na Lei n° 8666/93, ora denominada Lei de Licitação, tem sido exercida por servidores do Quadro Geral e por profissionais comissionados.

A criação do cargo, bem como, uma efetiva organização do Plano de Cargo e Carreiras, conforme a qualificação técnica, para exercer função de Pregoeiro, é necessária, objetivando com isto, eliminar toda forma de injustiça salarial entre os servidores que a exercem, sendo certo, que aqueles que atuam como Pregoeiros e que fazem parte do Quadro Geral de Funcionários, atualmente recebem conforme o cargo especificado em "holerites", podendo sua receita ser menor que a dos Profissionais Comissionados que não se enquadram na qualificação de funcionários de carreira.

Por essa razão consideramos nosso pleito legítimo e justo para o desenvolvimento e reconhecimento profissionais dos servidores estaduais do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO N° 304/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a construção de um Centro da Juventude no Município de Santo Antônio da Platina.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, a construção de um Centro da Juventude no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um Centro da Juventude no Município de Santo Antônio da Platina terá substancial importância para a consecução das políticas que visam a inclusão social dos adolescentes no Município.

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 1197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenarinho desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 11 de maio do corrente, ano período das 8h30 às 12h00, sob o tema Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o consequente fortalecimento da Assistência Social como política de Seguridade Social e, portanto, como um direito do cidadão, e a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a discussão sobre a formulação e implementação de um sistema público descentralizado culminou na atual Política Nacional de Assistência Social, com a previsão da sua gestão por meio do SUAS, sistema que já conta com a sua própria Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, nº 130, de 15/07/05.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações sócio assistenciais. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação.

Frente ao exposto torna-se de fundamental importância a realização de Audiência Pública para o aprofundamento destas discussões no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenarinho desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 20 de maio do corrente, ano período das 8h30 às 12h00, sob o tema Acesso e Permanência das Pessoas com Deficiência no Serviço Público.

Inúmeras entidades representativas de pessoas com deficiência, no Estado do Paraná, vêm realizando debates a respeito da atualização da legislação que institui e disciplina a Política Estadual para a promoção e integração da pessoa com deficiência, quer na sua nova terminologia, quer no seu mérito. Dentre os aspectos a serem debatidos, destaca-se a avaliação do acesso e permanência das pessoas com deficiência no serviço público e a necessária

revisão da legislação, em especial as Leis nº 13456 de 11/01/02 e 15139 de 31/05/06.

A realização de Audiência Pública conforme o presente requerimento visa contribuir para o aprofundamento deste debate e obtenção de subsídios para o avanço na garantia de direitos destas pessoas.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 10 de julho de 2009 (sexta-feira) a partir das 8h e requer a reserva do Plenarinho da Assembleia para o dia 11 de julho (sábado) a partir das 8h. As reservas são para a realização da Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca promovida pela coordenação do escritório estadual da Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR.

A Conferência Estadual da SEAP/PR, com estimativa de público de 1 mil pessoas, será a etapa preparatória para a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

A solicitação também protocolada à Presidência desta Casa sob ofício 10/09/EEPR/SEAP/PR, assinado pelo Chefe do escritório Estadual da SEAP, José Wiginski.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Sr. Renato Eugenio Rebello Schaitza, ocorrido no último dia 23 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 70 anos de idade, faleceu no último dia 23 nesta Capital, o jornalista Sr. Renato Eugenio Rebello Schaitza. Deixou viúva a Sra. Dione Gomes Schaitza, deixou também três filhos, seis netos e uma bisneta.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares de Renato, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Schaitza, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do policial militar Otacílio Antunes Machado, ocorrido no último dia 24 em São José dos Pinhais.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 89 anos de idade, faleceu no último dia 24 em São José dos Pinhais, o policial militar Otacílio Antunes Machado. Deixou viúva a Sra. Maria Aparecida Ratto Machado, deixou ainda quatro filhos, sete netos e cinco bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar em tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares de Otacílio, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Antunes Machado, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alexandre Welte, ocorrido em 25 de março do corrente, neste Município.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Alexandre foi um jovem de 20 anos, que durante sua curta passagem em nosso meio conquistou centenas de amigos e nos deixou o exemplo de garra, coragem e perseverança. Deixa no coração de todos uma enorme saudade, mas deixa também muitas e alegres memórias que serão excelentes referências para a vida de todos os que com ele conviveram.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do Alexandre, endereçando a família Welte, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Matsuko Sasaya, do lar com 89 anos de idade, no último dia 26 de março, na Cidade de Curitiba. A Matsuko Sasaya, foi sepultada em Cidade de Rolândia. Era filha do Sr. Tomekiti Yokoyama e da Sra. Ishi Yokoyama.

Matsuko Sasaya, era viúva do Sr. Toshihiro Sasaya, e deixoa os filhos Koiti Sasaya, Hiroaki Sasaya, Hirokazu Sasaya e Fusae Sato. Deixa noras, genros, 12 netos e 9 bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Renato Schaitza, ocorrido no dia 23 de março, aos 70 anos.

Renato Schaitza, pertencia a uma família tradicional de Curitiba; jornalista de texto enxuto, inteligente, humorado, dirigiu o Show de Jornal na TV Iguazu.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eduviges dos Santos Donato, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Agacis Machado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Emerson Rodrigues Catarino, Bianca Ferreira Miranda, Tatiane Maria Rangel da Silva, Marcelo dos Santos Brigolla e Jéssica Ferreira Alves.

Todas essas pessoas são da mesma família e faleceram no dia 29/03/09 após se envolverem em um acidente de carro no Município de Cianorte.

Requer, outrossim, envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmeira pela comemoração, no próximo dia 07/04/09, de seus 190 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Everaldo Kuhn, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Palmeira, que estará completando 190 anos, está de parabéns, sente-se deveras reconhecida pelo esforço e inteligência dos seus administradores.

Procedessem assim todos os administradores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e funcionários, não andaria o povo tão discrente da ação de seus mandatários.

Fazer política, não é aproveitar-se dos cargos quer para lisonjear vaidades, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio.

Não só do pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Jamais a população do Município de Palmeira deixará passar despercebido o dia tão solene que irá marcar seus 190 anos.

Deve orgulhar-se, portanto, a sociedade em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Através desta proposição parabenizamos as autoridades constituídas do Município, bem como toda a população em geral pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos à nossa Diretoria do Jockey Club do Paraná (JCP), eleita dia 23 do corrente para o biênio 2009/2011.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Presidente reeleito Dr. Roberto Hasemann para que receba e transmita à todos companheiros da Diretoria, votos de feliz administração.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 23 do corrente foi eleita a nova Diretoria do Jockey Club do Paraná (JCP), que ficou assim constituída: Roberto Hasemann - Presidente; João Gross Filho - Vice-Presidente e Diretor Secretário; Cresus A. W. Camargo - Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Turfe; Paulo Rosenmann - Vice-Presidente e Diretor de Fomento; Sérgio Petrochinski - Vice-Presidente e Diretor Jurídico; Cresus C. Camargo - Vice-Presidente e Diretor Financeiro; Paulo I. Pelanda - Vice-Presidente e Diretor da Vila Hípica; Guilherme Ronconi - Vice-Presidente e Diretor de Comunicação Social e Marketing; Marco Tyrka - Vice-Presidente e Diretor Social; Dawson Guimarães - Vice-Presidente e Diretor do Hipódromo; Victor M. Neto - Vice-Presidente e Diretor da Sede.

Conselho Consultivo: Clemente Moletta, Dante Luiz Franceschi, Fábio H. C. Abicalaf, Fernando Paulino da Silva Wolff, Heitor AmatuZZi Júnior, Heron da Luz Trindade, Ivo Veloso Duarte, Joel B. Barros, José Cid Campelo Filho, Sérgio J. Buzato.

Conselho Fiscal: César E. de Oliveira Franco, Edison Mauad Fernando Oliveira Perna, Luis Kosop, Tereza Camargo.

Comissão de Turfe: Aloísio J. Breginski, Antonio Carlos Zeni, Arthur Almeida, Gervásio Fagundes, Henri-

que Oliva Neto, Osmar J. Muller, Pedro Michelotto Júnior, Rogério Hasemann.

O exercício da cidadania plena, integral, efetiva é o que justifica a existência do Jockey Club do Paraná.

Este é integrado pelos cidadão paranaenses. Nova Diretoria do Jockey Club do Paraná (JCP) coisa desse múnus do Club assumido com algo inerente ao exercício do trabalho incansável no empenho de satisfazer todos os seus associados, como arte de inspirar a ação de todos os senhores que compõem a nova diretoria.

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Jockey Club do Paraná (JCP) que saudar a nova diretoria capaz de encarar o futuro com aquela invencível confiança.

Senhores Diretores: Vamos ao trabalho.

Que Deus proteja e ilumine a todos, são desejos sinceros do Deputado.

REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Sr. Joaquim Romero Fontes, pelo lançamento do livro Seu Joaquim, um brasileiro de coragem, escrito pelo jornalista Rogério Recco, contando a história de vida do pioneiro maringense, acontecido no último dia 13 de março, data da comemoração dos 60 anos de residência em Maringá do Seu Joaquim.

Em 136 páginas, Rogério Recco conta a história de Joaquim Romero Fontes que chegou a Maringá, em 13/03/49, para trabalhar com café. Após sete anos trabalhando na Cidade convenceu a família a deixar o interior de São Paulo e investir no noroeste do Estado.

Durante esses 60 anos viveu na Cidade, onde este presente em fatos marcantes da história de Maringá e fez parte da comissão que foi ao Governador em 1951 pedir a emancipação do Município que naquela época pertencia a Mandaguari.

Foi Presidente da Sociedade Rural de Maringá em 1970 e voltou ao cargo em duas outras gestões em 2004 e 2008.

Fontes, teve papel fundamental na construção da Catedral de Maringá.

Seu Joaquim está hoje com 92 anos de idade e é Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Jornal do Povo de Maringá, pelos 17 anos de fundação.

Fundado em 31/03/91, o Jornal do Povo tem como seu Diretor Proprietário o jornalista Verdefrio Barbosa, que também mantém uma coluna diária no jornal, que por sinal é uma das mais lidas da cidade.

“Verde” como é carinhosamente tratado, mantém no jornal uma linha de independência e seriedade que caracterizam o trabalho da sua excelente equipe de jornalistas, redatores, editores, e demais funcionários do Jornal do Povo.

Cumprimentos merecidos ao Jornal do Povo pelos seus 17 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Sr. Ágide Meneghette, Presidente do Sistema FAEP, pela realização dos seminários que propõem mudanças na legislação ambiental no Estado do Paraná.

Preservar o meio ambiente é responsabilidade de toda a sociedade e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o SENAR-Paraná e os Sindicatos Rurais do Paraná, que formam o Sistema FAEP, estão promovendo seminários em várias regiões do Estado, buscando subsídios para orientar o agricultor sobre as mudanças que estão sendo propostas, tanto a nível estadual, quanto federal.

Contando com a participação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, tem feito debates importantes, inclusive contando com a presença do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Sr. José Carlos Penna Wageck, gerente de confiabilidade e produtividade da Fosfertil.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Para se consolidar como grande empresa, a Fosfertil percorreu um longo caminho. Essa história foi construída com alicerces firmados em muito esforço, estudos e competência de vários profissionais, em diversos períodos. As atividades da Fosfertil começaram em 1958, e desde esse ano, diversos fatos foram de fundamental importância para o desenvolvimento da empresa.

A Fosfertil é a maior fornecedora de matérias-primas para fertilizantes do país e empresa chave do agronegócio. É a melhor empresa no suprimento de

produtos às indústrias de fertilizantes e química e na prestação de serviços de logística, atuando de acordo com a legislação e princípios legais, também pelo comprometimento em fornecer produtos e serviços que agreguem valor competitivo aos clientes, interação com as comunidades onde atuam, e um relacionamento voltado para o desenvolvimento sócio-econômico recíproco e reconhecimento das pessoas como fator essencial para o sucesso da corporação.

Parabenizo pelo livro Caminhos Coloniais da Serra do Mar, em seu compromisso com o meio ambiente e com as regiões onde está inserida, pelo comprometimento com a utilização racional dos recursos naturais e interação responsável com o meio ambiente.

REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Nilton Luiz Carneiro de Mello.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nilton Luiz Carneiro de Mello, Presidente da Associação de Pacientes Renais do Paraná, que informa e transmite conhecimento sobre a doença renal e luta para reduzir o número de pessoas que todo ano engrossam as estatísticas, buscando a materialização de uma clínica de hemodiálise para o Município de Colombo, para facilitar o tratamento dos doentes desta cidade, suas ações são de vital importância para que os doentes sintam-se mais reconfortados diante do sofrimento a que são obrigados, é responsável também pelo Renal Informe, informativo que divulga tudo que diz respeito a esta doença, bem como os direitos e deveres dos associados perante a lei, preocupado em cobrar melhor atendimento e adequação das clínicas de hemodiálise nas Cidades da Região Metropolitana, conquistou respeito e admiração por seu empenho e dedicação junto aos portadores de nefropatia.

REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Clube Curitibano pelos 127 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Clube Curitibano pelos 127 anos de fundação, na pessoa de seu Presidente Sr. Heitor Dantas Filho, representante desta instituição que vem nestes anos estimulando e promovendo o conagraçamento e o relacionamento entre seus associados e entre estes e a comunidade, com atividades sociais, cívicas, culturais, esportivas, recreativas e de benemerência.

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos 25 anos da Oficina Nossa Senhora das Brotas da Associação de Caridade Santa Rita de Cássia.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos 25 anos da Oficina Nossa Senhora das Brotas da Associação de Caridade Santa Rita de Cássia, que é formado por senhoras católicas que dedicam parte do seu tempo na confecção de roupas e enxovais para famílias carentes, é uma Ordem de Santo Agostinho que presta assistência a cerca de 200 entidades carentes na Região Metropolitana de Curitiba, sempre dando apoio e auxílio de forma a supor as necessidades mais urgentes dos necessitados.

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos 104 anos de fundação do Rotary Club Internacional e 24 anos do Rotary Club de Curitiba Marumby.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos 104 anos de fundação do Rotary Club Internacional e 24 anos do Rotary Club de Curitiba Marumby, que realizam ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido por seus membros.

REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Delegado Federal Fernando Francischini.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Delegado Federal Fernando Francischini, Secretário Municipal Anti-Drogas de Curitiba, por sua atuação e de toda sua equipe, na área de saúde pública, prevenindo o uso e abuso de substâncias tóxicas lícitas e ilícitas.

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações ao São Luís Orione Cotelengo Paranaense - Pequeno Cotelengo

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao São Luís Orione Cotelengo Paranaense - Pequeno Cotelengo, que completa este ano, 44 anos de existência sempre acolhendo pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo melhoria em sua qualidade de vida, através de atendimento e orientação médico-psicológica, defesa de direitos e educação especial para crianças e adolescentes, suprimindo suas carências básicas, com atendimento especializado nas mais diversas áreas da saúde e do ensino, sempre administrado por religiosos da Congregação da Pequena Obra da Divina Providência, entidade que é referência no Estado do Paraná devido as características da clientela e o atendimento ser em regime de lares.

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O presente Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Luiz Fernando Delazari, afim de solicitar providências quanto ao elevado percentual da criminalidade na Região Metropolitana de Curitiba, bem como aumento do efetivo local.

Tal solicitação faz-se necessária face ao aumento de 17% da criminalidade em homicídios dolosos, 14,5% nos casos de lesões corporais, o que indica um significativo crescimento da criminalidade nos diversos níveis de classe social, colocando Colombo como o Município mais violento da Região Metropolitana de Curitiba.

Solicitamos providências junto a SESP, para que medidas emergenciais e efetivas sejam tomadas, procurando combater a criminalidade em sua raiz.

Para tanto, nossa sugestão é que sejam tomadas medidas tais como:

- implantação de um novo batalhão de polícia, capaz de atender de forma eficaz e eficiente todos os Municípios que compõem a RMC;

- reforço no efetivo local, vez que é inadmissível que 1 (um) policial possa atender quase 5 (cinco mil habitantes);

- desenvolvimento de um trabalho de inteligência, capaz de identificar onde estão os principais focos da criminalidade, combatendo esta, em sua raiz.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Tissot, informar e

especificar quais as rodovias estaduais, respectivos trechos (quilometragem) e ligações foram recuperadas pelo Governo do Estado nos últimos anos, totalizando mais de 8 mil quilômetros, segundo informação prestada pelo Exmo. Vice Governador, Sr. Orlando Pessuti, em reunião promovida pela AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) na última sexta-feira, dia 27 de março em Cascavel.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, FERNANDO SCANAVACA e ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis o texto Hay Gobierno, Soy a Favor, de autoria do Dr. Hélio Duque, publicado no jornal O Estado do Paraná, no dia 22 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo, de autoria do brilhante doutor em ciências econômicas, Hélio Duque, personalidade política de nosso Estado, traz uma visão muito interessante e que nos obriga a uma profunda reflexão política, merecendo integrar os Anais desta Casa de Leis, principalmente pela forma de abordagem da política e do Governo.

REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis os textos históricos publicados no jornal Gazeta do Povo, por ocasião do passamento do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva a preservação da memória histórica deste que foi uma das maiores personalidades paranaenses, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, jornalista e um paranista acima de tudo.

Quando o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho assumiu o comando da Gazeta do Povo, com o sócio Edmundo Lemanski, em 1962, encontrou um jornal mergulhado em dívidas. O Paraná, na época, não passava de um produtor de matérias-primas que não dispunha sequer de estradas asfaltadas para escoá-las.

Nesse quase meio século, as páginas da Gazeta não apenas testemunharam a transformação econômica do estado. Para economistas e lideranças empresariais, o

diário - que se tornou o maior do Paraná - também deu sua contribuição para esse desenvolvimento. Fez isso trazendo a público o talento, a perseverança e as reivindicações de empresários e trabalhadores paranaenses, e servindo de veículo para inúmeras campanhas deflagradas por Cunha Pereira.

Tais textos publicados no Jornal Gazeta do Povo, dão uma pequena idéia das obras e realizações do Dr. Francisco, pois não são apenas uma homenagem por ocasião de seu falecimento, mas sim um verdadeiro relato histórico da vida e do legado deste que é o filho mais ilustre do Paraná, que deve ser perpetuado para o registro das futuras gerações.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 109/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná que vendam à menores cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência química, sofrerão pelos órgãos de fiscalização do Poder Público as seguintes sanções.

I - advertência;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A comercialização ilegal de cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que causam dependência química e psíquica para adolescentes ainda é perceptível em bares, locais de entreterimento, casas de show, restaurantes, lojas que comercializam produtos como tinner, cola de sapateiro, e principalmente quando estes estabelecimentos ficam próximos a escolas de ensino fundamental e médio.

Há aqueles que não respeitam as normas legais proibitivas, absolutamente claras, contribuindo para que jovens tornem-se viciados e dependentes. Esta triste realidade ocorre com frequência nos diversos Municípios do Estado do Paraná. As irregularidades começam quando os estabelecimentos não colocam qualquer tipo de orientação por escrito para advertir sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas e cigarros para menores. Os balconistas nem querem saber se o jovem é menor ou não, com isto, vários jovens chegam em casa de madrugada alcoo-

lizados, muitas vezes aumentando significativamente o número de acidentes fatais no trânsito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro: é proibida a venda de bebidas alcoólicas e de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida à criança e ao adolescente. O artigo 243 tipifica como criminosa a conduta de quem vende, fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência. A fiscalização é feita sob denúncia, a sanção para este crime é de seis meses a dois anos de detenção, além de multa. Em outras palavras, é proibido vender bebidas alcoólicas e cigarros à criança e ao adolescente.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do referido do projeto de lei, que tem como objetivo principal a proteção as crianças e aos jovens no Estado do Paraná, em relação aos malefícios que causam as bebidas alcoólicas, o cigarro e outros produtos que causam dependência.

PROJETO DE LEI Nº 110/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório a realização no Estado do Paraná do exame de DNA para detecção da mutação R337H no gene TP53 em todos os recém-nascidos no estado.

§ 1º O referido exame será realizado gratuitamente pelo estado.

§ 2º A coleta de material necessário ao exame deverá ser disponibilizada em todos os Municípios do Paraná em maternidades ou unidades de saúde para facilitar o acesso de toda a população.

Art. 2º A obrigatoriedade de que trata o artigo anterior compreende as redes de saúde pública e privada.

Art. 3º As crianças com a mutação deverão ser acompanhadas por pediatras ou médicos dos Municípios que deverão providenciar acompanhamentos com exames clínicos, consistindo em ecografia abdominal para análise das glândulas supra-renais a cada seis meses e exames dos hormônios DHEA-S e cortisol em jejum a cada quatro meses.

Parágrafo Único. As consultas e exames de que trata o *caput* serão obrigatórios até completar quatro anos de idade e depois a cada 12 meses até completar 15 anos de idade.

Art. 4º O Estado do Paraná promoverá através da Secretaria Estadual de Saúde campanhas de esclarecimento à população a respeito da doença e da importância do referido exame para sua prevenção e tratamento.

Parágrafo Único. O Estado do Paraná disponibilizará informações sobre aconselhamento genético para os médicos indicados para as famílias com recém-nascido positivo para mutação, visando orientá-los na comunicação com os adultos com relação a transmissão de informações que o adulto deverá ter com outros médicos da família no caso de futuras consultas para prevenção de câncer esperadas para população adulta depois de 35 anos de idade (mama, ginecológico, próstata e outros tipos).

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O tumor de córtex adrenal (TCA) geralmente é maligno em crianças e tem péssimo prognóstico quando é grande, invade grandes vasos ou já apresenta metástases. O TCA é raro em outros países e Norte/Nordeste do Brasil, mas no Paraná (e provavelmente nos demais Estados do Sul do Brasil e São Paulo) a incidência é 15 vezes mais elevada. O diagnóstico geralmente é tardio e explica o fato de 50% das crianças do Paraná não sobreviverem com a melhor opção de tratamento (cirurgia associada com quimioterapia usando três drogas potentes) e mais um fármaco chamada mitotano. As estimativas apontam cerca de 10-15 novos casos por ano no Paraná acontecendo principalmente em crianças de zero a quatro anos. Este número é maior do que o número de casos para a doença chamada fenilcetonúria que causa retardo mental e é um dos testes obrigatórios no exame do pezinho. O fato mais alarmante é que o principal elemento na equação do TCA do Paraná é uma mutação sempre do mesmo tipo no gene que codifica a proteína que tem a função de proteger as células contra o câncer. Trata-se da mutação R337H no gene TP53. As últimas 15 publicações do Dr. Bonald C. Figueiredo (do Instituto Pelé Pequeno Príncipe e CEGEMPAC-UFPR) e segundo resultados inéditos ainda não publicados sobre o projeto que ele coordena desde janeiro de 2006 com financiamento da SETI sobre triagem neonatal (teste de DNA para pesquisa da mutação R337H no gene TP53 da gota de sangue do pezinho dos recém-nascidos), com mais de 150 mil testes já realizados no Estado do Paraná, a melhor solução é realizar o teste e fazer o diagnóstico precoce por meio do acompanhamento ambulatorial, cujo protocolo é relativamente simples de ser feito em qualquer município do Paraná. Apenas 4-5% dos recém-nascidos com esta mutação desenvolve o TCA e isto ocorre mais frequentemente antes de completar quatro anos de idade. Esta mutação é herdada de um dos pais que por sua vez herdaram dos avós e até o presente não foi encontrado uma criança com a mutação sem a mutação existir nos pais. O fato do TCA acontecer em pequeno número de crianças portadores da mutação é porque é preciso acontecer também outras

falhas em outros genes e mudanças metabólicas (mudanças de pH e temperatura) nas glândulas supra-renais entre o final da gestação e primeiros anos de vida. Os resultados da campanha de mapeamento da mutação está sendo avaliado juntamente com aspectos genéticos e ambientais em sistema de geoprocessamento referenciado (Projeto Geomedicina). Os resultados encontrados até o presente são preocupantes: mais de 415 recém-nascidos com a mutação, dos quais seis já apresentaram o TCA, sendo que os que estavam em acompanhamento têm quase 100% de chance de cura porque foram cirurgicamente retirados ainda no início do câncer sem precisar de quimioterapia. Crianças com diagnóstico tardio (sem acompanhamento antes do diagnóstico) chegam a serem operadas até 10 vezes, e apesar da associação de três agentes quimioterápicos juntamente com outra droga muito tóxica (chamada mitotano) o resultado do tratamento é muito baixo (apenas uma em cada 10 crianças se salva) por isto a única alternativa é o diagnóstico precoce por meio do exame de DNA.

Diante da incidência elevada, da baixa sobrevivência para este tipo de câncer e dos resultados preliminares da campanha de triagem neonatal financiada pela SETI, se faz necessário a obrigatoriedade do teste e a gratuidade a toda a população a fim de salvarmos inúmeras vidas, além de prevenir gastos públicos muitos maiores com o tratamento quando a criança tem a infelicidade de apresentar um tumor já em estágio avançado.

PROJETO DE LEI Nº 111/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a recompensa ambiental, aos proprietários rurais que preservaram florestas em suas propriedades além dos 20% da reserva legal.

Art. 2º A recompensa ambiental será paga aos proprietários em valor equivalente a 50 sacas de milho por alqueire/ano, sempre no mês de maio tendo por base o preço médio de mercado praticado no ano anterior, com recursos oriundos de um fundo constituído para esse fim.

Art. 3º Para que o proprietário tenha direito a recompensa ambiental, será feito um cadastramento pelos órgãos do Estado, com prioridade aos que possuam até quatro módulos fiscais e cuja área tenha cobertura florestal além dos 20% exigidos em lei.

I - Equiparam-se a proprietários para efeitos da presente lei, posseiros, parceiros e outros desde que possuam carta de aptidão fornecida pela EMATER e Sindicatos.

Parágrafo Único. Adesão ao cadastro não será compulsória e prevalecerá conquanto seja de conveniência para o proprietário.

Art. 4º Poderão também se enquadrar no programa, proprietários que possuam mais de quatro e até 15 módulos fiscais.

I - O enquadramento dos proprietários ao programa se dará de forma gradual, iniciando-se com os de menor área de terra, ampliando-se à medida que houver disponibilidade e recursos no fundo.

Art. 5º O Governo do Paraná desenvolverá através das suas secretarias uma política que possibilite o manejo sustentável dessas áreas cadastradas no programa da recompensa ambiental, exceto aquelas de preservação permanente, visando dar aproveitamento econômico em forma de atividades compatíveis com a preservação e perpetuação das espécies da fauna e flora dessas áreas.

Art. 6º Os proprietários contemplados com a recompensa ambiental receberão treinamento e instruções dos órgãos do Estado, a fim de colaborarem, como agentes ambientais voluntários na preservação do meio ambiente.

Art. 7º O programa de recompensa ambiental bem como demais despesas destinadas à implantação do mesmo serão custeadas da seguinte forma:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias dos Municípios e da União;

III - recursos oriundos do pagamento efetuado por proprietários, que não possuam reserva legal e que optarem por constituir-na na forma desta lei através do pagamento do valor correspondente a 50 sacas de milho por alqueire/ano;

IV - multas aplicadas pelos órgãos ambientais;

V - rendimentos de qualquer natureza, incluindo receitas resultantes de doações, legados, contribuições e dinheiro, de pessoas físicas ou jurídica, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

Essa lei se faz necessária devido ao fato de que em algumas regiões do nosso Estado existem proprietários que possuem grande parte de suas propriedades preservadas com muitas espécies nativas incluindo algumas ameaçadas de extinção, fato que impossibilita a ampliação das áreas agricultáveis dessas propriedades.

Essa situação gera um enorme problema social visto que os filhos desses agricultores são obrigados a descolarem-se para os centros urbanos em busca de melhores alternativas de vida. Por outro lado não se configura justo que esses proprietários que preservaram a maioria de suas propriedades, nada recebem por isso, enquanto outros que tudo devastaram além de não terem

esses ônus ainda façam o total aproveitamento econômico de suas propriedades.

Se medidas nesse sentido não forem tomadas pelo poder público, a esses proprietários que preservaram só restam duas alternativas: vender suas áreas as grandes proprietários causando êxodo rural ou permanecer na propriedade passando inúmeras necessidades, pois é impossível a sobrevivência de famílias na maioria dos casos numerosas em áreas como, por exemplo, no Sul do Estado em que as propriedades giram em torno de 10 hectares e em grande parte dos casos oito hectares são cobertos com vegetação nativa incluindo espécies em extinção como imbuia e araucária. Esses pequenos proprietários e suas famílias por questão de sobrevivência são forçados a partirem para culturas como a de fumo que além de penosa compromete a saúde e o meio ambiente em decorrência da maciça utilização de agrotóxicos.

Esse projeto ao estipular como medida referencial de pagamento pela cessão de áreas destinadas a reserva legal o milho o que fez tendo em vista que este gênero agrícola é muito utilizado no mercado como indexador dos valores pagos por áreas arrendadas para atividades agrícolas. Também este cereal já foi utilizado como indexador em muitos programas governamentais destinados ao fomento da agricultura como, por exemplo, o panela cheia no mandato anterior do Governador Requião. A que se ressaltar que os proprietários beneficiados por esta lei passariam a ser uma espécie de agentes ambientais voluntários a exemplo do que ocorreu em projetos de preservação de espécies ameaçadas como é o caso das tartarugas marinhas e do pirarucu que envolveu os pescadores e a população ribeirinha dessas áreas. Seriam mais pessoas colaborando com os órgãos ambientais na preservação do meio ambiente.

Hoje temos casos de proprietários rurais que em face das restrições a utilização econômica de determinadas espécies nativas como a araucária, por exemplo, que quando nasce é logo eliminada, pois futuramente passaria a ser vista como um obstáculo a utilização econômica das áreas por elas ocupadas, dada a proibição do seu corte. Com a nossa proposta esses proprietários seriam incentivados a inclusive efetuar o plantio de espécies nativas e com manejo adequado extrair lucratividade das mesmas.

Importante ressaltar que nossa proposta não gera despesas ao erário, pois apenas disciplina e facilita a intermediação de áreas aptas para isso. A presença do Estado nessa negociação entre o proprietário cedente e o domador dessas áreas importante para evitar abusos que poderiam resultar em exploração e até mesmo calotes aos cedentes na cobrança desses valores, isso evidentemente comprometeria o bom funcionamento desse sistema.

PROJETO DE LEI Nº 112/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigado a presença de um paramédico

nas creches e pré-escolas durante todo o dia, na rede pública ou privada do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa à presença de um paramédico nas creches e pré-escolas durante todo o dia, na rede pública ou privada.

Tendo em vista que vários casos de morte em creches e pré-escolas vem sendo comuns em todo o nosso País, creio que passou da hora de ser obrigatório a presença de um paramédico, nas creches e pré-escolas durante todo o dia, seja em instituições públicas e privadas, para que possa dar os primeiros atendimentos em caso de emergência, até o necessário encaminhamento ao hospital.

Poderíamos alegar que isso aumentaria os gastos dos Municípios ou iriam operar demasiadamente os gastos das escolas privadas, inclusive com possibilidade de aumento da mensalidade, mas a resposta é uma só: É melhor gastar a prevenção ou na indenização da família? Sem dizer que não há dinheiro que pague a vida humana, especialmente de uma criança.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Deputados para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 113/09

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todas as Universidades Estaduais do Estado do Paraná ficam obrigadas a procederem seus vestibulares, todos no mesmo dia e horário.

Art. 2º Para inscrever-se no vestibular das Universidades Estaduais do Estado do Paraná, o aluno deverá comprovar residir no Paraná há mais de um (01) ano.

Art. 3º O Governo do Estado fica autorizado a regulamentar a presente lei, dentro do prazo de (90) noventa dias após ser publicado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que iniciamos a redação deste projeto de lei, para solicitar que todas as Faculdades Estaduais do Estado do Paraná, procedam seus vestibulares todos no mesmo dia e horário idêntico. Este é um sonho de tão longa data acalentado por todos os corações bem formados.

Organizar o vestibular nas Faculdades Estaduais onde os jovens encontram o alívio para o seu futuro, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases ecomiásticas que haveremos de louvar aquelas que com tanto desvelo conseguem levar a cabo tão meritório empreendimento.

Ultimamente, temos observado que muitos estudantes residentes em outros Estados participam dos vestibulares no Estado do Paraná, prejudicando os alunos aqui residentes.

Os Srs. Diretores e Professores, sobretudo, desejamos o nosso aplauso, pois sem seus dedicados concursos nada seria possível fazer. A eles competirá distribuir as benesses que somente a educação proporciona.

Esperamos que as Sras e os Srs. colegas Deputados aprovelem com possível urgência este projeto de lei que consideramos importante e oportuno.

PROJETO DE LEI Nº 114/09

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos da lei e das normas constitucionais, e de acordo com a Lei Federal nº 9709, de 18/11/98, é exercida mediante Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular.

Art. 2º Fica criado, por esta lei, o ato de iniciativa popular denominado Ação Revocatória de Mandato de Representação Popular, com a finalidade de promover a cassação do mandato popular de Deputado Estadual, quando parcela da população assim entender que a representação da soberania exercida pelo voto secreto não mais está representando a vontade popular.

Art. 3º A Ação Revocatória de Mandato de Representação Popular, consiste na apresentação de petição escrita à Mesa da Assembleia Legislativa, subscrita por no mínimo 60% (sessenta por cento) da votação do Deputado, distribuindo pelo menos por 5 (cinco) Municípios dos eleitores do Deputado.

Art. 4º Recebida à petição Revocatória de Mandato de Representação, após o trâmite no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A lei emenda do povo e em seu nome é exercício. A Constituição Federal de 88, consagrando este princípio divino, estabeleceu em seus artigos iniciais, os princípios e fundamentos da República. Sendo assim, somos uma

Nação formada pela união dos indissolúveis dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, e que a República se constitui em Estado Democrático de Direito, tendo com vários princípios como fundamentos dos quais destacamos, o parágrafo único do artigo primeiro, qual seja: todo o poder emana no povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição.

Ou seja, o Estado Democrático de Direito que consiste nesta representação direta ou indireta, deve encontrar guarida no Poder Legislativo a lhe legitimar a representação.

Pois bem, se o poder é exercido por representantes eleitos ou diretamente, então quando o poder somente pode ser exercido diretamente. Os enlances mais sagrados da humildade como o casamento e a filiação, já tem encontrado na lei e na justiça sua forma de desvinculação como ocorre com divórcio e as diversas formas de reconhecimento da filiação sócio afetiva.

Tudo isto, porque, ligando aos fundamentos da república sobreleva enfatizar que seu objetivo fundamental no artigo três da Carta Magna é construir uma sociedade livre justa e solidária e para que a justiça seja concretizada e quando a forma tradicional de representação popular não faz, cabe ao povo exercer seu poder de forma direta.

Sendo assim contamos com apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 115/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o programa de vacinas contra o HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de saúde, para a vacinação de mulheres na fixa etária de nove a 26 anos.

Art. 2º A vacinação será gratuita e obedecerá aos critérios definidos na regulamentação a ser publicada pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a editar todas as normas para a regulamentação desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Os papilomas vírus humanos (HPV) são vírus da família *Papovaviridae*, capazes de induzir lesões de pele

ou mucosa, as quais mostram crescimento limitado e habitualmente regredem espontaneamente.

O HPV é transmitido durante a relação sexual por alguém que esteja infectado mas, como depende apenas do contato com a pele, não é necessária a penetração para que haja contaminação.

Existem mais de 200 subtipos diferentes de HPV, entretanto, somente os subtipos de alto risco estão relacionados a tumores malignos, dentro os quais o câncer de colo uterino.

O câncer de colo uterino é o terceiro tipo de câncer mais comum no país, atrás apenas do câncer de pele e do câncer de mama, sendo o HPV responsável por 95% dos casos.

A Vacina Recombinante Quadrivalente contra o HPV, além de prevenir o câncer do colo do útero, também tem ação profilática nos pré-cânceres vulvares e vaginais causados pelo HPV tipos 16 e 18, nas lesões pré-cancerosas vaginais e vulvares de baixo grau e nas verrugas genitais causadas por HPV tipos, 6, 11, 16 e 18. Ela é indicada para meninas e mulheres de nove a 26 anos de idade e é realizada via intramuscular e sob prescrição médica.

A vacinação, administrada em três doses, aplicadas em um período de seis meses, mostrou-se eficaz em 99% das lesões pré-cancerosas e no câncer da área genital, em 70% dos condilomas anogenitais e em 80% de prevenção.

A matéria é de extrema relevância, pois conforme estimativa do Instituto Nacional do Câncer esperava-se para 2006 no Brasil, 237 mil e 480 casos novos de câncer no universo feminino, dentre os quais, 19 mil de colo de útero.

No mundo, o câncer de colo do útero é o segundo mais comum entre mulheres sendo responsável, anualmente, por cerca de 471 mil casos novos e pelo óbito de, aproximadamente, 230 mil mulheres por ano.

PROJETO DE LEI Nº 116/09

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, por intermédio de suas instituições financeira e de fomento, linha de crédito especial para a aquisição de veículos destinados ao transporte de trabalhador rural.

Parágrafo Único. O contrato de financiamento relativo à linha de crédito de que trata este artigo estipulará prazo de pagamento não inferior a 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem noticiado frequentemente os inúmeros acidentes, quase sempre com perdas de vidas,

envolvendo trabalhadores rurais, quando transportados no trabalho, devido à má conservação dos veículos utilizados para esse fim. Todos sabemos das imensas dificuldades enfrentadas para se adquirir tais veículos, o que acaba levando os interessados a procurar melhores ofertas que nem sempre correspondem à qualidade desejada.

Com este projeto, o que se pretende é propiciar maior segurança aos seus usuários, facilitando os meios para a aquisição desses veículos, motivos pelo qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 117/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo de Arapongas é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social sem fins econômicos, que se destina ao atendimento de pessoas idosas através da prática da caridade cristã, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Desde a sua formação através de assembleia realizada no dia 29 de julho de 1996, vem promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas pela entidade, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania. Por entendermos que o Lar São Vicente de Paulo de Arapongas, presta um relevante serviço a população de seu Município, e preenche todos os pré-requisitos para ser declarada de utilidade pública por isso pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 118/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Campos dos Oliveiras o novo Aeroporto Internacional dos Campos Gerais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/03/09.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Há tempos Ponta Grossa reivindicava a implanta-

ção de um novo aeroporto, com maior capacidade de movimentação de cargas para a exportação de produtos da região.

O novo aeroporto, voltado exclusivamente para o transporte de cargas, por ser o maior da América Latina, pretende atender não só Ponta Grossa e os Campos Gerais, como também criar uma alternativa para o Aeroporto Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais, que opera um grande volume de cargas.

Em razão do empenho do Deputado Marcelo Rangel na aprovação de tal empreendimento, consideramos justo denominar o novo aeroporto com o nome da sua família, qual seja Aeroporto Internacional Campo dos Oliveiras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para lembrar aos Srs. Deputados que teremos duas Sessões hoje. Conforme combinado, fizemos uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, que terminou há pouco, e amanhã terá outra. Hoje teremos duas Sessões e amanhã também duas Sessões, assim limpamos a pauta e aprovamos os projetos que a sociedade tanto reclama, principalmente essa questão salarial e a questão do emprego. Portanto, teremos duas Sessões.

(Aplausos)

Pequeno Expediente:

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos visitantes.

Aproveitando a oportunidade, a ocasião e até mesmo os pequenos incidentes, quero na tarde de hoje cumprimentar toda a população de Londrina, na pessoa do seu líder maior nesta Casa, Antonio Belinati, a postura do eleitor londrinense durante o processo eleitoral, que ocorreu nesse final de semana.

Além dos Deputados locais, eu juntamente com a Deputada Cida, estivemos participando do processo e pudemos perceber a vontade daquela população, de através do exercício da cidadania, mostrar para o Paraná e para o Brasil, que a vontade popular tem que ser respeitada.

Muitas lições tivemos na eleição de Londrina. Com certeza pudemos ver de perto o porquê da liderança do Deputado Antonio Belinati, quando em uma carreata no sábado à tarde, percebemos as pessoas se atropelando para cumprimentá-lo. Percebemos porque a população de Londrina deu um exemplo de comportamento e de cidadania no dia de ontem. Ocorreram apenas dois incidentes

isolados, em um universo de mais de 300 mil eleitores, em uma eleição que pode ser considerada modelo.

Percorremos, ontem, durante todo o dia, diversos locais de votação e percebemos a ordem e a educação, inclusive entre os adversários. Venceu o ex-Deputado desta Casa, que mandou um agradecimento a todos aqueles Deputados, que de uma forma direta ou indireta, o ajudaram. Com certeza, quem deu a ele a eleição e o resultado que ele ontem proclamou, à noite, no comício da vitória, lá na sua família, dos cinco conjuntos, foi V. Exa.. Que se a Justiça determinar, ele não tem nenhum constrangimento em entregar o cargo a quem é de direito e a quem a população aclamou nas ruas. Mas se eventualmente a Justiça não vier a entender assim, ele incumbe no exercício de Prefeito.

Aprendemos muito em Londrina, não apenas nesse final de semana, onde estivemos lá desde quinta-feira, mas anteriormente. Aprendemos não só com os eleitores, com suas lideranças locais, mas principalmente que em um processo eleitoral só se colhe aquilo que se planta.

Alguém que não participou de nenhum comício, mas que de uma maneira metódica organizou, merece ser exaltado. Estou falando do Deputado federal Ricardo Barros, uma pessoa que em nenhum momento permitiu que na coligação do Prefeito agora eleito, se cometesse qualquer irregularidade. Uma pessoa que primou, do início ao final da campanha pelo respeito. E o resultado final veio nas urnas. Então, merece aplausos os eleitores do Deputado Luiz Carlos Hauly que foram mais de 45%; merecem aplausos àqueles eleitores que deram a vitória ao Deputado Barbosa Neto, mas merece aplausos acima de tudo, a Cidade de Londrina que teve como demonstrar. Com certeza, algumas pessoas sobressaíram-se nesse processo. Não só aqueles que apoiaram, como o Deputado Ratinho Júnior, que desde o ano passado viabilizou essa coligação na qual o meu partido fazia parte, juntamente com o PTB, mas depois nesse terceiro turno entenderam por outro caminho. Mas, merecem o nosso aplauso àqueles que contribuíram pela lisura.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Merece aplauso não só o nosso ex-colega, mas principalmente a população de Londrina, que certamente encontrou nas urnas uma maneira apropriada de dizer qual era a sua vontade.

E aproveito este momento para mudar de assunto: dizer que faltam poucos dias, para vencer o prazo que o requerimento de nossa autoria foi aprovado por unanimidade nesta Casa e a informação veio.

Por que falo isso neste momento com os visitantes? Porque percebi hoje pela manhã, a mobilização em torno da defesa do emprego, o protesto contra a crise econômica. Acho isso interessante, até porque esta é uma Casa política, é a Casa de ressonância. É importante, que tenhamos as informações necessárias, não só para o exer-

cício do nosso mandato, mas também para qualquer mobilização.

E essa informação que pedimos nesse requerimento, vai fazer com que possamos saber exatamente quantas empresas, de acordo com a lei em vigor, tiveram os seus contratos de benefícios fiscais aditivados, e lá eles constatarem aquilo que desde 15 de janeiro de 2007 já é exigido por lei: nenhuma empresa do Paraná que recebe benefício fiscal pode demitir em massa ou então sem motivo justificado.

Hoje, fiquei feliz quando vi a mobilização, mas fiquei triste quando chegava aqui na porta da Assembleia e a pessoa que falava ao microfone nessa mobilização, percebi que junto com os jornais distribuídos com o rosto daqueles Deputados que votaram contra a PEC do Emprego, e aqueles Deputados que aqui não estiveram, como se fossem os algozes do emprego no Paraná, havia nesse serviço de microfone uma informação, de que o Deputado que teria feito essa lei, não tinha interesse em manter os empregos. Se tivesse interesse ele teria divulgado a lei.

Ora, qual é o papel dos Deputados? É aprovar a lei. Tenho muito orgulho de ter sido o Relator. O Deputado Ratinho Júnior que aprovou a lei, no final do seu mandato, ele não tinha a obrigação de sair esparramando. Porque é justamente isso que fez com que votássemos contra aquela PEC porque era um factóide. Era exatamente uma cópia da lei que está em vigor desde 2007. Portanto, a lei não é para ser divulgada, ela é para ser cumprida. E este pedido de informações, Deputado Elio Rusch, que está já quase prestes a vencer, vai ser muito elucidativo, não só para nós, mas para o povo paranaense, sindicatos, entidades de classe, porque daí vamos ver quem não cumpriu o seu papel, quem negligenciou, porque no artigo 2º dessa lei diz o seguinte: as empresas que já receberam e estão recebendo benefícios tributários no Paraná terão que ter seus contratos aditivados e terão que firmar o compromisso de não demitir.

Portanto, desde 15 de janeiro de 2007, se alguém foi demitido ou em massa ou em maneira injustificada de alguma empresa que recebia benefícios tributários e fiscais no Estado do Paraná, de acordo com a lei do Deputado Ratinho Júnior, essas empresas cometeram uma ilegalidade e o órgão Executivo, Governo do Estado, Secretária da Fazenda ou quem quer que tenha essa incumbência, também cometeu uma ilegalidade e não cumpriu o seu papel.

Então, a culpa se é que ela existe de alguma demissão que ocorreu no Estado do Paraná desde a promulgação da lei do Deputado Ratinho Júnior não é de nenhum Deputado, até porque a lei foi aprovada por unanimidade nesta Casa e foi promulgada pelo então Presidente Hermas Brandão. A culpa é do Executivo que não executou a lei e os Deputados que votaram contra a PEC e aqueles que aqui não estiveram por qualquer motivo, não merecem nenhum tipo de pecha de votar contra o trabalhador. Eles votaram contra a construção de um factóide, que é

isso que não queremos. Num momento de crise, não podemos perder tempo nesta Casa, no Congresso Nacional, no Executivo. Temos que fazer aquilo que o Presidente acabou de falar - se for preciso votar duas, quatro, 10 Sessões, vamos ficar aqui para garantir mecanismos legais para que o Paraná atravesse a crise e não demita.

Então, faço este registro, porque não fiquei triste por ter visto a minha foto nesse informativo. Fiquei triste pela informação que eu vi do serviço de microfone, a hora que chegava na Assembléia, dizendo que este Deputado que não divulgou a lei não devia estar interessado.

Então, a mobilização, sem a informação necessária, é alienação. E tenho certeza que os senhores que estão aqui têm um compromisso com o trabalhador, e tenho certeza que esta mobilização que vocês fazem hoje, não só aqui no Paraná, vai sim mostrar aos Deputados do Paraná, principalmente, já que estamos aqui, que vocês estão comprometidos com o emprego e com a manutenção daqueles cargos que não devem ser demitidos.

Mas podem ter certeza, nesta Casa todos também têm esse compromisso. E pela falta de informação, alguns, às vezes, também se equivocam, porque se tivessem a informação que esta lei estava em vigor, com certeza, nem aqueles que votaram na PEC do Emprego teriam votado, porque ela é desnecessária.

Então, o mecanismo legal existe. E quero cumprimentar o Presidente da Assembleia, porque na semana passada determinou que nesta Casa, nem esta PEC nem qualquer outra PEC voltada à manutenção do emprego por aquelas empresas que recebem benefícios, vão tramitar. Por quê? Porque a legislação diz que nenhuma lei pode tramitar quando já existe uma lei regulamentando a mesma matéria. E esta lei, graças a Deus, e para a felicidade dos trabalhadores do Paraná, já está em vigor desde 15 de janeiro de 2007. É de autoria do Deputado Ratinho Júnior que tinha obrigação de fazer a lei e não divulgar. E o Governo do Estado tem a obrigação de executar.

Portanto, não precisamos perder tempo aqui neste plenário em discussões, em mobilizações para criar um factóide de um mecanismo legal para defender o emprego.

Este mecanismo esta Casa já aprovou por unanimidade e já foi promulgada a lei, já está gerando efeitos no mundo jurídico, nas relações das empresas para com o Governo do Estado, desde 15 de janeiro de 2007, e se alguma demissão ocorreu de lá para cá de alguma empresa desse porte, esta culpa tem que ser atribuída a quem negligenciou e não cumpriu a lei.

Obrigado e desculpe se ofendi alguém que está presente no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segunda oradora inscrita no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, companheiros, companheiras, minha saudação aqui às centrais sindicais, aos movimentos sociais que participam hoje do movimento nacional em defesa do trabalho e do emprego, a luta da reforma agrária e contra a crise que assola não só o nosso País, mas essa crise mundial. Sejam bem-vindos e parabéns pela mobilização.

Quero saudar e registrar, novamente, a presença dos Vereadores Silvano e Claudemir, de Quedas do Iguaçu, também das lideranças dos assentamentos, Celso Furtado, o Ademar, o Claudinei. Saudar o SindSaúde e a todos os companheiros e companheiras que estão aqui, mais uma vez na luta, na batalha. Estamos acompanhando o SindiSaúde há um bom tempo e sabemos das grandes reivindicações que tem, mas de uma maneira especial essa de hoje que é da luta por um Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos. É uma luta justa e digna. Quero parabenizar o SindiSaúde pela manifestação e dizer a todos os que estão aqui que contem com o nosso apoio. O que estiver ao nosso alcance como Parlamentares, estamos aqui há tempos acompanhando todo esse trabalho e queremos, mais do que nunca, parabenizar pela organização. Sabemos que se as pessoas se organizam, se os trabalhadores se organizam, as conquistas acontecem, de maneira contrária sabemos que só vai existir insucesso. Na verdade não teremos sucesso algum se não tivermos organização. O sindicato é a nossa ferramenta de luta dos trabalhadores e é por aí que obtemos as grandes conquistas.

Temos aqui também o Sindsiabe (*sic*) que está acompanhando a Sessão. Parabéns a todos que estão aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da tribuna para anunciar ao mesmo tempo que justifico a minha ausência na Sessão de terça-feira da semana passada, quando estivemos acompanhando o processo, na verdade, real da implantação da Universidade Fronteira Sul.

Essa universidade, Deputado Cheida, que vai contemplar o nosso Estado do Paraná com dois *campi*. Um no Município de Laranjeiras do Sul e o outro no Município de Realeza. Na semana passada, terça-feira, tivemos o professor Dilvo do MEC, que esteve no Município de Realeza anunciando essa nova universidade, e agora já definidos também os cursos que vão para os dois *campi*. O importante é que até o final do ano já vai acontecer o vestibular dessa universidade. Em março de 2010 iniciam as aulas, os cursos.

O Município de Realeza foi bastante contemplado e estamos comemorando, porque lá na Universidade Fronteira Sul teremos os cursos de Medicina Veterinária, Licenciatura em Ciências, que ramifica nos últimos dois anos em Biologia, Química e Física, Licenciatura em Português e Espanhol, além de Nutrição.

O *campus* de Laranjeiras do Sul receberá os cursos de Agricultura, Agronomia com ênfase em agroecologia, desenvolvimento rural e gestão industrial, Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Educação do Campo.

Esses são os cursos que vão estar acontecendo nos dois *campi* da Universidade Fronteira Sul, no Município de Laranjeiras do Sul e também no Município de Realeza.

Então, o Paraná está de parabéns porque ganha essa universidade. Além da UNILO, ganha agora a Universidade Fronteira Sul, já com a certeza de que a partir de março do ano que vem iniciam-se os cursos.

O professor Dilmo já comentava todo o cronograma que vai acontecer até a implantação dos cursos, sendo que agora nos meses de março e abril será a definição dos cursos, nos meses de junho e julho terá a discussão das pessoas a serem contratadas, professores e técnicos que serão contratados pela universidade, até o mês de setembro já será a contratação e no mês de dezembro o processo de vestibular, iniciando-se as aulas em março de 2010.

Então, é um grande momento para comemorarmos também essa conquista. É a Educação pública chegando mais perto do povo e dando mais oportunidade para que as pessoas, para que os jovens, para que os adultos possam ter um curso superior.

Então, neste momento temos que, mais uma vez, parabenizar a ação do Governo Lula, ação que prioriza a Educação pública e que faz com que a Educação chegue mais próxima aos trabalhadores e dá uma oportunidade maior para que os trabalhadores possam ter um curso superior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui representada, senhoras e senhores convidados e telespectadores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para falar sobre dois assuntos, sendo um deles que na pauta de hoje, no item nº 08, estaremos votando um veto a uma proposição deste Parlamentar, mas deixarei o encaminhamento da mesma, oportunamente, para o momento de encaminhamento.

Também quero falar sobre uma proposta de lei que estarei protocolando ainda hoje, que tem como objetivo estabelecer sanções aos estabelecimentos comerciais que vendem a menores cigarros, bebidas alcoólicas, além de outros elementos que detêm um poder de dependência química muito grande. Sabemos que o Estatuto da Infân-

cia e do Adolescente já prevê que é terminantemente proibida a venda, a comercialização de cigarro, de bebidas, de cola de sapateiro a menores, mas todos também sabemos que ainda existem aqueles que insistem em descumprir a lei. Tanto é fato que cada vez mais, gradativamente, mais e mais menores acabam iniciando a sua vida nos vícios através das facilidades na aquisição desses elementos.

Recentemente conversava com um assessor meu e ele estava em um comércio quando uma jovem, aparentemente já maior de 18 anos, pediu uma garrafa de bebida para o balconista, que desconfiou que a moça, apesar de ter um porte grande, talvez não tivesse os 18 anos, idade mínima exigida por lei para a aquisição da bebida alcoólica e ele perguntou: “Você tem 18 anos? E a moça, muito sincera, disse: “Não, eu tenho 17”. Ele falou: “Então, lamentavelmente, não lhe venderei a bebida”. E ela falou: “Não, mas é para o meu pai”. “Então, se o seu pai deseja adquirir a bebida, que ele venha ao meu estabelecimento e que compre”. “Então, você vai perder o freguês”, “Ok, perderei o freguês, mas infelizmente não posso vender bebida”.

Então, este é um dos raríssimos casos em que a consciência do cidadão em questão, o vendedor, prevaleceu. Mas, nós sabemos que na prática não é assim. Ainda em meio a uma crise econômica mundial que obviamente atinge o brasileiro, as pessoas querem mais, com raríssimas exceções, vender o seu produto. Seja cola de sapateiro, bebida alcoólica, cigarros. Há casos de crianças que vão buscar o cigarro para os pais, crianças literalmente.

Ora! A proposta deste Parlamentar é justamente esta: dar ferramentas à lei, que já existe e que proíbe a comercialização destes elementos de tal maneira que o Estado, o Poder Público possa enquadrar, principalmente os estabelecimentos que infringem esta lei e estas regras. Primeiro, prevendo que os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná que vendam a menores cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência química e psíquica, sofrerão pelos órgãos de fiscalização do Poder Público as seguintes sanções: 1) Advertência. Óbvio; 2) multa de R\$ 5 mil e 3) cassação da Inscrição Estadual.

Esta seria a grande tirada de fato, de verdade, coibir que estes estabelecimentos que se sentem “a la vontade”, à vontade de infringirem esta lei, pensarem duas, três, 10 vezes antes de cometerem esta infração. Porque penso, inicialmente, advertência, que é justo, o estabelecimento comercial principalmente aqueles instalados próximos às escolas do ensino médio e também do ensino superior, estes estabelecimentos passem a ter maior critério e cuidado antes de qualquer cidadão, ainda que menor de idade, vá e faça a compra, a aquisição de qualquer destes produtos que geram dependências químicas e psíquicas.

Se ainda o estabelecimento insistir com a prática, que ele seja multado. Já dizia meu falecido pai que a

parte mais frágil do homem é o bolso. Se não tocar no bolso, se não determinar uma multa, a coisa corre solta.

E finalmente, para aqueles ainda desatentos a estas regras, desatentos a estas normas, que finalmente se casse a Inscrição Estadual. Ora! Estabelecimento sem Inscrição Estadual tem que fechar e criar um novo estabelecimento. A burocracia será tanta e os custos para formação de uma nova empresa, de um novo comércio é tão grande que tenho absoluta certeza de que o cidadão em questão, que até então não se importava se o seu cliente, seu freguês era menor ou não, ele pensará muito mais antes de cometer este ato.

Peço nesta tarde, SraS. e Srs. Deputados, que V. Exas. nos ajudem na aprovação desta proposição, que ela possa prosperar nas Comissões de Constituição e Justiça e Comissões Temáticas. E quando vier a este Plenário, que V. Exas. possam transformá-la para ter condições para ser aprovada ou vetada pelo nosso Governador.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes.

Hoje a nossa Casa está bonita, colorida. Está aqui o pessoal do Movimento Sem Terra, naturalmente lutando pela terra que foi prometida nessa tal de reforma agrária. Oh, reforma agrária enroscada! Usava ainda calça curta, era garoto e já havia a luta lá para trás das pessoas querendo terra. E, de repente, vemos no nosso País alguns grandes latifúndios de pessoas que se orgulham em dizer que têm 3, 4, 5 mil alqueires e, muitas vezes, não plantam nada, só a vaidade de ter a terra. E tanta gente querendo produzir e o mundo com necessidade de produção.

A nossa gratidão ao povo de Londrina que, de maneira democrática, respeitosa compareceu às urnas no dia de ontem para escolher o Prefeito da Cidade. Não se sabe se é uma escolha definitiva, porque ainda há o nosso recurso para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em que os nossos advogados pedem o reconhecimento da legitimidade da vitória, que o povo, de maneira soberana, nos deu nas urnas. Mas como cidadão comparecemos para votar e apoiamos o Deputado Barbosa Neto, teve uma grande vitória. O nosso respeito ao adversário Luiz Carlos Hauly que tem uma vida consagrada em Brasília como Parlamentar. E o desejo de que Barbosa Neto, como Prefeito, possa implantar todos os projetos sociais que anunciou para a população, principalmente para os mais pobres da Cidade de Londrina.

Hoje saiu o censo CNT e, dentro daquilo que era esperado, a popularidade do Presidente Lula caiu 8% fruto da crise, e a popularidade do Governo caiu 10%.

Vejam, quando falta o pão em casa cai a popularidade de Prefeito, de Deputado, de Governador, cai popularidade de todo mundo.

O Governo já correu hoje para anunciar algumas medidas boas, prorrogar, por três meses, o IPI, imposto zero para material de construção e uma série de outras medidas e aumentando, violentamente, o imposto do cigarro. O Governo tem que agir mesmo.

Queremos o bem do Governo Lula, porque ele indo mal, a fatura quem paga são os brasileiros, em especial os assalariados do nosso País.

Estou vendo aqui o jornal da Força dizendo: “Deputados Estaduais do Paraná traem trabalhadores e derrubam lei de emprego.” Bom, meu nome não está aqui no jornal. Aqui tem a lista de quem não votou. Deveriam ter colocado a lista de quem votou também.

Sobre esta questão do emprego, gostaria de lembrar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli é testemunha e o Plenário todo, que eu tinha apresentado um projeto nesta Casa e que está nas mãos do Deputado Artagão Júnior...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o Horário da Liderança?

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

Sim, Presidente.

O meu projeto foi apresentado aqui, coincidentemente, vejam bem, numa quarta-feira. Não era o Presidente Nelson Justus que estava comandando os trabalhos. A Mesa não recebeu o meu projeto que proibia demitir trabalhadores, porque era uma Sessão Solene e não tinha votação naquele dia. Então, meu projeto foi acolhido pela Mesa na Primeira Sessão da semana seguinte. E aí coincidiu que o Governador Requião também anunciou na “escolinha” a mesma idEia. Confere, Deputado Artagão?

Bom, o que eu fiz? Com toda humildade, não importa, o objetivo do meu projeto é proibir empresas aqui no Paraná de demitir trabalhadores, pelo menos por um ano. Melhor, que não demita nunca. Aí dei a idEia da PEC. A PEC não foi aprovada, mas quero dizer aos valorosos líderes, aos grandes sindicalistas que estão nesta Casa hoje, trazendo o jornal da Força, que o nosso projeto continua em tramitação nesta Casa. Vai ser extremamente importante o parecer do Deputado Artagão. Não é para coincidir com visita de vocês. O nosso projeto já foi apresentado há dois meses. Esperamos que o Deputado Artagão dê parecer favorável, porque o nosso projeto é bem semelhante à PEC que não foi aprovada nesta Casa.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Belinati, quero somente confirmar as vossas afirmativas. Realmente, estamos com o projeto de vossa autoria, que tenta limitar ao máximo a questão das demissões no âmbito do Estado do Paraná. Já há algum tempo que estamos com o nosso parecer pronto. V. Exa. bem sabe disso. Infelizmente, nas últimas Sessões da nossa Comissão de Constituição e Justiça, houve solicitações de preferência, como pelo próprio projeto do piso do salário-mínimo regional. Pelo volume de projetos que temos à frente do seu, entendo que amanhã, na reunião ordinária de terça-feira, teremos condições de chegar ao projeto de V. Exa. O nosso parecer é favorável.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa. poderia aproveitar que os líderes sindicais estão aqui para dizer o horário da Comissão de Constituição e Justiça, que poderá apreciar amanhã o nosso projeto.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Alguns deles inclusive estiveram na reunião que hoje estava acontecendo, no sentido de solicitar algum apoio aos Parlamentares.

Quero confirmar a V. Exa. e a todos aqueles que nos visitam hoje, que temos todo o processo em condições de ser avaliado, com parecer naturalmente dando legitimidade e constitucionalidade ao projeto, com algum pequeno ajuste, conforme já havia avisado a V. Exa. Entendo que é um projeto válido, que vem ao encontro dos interesses da sociedade paranaense.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

É a melhor notícia que V. Exa. poderia dar à galeria que está aqui. Vai dar parecer favorável ao nosso projeto.

Quero dar os parabéns a vocês líderes, porque são verdadeiros heróis. Vocês estão aqui lutando para que outros colegas espalhados por este Paraná possam ter a garantia do emprego.

Meu Deus do Céu, a pessoa trabalhando a vida está difícil, o que tem de trabalhador enforcado, devendo em financeira, devendo em cheque especial, devendo para agiota, às vezes pagando um pouco de contas este mês e deixando outro pouco para outro mês. Eu conheço trabalhadores assim? Conheço. Não é demagogia não. Tem muita gente que passa à base de remédio e endividado, porque o salário é menor do que o que ele precisa para oferecer uma vida compatível para a sua família. Isso um trabalhador com seu emprego. Agora imaginem, nobres colegas, o trabalhador, a trabalhadora perdendo o emprego, precisando se sustentar e tendo uma família toda para sustentar.

Que Deus abençoe a vocês! Continuem firmes nesta luta em defesa da garantia do emprego. Muito obrigado.

Para terminar, Presidente, nosso respeito ao pessoal do SINDISERV. Aqui já tem muita gente do

SindSaúde, já coloquei o SINDISERV também, porque é um movimento do Município de Londrina. O SindSaúde, esses valorosos e valorosas funcionários, alguns acho que já gastaram a sola dos sapatos de tanto vir e voltar a esta Assembleia Legislativa. E vão e voltam tenta e retenta, às vezes, audiências com as autoridades.

É lamentável esse tratamento de segunda classe e desrespeito que tem sido dado a vocês. Acho que, no mínimo, quem está no poder, até para falar não, se for o caso, deveria abrir o gabinete, chamar os servidores, sentar, dialogar, discutir e dizer: "Olha, vocês estão querendo tais e tais coisas. Isso aqui não dá para dar. Esse outro item aqui dá para atender." Mas, é importante o diálogo, meu Deus do Céu! Estamos aqui há mais de anos, tem gente aqui do SindSaúde tentando falar com as autoridades. As autoridades só lembram que eles existem e vão lembrar daqui a pouquinho, porque já está terminando o Governo, vem uma nova eleição e vão precisar do apoio de vocês.

(Aplausos)

Então, Presidente, eu encerro, este aplauso, Cida Borghetti, do pessoal do SindSaúde, somando aqui com o pessoal da Força, na verdade acredito que é até um aplauso para despertar as autoridades. Vamos conversar, vamos dialogar.

Vimos, Deputado Rangel, V. Exa. que também lutou tanto por essa categoria, que é tão pouco o que essa categoria está pedindo, o que está havendo é apenas uma má-vontade que esperamos que, logo, logo, antes de chegar a eleição, possamos celebrar a vitória do SindSaúde com o atendimento da sua justa reivindicação.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador é o Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, trabalhadoras e trabalhadores do Estado do Paraná, aqui representando o conjunto da classe trabalhadora, servidoras e servidores da Saúde, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL.

Estamos há muitos anos acompanhando a luta de cada trabalhadora, de cada trabalhador da Saúde do Estado do Paraná para construir um plano de carreira com condições adequadas de trabalho, com salário digno e com uma carreira justa. Portanto quero, neste momento, fazer um apelo a todos os Deputados e Deputadas, a toda a imprensa, e também ao Executivo do Estado do Paraná, que apoiem, mais do que apoiem, que ajudem a construir esse plano de carreira que foi iniciado pelo SindSaúde, chegou à Secretaria da Saúde, foi construída uma comissão, em conjunto com o sindicato, e essa comissão trabalhou com muita seriedade, construiu uma proposta muito

boa e que precisa receber lá na Secretaria da Administração e Previdência, da Secretaria do Planejamento, da Secretaria da Fazenda, e do Governador do Estado do Paraná, o apoio e o envio para esta Casa. E aqui nesta Casa tramitar com urgência urgentíssima, para que os nossos trabalhadores da Saúde, que são os lutadores na defesa do SUS, na defesa da Saúde Pública do Estado do Paraná, porque é nas mãos desses profissionais que o povo trabalhador do Paraná encontra apoio quando procura saúde no Estado do Paraná.

Por isso, todo o nosso apoio e participação com esses bravos companheiros da Saúde. Parabéns, Sind-Saúde! Parabéns a cada trabalhadora e trabalhador que está aqui nesta tarde.

(Aplausos)

Também venho a esta tribuna para discordar, em parte, do Deputado Reni Pereira, que falou há pouco que já temos uma lei no Estado do Paraná, desde janeiro de 2007, que no artigo 1º da Lei nº 15426/07, manutenção do nível de emprego e vedação de demissões consideradas exorbitantes e sem justa motivação. O que é justa motivação? O empresário pode alegar que, por conta da crise, ele tem motivo para fazer as demissões. O que é demissão exorbitante? Os argumentos levantados por vários Deputados, aqui, para votar contra PEC - não foram eles - porque já havia uma lei. Era preciso assegurar que poderiam ser demitidos até 100 trabalhadores. Isso que foi transcrito em uma outra PEC, que foi protocolada nesta Casa e foi arquivada, sob o argumento de que não poderia vedar todas as demissões.

Preocupados, recebemos a incumbência desta Casa de relatar a PEC do Emprego, em um prazo para que fosse possível receber emendas. Relatamos e não recebeu nenhuma emenda na Comissão Especial. Veio a plenário e foi votada, aqui, com 32 votos a favor e nove contra. Ela não foi aprovada por falta de um voto a favor.

A PEC alterava a Constituição do Paraná, incluindo o artigo 147-A, para determinar na Constituição, que exige quórum qualificado para votar. Ela tem condição de ser uma Lei de Diretriz, que como qualquer outra lei não pode ser discordante desta lei maior. Seria muito importante a mudança na Constituição, para garantir que nenhuma lei, inclusive como essa que foi feita, não poderia ser feita com essa redação.

No dia seguinte, apresentamos o Projeto nº 095, que altera a lei apresentada e aprovada aqui por determinação do Deputado Ratinho Júnior, com a seguinte redação: *Manutenção do nível de emprego e vedação de demissões, sem justa causa*. É esta a proposta.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos visitantes. Cumprimentar os nossos companheiros que vêm acompanhar o projeto que já foi aprovado na CCJ, hoje, do salário-mínimo, e que certamente será votado ou na segunda Sessão de hoje, ou no dia de amanhã, o mais rápido possível e que certamente terá a maioria dos votos da Assembleia Legislativa. Cumprimentar as companheiras e companheiros da Saúde, que mais uma vez vêm até a Assembleia Legislativa, na manhã de hoje, fazer as negociações para que possamos ter o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, que há muito tempo é esperado pela Saúde e lembro, Sr. Presidente, que há dois anos, esses mesmos servidores da Saúde estavam aqui numa situação extremamente difícil num momento em que recebiam os seus salários, seus contracheques, alguns com apenas R\$ 1 de pagamento; outros praticamente com a metade do salário. Isso porque mantinham aquilo que lhes dizia a lei e aquilo que já lhes permita a lei com relação a jornadas específicas, com relação às 30 horas, 20 horas e aquelas jornadas que são determinadas por lei. De lá para cá tem sido árdua batalha desses servidores.

O mais importante é que esses servidores da Saúde tiveram uma negociação hoje, que ainda não resultou frutífera, há apenas uma promessa para que sejam recebidos pelo Secretário Martin nos próximos dias. Já não é sem tempo, precisam ter o seu Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos aprovado, porque afinal, talvez seja um dos únicos segmentos no Estado que ainda não tem um plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

O que é importante, Deputado Rossoni, é reafirmar que essas pessoas que alguns achavam que estavam derrotadas há dois anos, quando perdemos aqui nesta Assembleia um projeto de lei das 30 horas, que não conseguimos derrotar o veto por falta de três votos, hoje se mostram mais vivos do que nunca. Estão presentes na luta, mostrando que os Governos, sejam de que partido forem, são transitórios. Os trabalhadores são permanentes e a eles que rendemos as nossas homenagens por estarem aqui nesta luta. Sejam muito bem-vindos.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, é fazer uma reflexão sobre o que aconteceu nesta última semana. Tivemos dois casos extremamente interessantes. Num deles, a Folha de São Paulo do dia 21 de março, coloca a seguinte manchete: "Para o STF furto de pequeno valor não é crime". Aí relata alguns casos.

No dia 24 de fevereiro a Folha mostra o caso de um artista plástico de Maceió, preso há mais de quatro meses por ter furtado leite e queijo; 25 de maior de 2005: "Maria Aparecida deixa a prisão após um ano e sete dias". Ela foi presa por furtar um xampu e condicionador; dia 23 de abril de 2007: "Um cozinheiro de restaurante da Vila Madalena, em São Paulo, é preso por furtar quatro quilos de frango e um de cebola"; "João foi flagrado com

pacote de biscoito de R\$ 1,47". Ficou um mês preso; "Catador de sucata é preso por furtar uma garrafa de pinga de R\$ 1,50"; foi solto após sete meses; uma semana depois: "Dona da Daslu e irmão são liberados em decisão liminar. TRF e STF mandam soltar irmãos presos com acusação de sonegação de R\$ 1 bilhão". Está é a Justiça que temos no nosso País.

Não vou entrar no mérito se deve ou não 1 bilhão, mas certamente ficar preso um ano e sete meses por ter furtado um xampu e condicionador, não é o que se espera de um País que busca a justiça. Essa Justiça que serve para os ricos, não serve para os pobres; essa Justiça que serve para os patrões, não serve para os trabalhadores.

Por isso, queremos uma Justiça que sirva para todos. E nós iremos fazer aqui este ano, um debate sobre a necessidade de termos no Paraná a defensoria pública. Não é mais possível que tenhamos situações como essa onde alguém, por ter um advogado a peso de outro, fica 36 horas na prisão e se diz injustiçado. E outros, por não terem ninguém, ficam presos por terem furtado objetos que não custam mais que R\$ 10.

Talvez o dia em que conseguimos fazer isso, não tenhamos mais que ver galerias cheias de trabalhadores para reivindicar apenas o que é justo. Teremos pessoas que virão aqui acompanhar aquilo que é justo, que certamente será obtido com a luta dos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Plenária da Assembleia Legislativa.

O motivo que nos traz nesta tarde à tribuna, por certo é um motivo de grande importância e que nós todos, no dia a dia, muitas vezes nos deparamos na rua e temos que dar respostas à nossa população.

Estou encaminhando hoje um requerimento para que seja aprovado nesta Assembleia, solicitando providências ao Sr. Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari, ao Governo do Estado, exatamente com base no que foi divulgado na semana passada, com base nas informações oficiais já selecionadas pelo Governo do Estado e que nos colocam numa situação, Deputado Cheida, de grande preocupação em relação à Segurança Pública do Paraná, mas especialmente aqui da Região Metropolitana.

A Gazeta do Povo publicou na quarta-feira dados que revelam que temos uma Região Metropolitana de Curitiba muito mais violenta que a grande São Paulo, e com dados, com índices equivalentes ao Rio de Janeiro.

É evidente que não podemos nos calar, e este pronunciamento não é uma crítica ao Governo. É realmente buscar estabelecer uma ação integrada entre o Poder Público Municipal, entre a solicitação que tivemos da Prefeitura de Colombo e da Câmara de Vereadores. Recentemente participamos em Colombo, na Associação Comercial Industrial, Deputado Duflío Genari, realmente demonstrando a preocupação de todos os senhores empresários em relação à questão da Segurança Pública.

Recebemos a relação de homicídios, que coloca Colombo como a primeira Cidade mais violenta da Região Metropolitana de Curitiba, e por certo a segunda do Paraná, perdendo apenas para Foz do Iguaçu em número de homicídios.

E realmente nos meses de janeiro, fevereiro, tivemos um índice alarmante, um crescimento da ordem de 30% em relação ao mesmo mês do ano de 2008 e que coloca nos com um crescimento anual, em relação ao ano de 2008, de 7% no número de homicídios no Paraná, 9% em Curitiba e 18% no crescimento do número de homicídios da Região Metropolitana.

Este dado é alarmante. Estivemos sempre desta tribuna reclamando, pedindo ao Governo do Estado que faça o reforço do efetivo, e aí temos o exemplo claro que não combatemos a criminalidade apenas com policial na rua, mas sem policial, sem um efetivo condizente, não é possível fornecer Segurança Pública a qualquer Cidade do Paraná, a qualquer Cidade do Brasil, que como Colombo, tem um policial para cada 4 mil e 770 habitantes.

Imaginem os senhores um policial para quase 5 mil habitantes. Realmente é um número insignificante, um número pequeno que tem que ser colocado, a Região Metropolitana de Curitiba talvez a violência tenha crescido muito exatamente pela falta de policiamento mais efetivo. Não é que um Município de 250 mil habitantes tenha em tempo real duas, três viaturas apenas dando conta de uma Cidade que é espalhada, que tenha pelo menos 10 centros urbanos, como se fossem 10 Cidades dispersas no mesmo território. Não é possível que nós possamos cobrar, porque a Polícia local, o Capitão Bilik, a sua equipe de policiais têm feito o possível, mas tivemos dados assustadores. Recentemente teve uma operação onde foram presos além da delegada, todos os policiais da Delegacia do Alto Maracanã.

Então, senhoras e senhores, um Município que tem em torno de 50 policiais, aproximadamente, militares, que dividindo numa escala teremos aí em torno de 10, 12, 15 policiais em tempo real, não pode realmente fornecer uma segurança ostensiva maior. Evidente que quando falei de Segurança, não me refiro apenas à questão da Polícia Militar. O Coronel Anselmo tem feito um trabalho, um esforço grande para priorizar a nossa Região Metropolitana, mas é necessário urgentemente que o Governo do Estado crie um segundo batalhão para atender a região, porque um batalhão, que é o 17º da Polícia Militar, que tem em torno de 600 policiais e um território

de mais de 12 mil km², não é possível que nós possamos atender com apenas e tão-somente um batalhão. É urgente que se crie mais um batalhão para que tenhamos dois batalhões atendendo a Região Metropolitana.

Deputada Rosane, V. Exa. que também trabalhou e pleiteou que pudéssemos, de uma forma harmônica, instalar o 2º Batalhão Metropolitano, para que possamos dar um alento e dar as condições mínimas de efetivo para que a Polícia Militar faça o seu trabalho, para que a Polícia Civil também tenha um reforço de efetivo, não é possível que tenhamos no dia a dia que conviver com Delegacias superlotadas, com 60, 80 presos, quando cabem 10. Não é que tenhamos que selecionar quais os crimes vamos investigar, por tamanho, é o volume de inquéritos que correm sem qualquer investigação por falta de efetivo. Não é possível que continuemos a ser cobrados e eu, como Deputado metropolitano, como vários dos senhores, precisamos unir forças para que o Governo do Estado, realmente, coloque o efetivo condizente.

Concedo o aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Deputado Strapasson, V. Exa. retoma mais uma vez esse assunto de suma importância para o povo paranaense, que é a questão da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Estive andando no interior do Paraná, fui até a Cidade de Marilândia e várias Cidades do Norte do Paraná. O que eu assisti, por exemplo, Marilândia tem uma situação bem particular, há alguns anos ela tinha cerca de 40 mil habitantes, hoje ela está com 8 mil. Então, em algumas Cidades do interior há um decréscimo, essa população migra para a Região Metropolitana de Curitiba, vem atraída pela Capital Ecológica, pela Capital do Sorriso, pela Capital maravilhosa que é Curitiba. Mas, Curitiba não consegue receber essas pessoas, e elas acabam indo para a Região Metropolitana. A Região Metropolitana cresce assustadoramente. Não assistimos a outras questões institucionais crescerem na mesma proporção.

Eu me somo ao seu pronunciamento, tenho cuidado das questões do Município onde resido, que é Araucária, com relação à Segurança, que não é diferente de Colombo. Nós temos lá a 2ª Companhia de Polícia do 17º Batalhão, onde temos cerca de 70 policiais militares efetivos para cuidar de uma população de 250 mil habitantes, que são de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba e Contenda, o que é humanamente impossível, e fizemos todo um diagnóstico, mostrando as dificuldades pelas quais passamos.

Em resumo, quero aproveitar o seu pronunciamento para dizer que o Presidente Lula decretou e convocou a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que vai acontecer em agosto e setembro. É muito importante que o Paraná faça a Conferência Estadual de Segurança Pública, que possamos fazer essa Conferência e que pos-

samos estar hoje nos nossos Municípios e em todo o Paraná fazendo um diagnóstico das nossas dificuldades, para que nessa Conferência Nacional de Segurança Pública, que terá que necessariamente acontecer, possamos ir com uma pauta positiva de reivindicações.

Sei que Segurança é muito mais do que Polícia, sei que Segurança Pública é muito mais do que penitenciária, é muito mais do que cadeia, é muito mais do que viaturas nas ruas, mas são todas as outras políticas que o Governo tenta implementar no Paraná, porque para você melhorar a Segurança você precisa de emprego, precisa de Educação, precisa de Saúde, mas efetivamente temos que melhorar a nossa infraestrutura, principalmente, e desculpem-me os demais cidadãos paranaenses, mas aí estão os dados estatísticos que V. Exa. traz à tribuna: estamos na área mais violenta do Estado do Paraná. O geoprocessamento do crime mostra isso.

Então, precisamos fazer alguma coisa. Vamos aproveitar este momento em que se discute as Conferências Estaduais e vamos fazer um grande trabalho, somando à Comissão de Segurança Pública, que hoje está sob a presidência do Deputado Mauro Moraes, e fazer com que todos nós, Deputados desta Casa, possamos construir juntos uma saída para esse problema.

Muito obrigada e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado, Deputada Rosane.

Realmente acho importante e necessário que possamos debater em profundidade não somente nas Conferências, mas creio também que a Comissão de Segurança Pública desta Casa deve ter uma atuação mais direta, como tem sido feitas algumas Audiências, mas creio que devêssemos ter Audiências não somente da Comissão de Segurança da Assembleia, mas junto com a Secretaria da Segurança, nos Municípios, nas Câmaras de Vereadores, para que nós possamos, olho no olho, ver o que o Governo está fazendo e o que está acontecendo de fato.

Sabemos que é difícil, em um momento em que as metrópoles crescem de forma assustadora, onde muitas vezes a falta de oportunidades impera e muitos jovens, que até poucos dias eram crianças inocentes, são cooptados diariamente pelo crime organizado, para o mundo das drogas.

Sabemos que não se faz apenas com policial, mas cada vez que aqueles que andam à margem da lei sentem a falta de um policiamento ostensivo, sentem a impunidade prevalecendo, porque não é possível investigar com uma quantia irrisória de efetivo de Polícia Civil, a Polícia de Inteligência quando a impunidade acontece diariamente, quando um delegado me falava: "Olha, Deputado, preciso escolher qual criminoso, qual bandido é o mais perigoso para eu poder colocar na cela, porque não tenho capacidade de carceragem".

Quando nós vemos, muitas vezes, acompanhando que aqueles que têm poder aquisitivo, que têm dinheiro

para contratar bons advogados, que muitas vezes no inquérito mal feito buscam falhas e na Justiça liberam pessoas que realmente deveriam estar presas, nós ficamos muitos preocupados. Quando vemos na rua as crianças e jovens dizerem aquela velha frase: “Dá nada!” “Ou: “Não prendem.” Quando nós vemos inclusive denúncias de alguns policiais, que é a minoria absoluta, mas que têm uma atitude ao contrário do que deveria fazer.

O Governo do Estado tem sido duro, e tem que ser duro. Mas, precisamos de mais efetivo, mais articulação do Governo do Estado com a Prefeitura local, com a comunidade organizada, para que o Estado possa agir e investir recursos na recuperação, no resgate social. Pois somente com recursos somados buscando resgatar família, valores, poderemos reduzir este caminho que é hoje muito difícil e que somos cobrados diariamente.

A impressão que tem a sociedade é que a Assembleia Legislativa está quieta, está omissa. Precisamos cobrar aquilo que tem que ser feito, precisamos nos envolver e estabelecer um projeto de ação. É preciso trabalhar integrados, somando forças, precisamos reintegrar a família, a comunidade numa ação conjunta de Governo para poder reduzir esses níveis alarmantes de criminalidade.

É nesse sentido que encaminho o requerimento na tarde de hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação as presenças do Prefeito Eduardo, de Realeza; o Presidente da Câmara, Aristeu Ribas, de Tibagi, a pedido do Deputado Plauto Miró; o Vereador Nelson, de Campo Largo; o Prefeito de Coronel Vivida, Fernando Gugik, juntamente com sua esposa, a pedido do Deputado Nereu Moura. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que me traz a esta tribuna é sobre Segurança Pública, ou melhor, falta de Segurança Pública no Estado do Paraná.

Aqui está a manchete do jornal que circula lá na minha região: “Rapaz é assassinado em plena luz do dia.” Isso ficou comum na nossa região de Campo Mourão.

Fizemos um levantamento, só neste ano, estamos ainda no mês de março, homicídios ocorridos, estou falando só de Campo Mourão, não vou falar dos Municípios da região, pois aumenta um pouco mais. Falaram aqui na Região Metropolitana, que parece bastante violenta, mas os Municípios menores, como é o caso de Campo Mourão, 90 mil pessoas, cidade calma, já foi calma. Se pegarmos de janeiro até agora, já foram 14 pessoas assassinadas. “Ah, mas é um número pequeno.”

Estou falando assassinadas! Fora as tentativas de homicídio, que são mais 25! Se nessas tentativas tivesse acontecido morte, seriam 39 pessoas!

A comunidade de Campo Mourão não aguenta mais. A Associação Comercial, o Rotary, o Lions, a Maçonaria, o Sindicato Rural, o Sindicato Patronal, os empregados das empresas, todos não aguentam mais. Manifesto público em jornal e o Governo não se mexe. Fizemos Audiência Pública e aí quero discordar dos Deputados que falaram que a Assembleia não se mexe. A Assembleia se mexe, sim! Eu mesmo já fui em várias Audiências Públicas da área de Segurança Pública promovidos pela Assembleia. Quem não está se mexendo é o Governo do Estado. Ele não está se mexendo. A Segurança Pública no Paraná está um caos!

Já fizemos audiência Pública lá em Campo Mourão, Sr. Presidente. V. Exa. inclusive ajudou a aprovar aqui um requerimento para essa Audiência Pública, que fizemos no ano passado. Foi feito um relatório de todos os problemas que a comunidade, naquele momento, apresentou. Lideranças participaram, da Igreja Católica, da Igreja Evangélica, os Vereadores, os Prefeitos, os Presidentes de entidades. Entreguei uma cópia desse relatório aqui na Assembleia Legislativa. Enviei cópias desse relatório ao Governador, ao Secretário da Segurança e ao Vice-Governador. Pedimos melhorias na Segurança Pública, mais investimentos. Queremos novos policiais, mais recursos para a Segurança Pública em Campo Mourão, mas não está acontecendo.

O que eu vejo é uma deficiência muito grande do Governo. Faltam muitos policiais em Campo Mourão, mas não está acontecendo.

O que eu vejo é uma deficiência muito grande do Governo. Faltam muitos policiais em Campo Mourão. A cadeia pública não suporta mais. As dificuldades que enfrentamos são seríssimas. Aqui é o palco para falar sobre esse assunto. A Assembleia está fazendo seu papel. Estamos cobrando rotineiramente ações para melhorar a Segurança Pública em Campo Mourão, na região, e também no Paraná. Infelizmente, vejo o Governo acomodado. Para conversar com o Secretário da Segurança Pública, em uma Audiência Pública, era mais fácil falar com o Papa do que conversar com o Secretário da Segurança Pública. É muito difícil, é uma estrela!

Não aguentamos mais falta de Segurança Pública em Campo Mourão. O Governador não toma medidas e deixa acontecer do jeito que está. Cada dia morre um. E mais: os jornais trazem informações de que o delegado está dizendo, numa das reportagens, que quem está morrendo é só bandido. Será que o Governo do Estado não tem como oferecer condições para essas pessoas que morrem por meio do tráfico de drogas, crianças, inocentes, pais de família? Será que são bandidos? Gostaria que ele fosse falar lá para o filho do João Torto, lá do Jardim Tropical, que morreu inocentemente com um tiro.

Estamos vivendo um caos em Campo Mourão. “Ah, o Deputado Douglas é da Oposição!” Que oposição!

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

TV Paranaense	250
TV Coroados	70
TV Cultura	83
TV Cataratas	61
TV Esplanada	64
TV Imagem	48
TV Oeste	73
TV Guairacá	34
Gazeta do Povo	816
Gazeta do Povo - Filial	52
Gazeta do Povo - SP	8
Jornal de Londrina	68
Rádio 98 FM	22
Rádio Globo	12
Instituto RPC	7
TOTAL	1.668

Conduzindo doutor Francisco

Apesar de gostar de dirigir, Francisco Cunha Pereira Filho não tinha muito tempo para fazê-lo. Precisava ler os jornais, tratar de negócios e comparecer a eventos mil. Por isso, contratou um motorista para levá-lo de um lado a outro de Curitiba. A pessoa escolhida foi Antônio Ferreira de Lima, o Toninho, 61 anos, 41 de Rede Paranaense de Comunicação e 26 como motorista - e uma espécie de "faz-tudo" - do jornalista.

Toninho entrou na Gazeta do Povo em 1967 para entregar jornais, de bicicleta. Tempos depois, passou a ser motorista do Canal 12, até que recebeu o convite para dirigir o carro de Francisco. Outros motoristas não aceitaram o posto porque se assustavam com a responsabilidade de levar o diretor-presidente da RPC. Toninho topou na hora. "Não ganhei um patrão. Ganhei um 'paitrão'. Era patrão e pai", conta o motorista. E Francisco ganhou um homem de confiança.

Certa vez, ao escolher um novo automóvel para si, o "paitrão" deu carta branca ao motorista. "Ele disse para escolher entre dois carros, já que era eu quem ia dirigir." Dias depois, Francisco quis guiar o carro novo e inverteu os papéis: Toninho foi de passageiro, conduzido pelo patrão. "O doutor era muito humilde", conta. Humildade que transparecia na escolha dos veículos. Francisco trocava de carro, quase sempre nacional, a cada seis ou sete anos. "Teve Fusca, Passat, Monza e Santana", conta o motorista.

O itinerário de Francisco e Toninho era quase sempre o mesmo. Além de conduzir o chefe entre a casa e o trabalho, três outros pontos eram paradas obrigatórias: a casa do pai de Francisco, todos os dias; a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para a novena das quartas-feiras; e o barbeiro nos finais de semana. "Diariamente, ele visitava o pai", conta Toninho, que passou a evitar o trajeto depois da morte do pai de Francisco, em 1999, em respeito à dor do patrão.

Motorista e passageiro tinham intimidade, mas não conversavam muito. Francisco quase sempre precisava ler e ouvir as notícias. Toninho procurava não incomodar. Às vezes, um palavrão do motorista quebrava a rotina. "Eu xingava no trânsito. E também não me vestia com uniforme e não abria a porta para o doutor. Mas ele se acertou com o meu jeito." Toninho lembra ainda que o diretor-presidente da RPC pegava todos os panfletos entregues nos semáforos - e os levava até o departamento comercial, para conseguir novos anunciantes.

Em mais de duas décadas de serviço, Toninho nunca sofreu um acidente. "E olha que fazíamos do Centro ao Afonso Pena em 15 minutos", comenta. Ele atribui a falta de acidentes à aura do chefe. "Eu não era um excelente funcionário, ele que era um excelente patrão, uma pessoa que só fazia o bem", completa o motorista.

Vinicius Dias

Um cidadão em público

Nos mais de 40 anos em que militou na imprensa, Francisco Cunha Pereira Filho se fez participante dos mais importantes debates e interesses da sociedade. Pelas páginas dos meios de comunicação que comandou foi um porta-voz dos anseios do povo paranaense. Esteve com os poderosos e com os humildes. Perto da fama e do anonimato.

Barba, cabelo, bigode e jornal

Alfaiate, jornaleiro e barbeiro de Cunha Pereira lembram da elegância do freguês do qual se tornaram fiéis escudeiros.

Dono de uma das bancas de jornal mais tradicionais de Curitiba, a Banca do Batel, Ingomar Heidorn, 64 anos, é um homem de palavras firmes e posições marcantes. Quando perguntado sobre sua amizade com Francisco Cunha Pereira Filho, os olhos azuis de Ingomar se enchem de lágrimas e sua voz fica embargada. "É falar no doutor Francisco que o pai fica emocionado e começa a chorar. E eu não vi ele chorar por mais ninguém", conta a filha Liliângela, que há nove anos assumiu (junto a dois irmãos) a banca.

Ingomar lembra do dia em que conheceu o diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, há cerca de 40 anos. "Foi bem no início da banca. Um dia ele chegou e perguntou como ia a venda da Gazeta. Eu sabia quem ele era. Disse que a Gazeta era o jornal mais

do PT. Como disse o Deputado Lemos, ele quer que melhore o salário do pessoal da Educação, do pessoal da Saúde, que estava aqui há pouco. Discursar para as pessoas quando elas estão aqui é fácil, difícil é honrar depois o voto favor das pessoas, e ter coerência.

Gostaria de parabenizar o Deputado Belinati, uma pessoa que eu admiro muito. Ele tem a capacidade de falar aquilo que o povo quer ouvir. Mas, nem sempre, Deputado Nelson Justus, aquilo que o povo quer ouvir às vezes é o melhor para o próprio povo, porque gostaríamos que todos tivessem condições de estar ganhando cada vez melhor.

Para encerrar, não dá para imaginar uma Campo Mourão revoltada com a questões da Segurança. O Governo não está investindo, não está fazendo as mudanças necessárias e o povo é quem está sofrendo, principalmente o povo mais pobre, é esse que sofre mais quando o Governo vira as costas, como é o caso da Secretaria da Segurança Pública, que não está investindo em Campo Mourão. E, por isso, estamos tendo tantos problemas sérios nessa Secretaria.

Era isso. Muito Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças: Democratas.

Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário da Liderança dos Democratas para lembrar aos Parlamentares - e principalmente à Força Sindical, que está presente hoje nas galerias assistindo a Sessão da Assembleia Legislativa - Deputado Nelson Justus: tenho 32 anos de vida pública, 14 anos na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon e 18 anos aqui na Assembleia Legislativa, vou para o 19º ano e no término deste mandato para o 20º ano.

Sempre fui um parceiro dos investimentos do Estado do Paraná. Nunca me cansei de dizer que o Estado, o Município, o País, só se desenvolvem quando existe sintonia entre o Poder Público e o setor privado. Quem gera desenvolvimento e emprego não é o Poder Público. Quem gera emprego, impostos e desenvolvimento é o setor privado. Não existe capital sem trabalho. Não existe sem capital. Eles têm que andar juntos.

Não posso conceber, com todo o respeito que tenho por todas as entidades constituídas no nosso País, quando lançam um jornal mentiroso, que procura jogar os Deputados contra a opinião pública, quando dizem: "Deputados Estaduais do Paraná traem os trabalhadores e derrubam a Lei do Emprego." Essas pessoas que fizeram esse jornal não conhecem a realidade do Paraná e não

enxergam além do seu nariz. Por que se enxergassem e conhecessem um pouco a história do Paraná, não fariam um jornal desse.

A Assembleia está sendo presidida pelo Deputado Nelson Justus, que foi Secretário da Indústria do Paraná, que se valeu de uma lei que aprovamos e que os Deputados Estaduais aprovaram, de autoria do Deputado Aníbal Khury, chamada Lei Bom Emprego.

O jornal é mentiroso, porque ele diz que as grandes empresas, as multinacionais, estão isentas de impostos. Ninguém está isento de imposto. Essa lei não isenta ninguém. Caros dirigentes da Força Sindical, falem para essa pessoa que escreveu essa mentira no jornal, que corrija isso. A lei apenas dá uma dilação de prazo, ou dá um deferimento dos impostos. As empresas que se estabeleceram no Estado do Paraná pagam imposto, sim. Podem ter um prazo de quatro, cinco ou seis, mas quando começam a pagar, pagam a parcela vincenda e uma vencida, e uma vencida e uma vicenda.

Os senhores estão sendo muito injustos quando estampam nos jornais fotografias de Deputados, que geram centenas de empregos no Estado do Paraná. Chamam esses Deputados de traidores do trabalhador, quando são eles que geram empregos, desenvolvimento ao nosso Estado. Desculpe-me, mas não posso aceitar isso. Os senhores estão aqui porque são dirigentes sindicais e estão sendo pagos pelo seu sindicato. Respeito e aceito quando a verdade é falada. Não aceito a mentira e quando procuram denegrir a imagem de diversos Parlamentares.

(Manifestação nas galerias)

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Elio, um aparte?

(Assentimento)

Cumprimentar os sindicalistas que estão aqui e a V. Exa. que está fazendo esse pronunciamento.

Fui contemplado também por esse jornal, que diz que somos contra o emprego. Deixar claro, com toda a naturalidade, sem nenhum sobressalto, que a PEC que foi colocada aqui em votação, não foi aprovada, porque já existe uma lei. O Professor Lemos foi naquela tribuna e fez a leitura da lei. Se o Governo quiser executá-la hoje, poderá fazê-lo. Não podemos, nem a Força Sindical, os sindicalistas que estão aqui, nem a imprensa, ninguém deve se submeter a um serviço que não transmita a verdade. Quero dizer aqui a todos os sindicalistas: nenhuma pessoa, nem Hitler, nenhuma pessoa que milita na vida pública é contra o emprego. O que nós fomos contra, foi mudarmos uma Constituição pelo bel-prazer de se jogar para a opinião pública, e acho que os sindicalistas são inteligentes para saber que a lei não levaria a nada. O que vai levar a contribuir para a geração de empregos são ações efetivas. Vou citar um exemplo: ações efetivas quando diminuiu o IPI da venda de automóveis. Segurou a queda da venda.

Agora, pergunto a quem está me assistindo: qual a ação que o Governo tomou, efetivamente, para segurar o emprego? Nenhuma! Traz uma PEC aqui, quando fomos descobrir já tinha uma lei, o Governo não tinha conhecimento dessa lei e não executou.

Restabelecendo a verdade, certamente alguém do próprio Governo do Estado levou a induzir a este erro, mas tenho certeza absoluta que todos os sindicalistas, todos os trabalhadores do Estado do Paraná têm consciência de que ninguém é a favor do desemprego. Somos a favor da verdade, de leis claras, de que o Governo haja com firmeza para segurar o emprego. O restante, nada me atinge. Cumprimento V. Exa. e a todos que me assistem.

Obrigado.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio, ouço com atenção o seu pronunciamento. Tivemos uma posição clara e transparente no Plenário desta Casa. Com relação à PEC que foi votada, primeiro ponto, existe uma lei do Deputado Ratinho, semelhante. Praticamente a mesma coisa, com o mesmo texto da PEC que fomos forçados a votar nesta Casa, por vontade do Palácio Iguaçu.

Mas, temos visto no decorrer dos últimos tempos, ações feitas pelo Palácio meramente para tentar ir de encontro à vontade popular. Se temos uma lei, por que votar numa outra semelhante? Digo, todos os Países do planeta, que estão vivendo um desemprego alto, por causa dessa crise que tomou conta do mundo, tem tido dois tipos de ações: a primeira, diminuir impostos; a segunda, linha de crédito para as empresas para que elas possam sobreviver à falta de venda de seus produtos, para que não venham a demitir seus funcionários.

Essa é a realidade que acontece no mundo. E aqui no Brasil, o Presidente Lula teve uma atitude clara diminuindo o IPI, tentando facilitar a vida das empresas que produzem dentro da nossa Federação. Então, é uma lei que foi votada, sendo que já tinha uma lei aprovada, repito, do Deputado Ratinho Júnior. E naturalmente, se tem uma lei já aprovada, por que votar outra? A votação aconteceu. Acho que uma ação clara do Governador era diminuir os impostos.

Dias atrás votamos aqui, entre aspas, uma reforma tributária. E essa reforma que votamos aumentou o valor da energia elétrica, do combustível, das telecomunicações. Três itens que interferem diretamente no custo da produção de todas os produtos industrializados no Estado do Paraná.

Esse tipo de ação tomada pelo Governo não é uma ação concreta para ajudar na geração de empregos no Estado do Paraná. Apoio o seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Nelson Justus, se V. Exa. permitir, uso o horário da Liderança da Oposição.

Só quero fazer a leitura para que fique registrado aqui nos Anais e para as pessoas que estejam em casa nos

assistindo, porque aquela PEC do Emprego, vejam o que dizia no artigo 147, a exceção do disposto no artigo 155, parágrafo 2º inciso II, letra G, Constituição Federal: *Os incentivos de benefícios fiscais e creditícios serão outorgados a empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter postos formais de trabalho.*

Agora, por que eu li esta emenda à Constituição? Nós tínhamos uma lei, nós tínhamos não, nós temos uma lei no Estado do Paraná, já dita pelo Deputado Reni Pereira, lembrada por diversos Parlamentares na Sessão de hoje. O que diz o artigo 1º da Lei nº 15426? *Artigo 1º As empresas que receberem incentivos fiscais de qualquer natureza para implantação ou expansão de atividades no Estado do Paraná deverão cumprir obrigatoriamente as seguintes condições que constarão dos respectivos acordos e contratos: manutenção do nível de emprego e vedação de demissões consideradas exorbitantes, sem justa motivação.*

Letra b - aplicação de até 5% do valor dos incentivos fiscais recebidos em programas voltados à qualificação do trabalhador.

Esta é uma lei que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem aprovada, de autoria de um dos Parlamentares, hoje Deputado Ratinho Júnior, que está no Congresso Nacional, e qual foi a nossa surpresa, Srs. Deputados, quando esta lei, este projeto de lei, depois de aprovado no Plenário, chegou no Palácio Iguaçu, o Governador do Estado não sancionou, devolveu esta lei para a Assembleia. Quem promulgou esta lei foi o Deputado Hermas Brandão, quando era Presidente da Casa aqui na Assembleia Legislativa.

Então, existe uma lei que já requer toda a segurança para os trabalhadores no Estado do Paraná. E uma coisa tem que ficar bem clara: esta PEC ou esta lei só se aplica, e agora com uma nova lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, que procura aperfeiçoar esta lei ainda, porque a lei já existe, a lei esta vigorando. A quem você aplica esta lei? Única e exclusivamente para as empresas que recebem benefícios, ou que venham a receber benefícios fiscais no Estado do Paraná, ou seja, dilatação de prazo ou outro incentivo por parte do Governo do Estado.

Então, não adianta começarmos a querer enganar a população, querer enganar os empregados do Estado do Paraná, querer dizer que todos os empregados do Paraná estariam seguros com esta PEC ou com uma lei que existe. Não. Vamos falar a verdade, vamos ser justos conosco mesmos. Não podemos aceitar que uma meia verdade seja transmitida, ou que se omita a verdade daquilo que efetivamente seja votado, aquilo que está se discutindo e se vota na Assembleia Legislativa com o objetivo de querer jogar alguns Parlamentares contra a sociedade do Paraná, de querer jogar alguns Parlamentares contra os trabalhadores do Paraná.

Eu disse que aqui tem fotografia de diversos Parlamentares que geram centenas de empregos no Estado do Paraná.

Por essa razão, Deputado Nelson Justus, eu, como paranaense, não como Deputado, não posso aceitar isto calado, não posso aceitar que um jornal diga que empresas foram isentadas, que estão isentas de impostos. Não existe uma empresa que esteja isenta de imposto.

Gostaria que o autor, quem redigiu essa matéria, que me informasse, mande para mim, mande para os Deputados, mande para a Assembleia, uma única empresa no Estado do Paraná que foi isenta do imposto pela Lei Bom Emprego, uma única empresa só. Não existe. Existe a dilação de prazo. É isso que temos que entender. No Brasil, hoje, temos uma guerra fiscal, infelizmente. O Paraná estava perdendo muito e recentemente o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, deram incentivos para as indústrias de confecções do Estado do Paraná que estavam perdendo a sua competição com os produtos que estavam sendo importados da China, produtos que estavam sendo produzidos em outros Estados.

E é por esta razão que o Governo do Estado, este Governo hoje fez, encontrou mecanismos para que as empresas, para que as indústrias de confecções no Estado do Paraná também recebessem esse benefício, para que não demitissem os seus funcionários. E quem procurou isso? Foram os empresários do Estado do Paraná, foi uma comissão aqui na Assembleia Legislativa, por Deputados que constam aqui na lista também, como se fossem contra o emprego no Estado do Paraná.

Esses Deputados foram autores da lei: Traiano, junto com o Deputado Alexandre Curi, junto com o Deputado Romanelli, junto com outros Deputados. E agora estão sendo tachados de Deputados que são contra o emprego no Estado do Paraná! É isso que quero deixar claro! Não podemos aceitar de forma nenhuma! O que queremos, sim, é gerar mais emprego no Estado do Paraná; o que queremos é que as indústrias que estão no Estado do Paraná, permaneçam aqui; o que queremos é que as indústrias venham para o Estado do Paraná que o Governo do Estado, sim, seja um parceiro das empresas. Porque não existe empregado sem empresa e não existe empresa sem empregado, os dois têm de andar juntos. Tem que se procurar um meio caminho.

Agora, como Deputado, não posso aceitar de forma alguma quando se apresenta uma PEC no Estado do Paraná, aqui, na Assembleia Legislativa, quando já temos uma lei sancionada, promulgada pelo Presidente da Casa. E o Deputado Reni, não quero vos cansar, o Deputado Reni Pereira fez a leitura dessa lei, que, inclusive, obriga e determina que o Governo do Estado procure as empresas que receberam incentivos, que foram beneficiadas pela Lei Bom Emprego para que assinem o termo de aditivo. E entramos com um pedido de informações e é importante que a Força Sindical saiba disso, nós subscrevemos esse pedido de informações de quantas empresas já assinaram o termo de aditivo para assegurar os empregos no Estado do Paraná! Quem assinou fomos nós, Deputados da Oposição. São esses Deputados que

estão aqui estampados nos jornais que são contra o emprego.

Concedo aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Elio Rusch, acredito que a função principal desta Casa é debater em profundidade os temas que aqui são discutidos e aprofundados. E esse projeto que deram o nome, PEC do Emprego, creio que é um projeto de um artigo, apenas e tão-somente um artigo e que não representaria nada, mesmo que fosse aprovado, em termos de garantia de emprego para ninguém. Creio que a sociedade, o trabalhador e, principalmente, os sindicatos, não deveriam e não devem, não são tão levianos a ponto de imaginar que um artigo que diz que as empresas que recebem benefícios fiscais devem estabelecer um compromisso da manutenção. A ideia é boa, agora, é muito bom deixar claro que essa lei teria efeito apenas e tão-somente nos contratos de agora em diante. Ela não teria atuação nenhuma sobre aquelas empresas que receberam benefícios fiscais anteriores. Porque elas têm as suas garantias estabelecidas nesse contrato. E, principalmente, o Governador do Estado, e creio que o Governador Requião jamais concederia qualquer benefício fiscal a uma grande empresa que não tivesse um compromisso não somente de manter os empregos, mas, acrescer mais empregos.

Portanto, esta lei que foi colocada como PEC do Emprego, no meu entender, é uma bravata político, como se diz para Deputado que não tem compromisso com a verdade, e que tem compromisso apenas com a falácia, apenas com a demagogia, tentando vender uma grande ilusão. Creio que teremos, aqui, a grande oportunidade e nos colocamos à disposição de todos os sindicatos, da Força Sindical, inclusive que venham aqui debater claramente o que era e o que eles querem.

Creio o seguinte: todos os Deputados têm interesse em manter emprego, sim. Agora, é evidente que não podemos concordar e jamais poderemos dizer, Deputado Líder do Governo, que era o autor desta emenda, talvez quisesse colocá-lo como "Salvador da Pátria". E talvez o financiamento de jornais que agridem, no sentido demagógico, Deputados que não vieram votar, como Deputado que nem estava sabendo. Nós não tivemos Audiência Pública junto com a sociedade.

Portanto, creio que temos que ser transparentes e temos que discutir com a verdade, discutir com clareza e afastar aqueles que usam a demagogia, a mentira como forma de angariar simpatia perante os segmentos.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço pelo aparte, e para finalizar quero dizer que esta PEC era desnecessária, porque a legislação que temos no Estado do Paraná já garante tudo isso e muito mais do que a própria PEC que foi apresentada aqui na Assembleia, como a "salvadora da pátria", como a salva-

dora dos empregos no Estado do Paraná. Então, para mim, não tem nada a ver com a PEC do Emprego. Foi apelidada como PEC do Emprego. Na verdade já temos uma legislação que garante, e mesmo antes desta PEC já tínhamos, também, uma lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, que já estava tramitando e está tramitando aqui. Por essa razão, pela minha coerência e pelos meus atos me responsabilizo. Só espero que cada um responda pelos seus atos e, também, tenha a humildade de reconhecer quando existe um erro, como esse próprio jornalista que fez esse jornal, e tenha a humildade de reconhecer que foi um ledor enganado quando fez esse jornal.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no horário da Liderança do PSDB, o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

(Tumulto na galeria e o Presidente pede silêncio!)

Sr. Presidente, começo minha fala dizendo o seguinte: os trabalhadores organizados e que querem, realmente, fazer com que as coisas aconteçam neste País, neste exato momento, com certeza estão dentro das suas empresas trabalhando de uma forma ordenada. E aqueles que não querem, aqui estão badernando. Esta é a colocação verdadeira: os baderneiros aqui estão, Sr. Presidente!

(Tumulto na galeria e o Presidente Nelson Justus suspende a Sessão por alguns minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está reaberta a Sessão. Continua com a palavra o Deputado Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, enalteço sua postura. V. Exa. age com toda grandeza ao tomar essa decisão em fazer com que as galerias se mantenham dentro do índice de civilidade e de respeito que deve existir nesta Casa. Mas, reitero o meu discurso: não me intimido, Sr. Presidente. Não me intimido, porque aqui cheguei pelo voto da grande maioria de eleitores que confirmaram no nome do Deputado Traiano, que tem uma história de 26 anos de vida pública. Não me intimido não, não me curvo e não me rendo. Já cansei de aparecer em jornais e continuo Deputado.

Aliás, quero mandar um recado, mudem a minha foto, eu não sou careca e não uso mais barba. Botem uma foto recente, que com certeza eu ficarei melhor nesse jornal.

Falo aos senhores dizendo que votei contra a PEC por ter consciência absoluta de que não é dessa forma que vamos corrigir os problemas da economia do Estado.

Valho-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de uma manifestação do Secretário da Fazenda, agora recentemente falando da preocupação da queda da arrecadação no Estado do Paraná, em função da crise aviltante que estamos vivendo no mundo inteiro e não apenas no Estado, onde ele fala da possibilidade de diminuirmos os investimentos que o próprio Governador havia programado para o Estado do Paraná, porque a receita está caindo. Valho-me aqui da última manifestação do Presidente Lula, agora, ontem se não me falha a memória, onde ele dizia: "Este não é o momento para pedir aumento salarial; este é o momento para instituímos relações entre patrão e empregado e mantermos o equilíbrio daquilo que é o elementar, que é a manutenção do emprego."

Dessa forma que eu penso, até porque desde o primeiro momento em que comecei a minha vida, aos 20 anos de idade, Deputado Belinati, eu já fui, já comecei uma atividade empresarial. Os senhores sabem que eu gero hoje 330 empregos numa Cidade de apenas 15 mil habitantes. Se eu fechar a minha empresa, quebro a Cidade. Tenho a consciência da responsabilidade que pesa nos meus ombros. Tenho conversado com os meus funcionários que é muito mais importante sofrermos, quem sabe, juntos, neste momento, mas mantermos a sua carteira de trabalho assinada, porque ela representa a dignidade e a decência do nosso cidadão, do nosso trabalhador.

Ninguém quer demitir ninguém. Não é desta forma que vamos estabelecer uma boa relação neste Estado.

Aliás, entendo que o grande problema deste País e que pode levar as empresas à falência ou quebrarem, são as relações trabalhistas. Se não estabelecermos regras claras, é lógico que vamos ter problemas muito em breve.

É por isso, Deputado Elio, que eu apoio o seu pronunciamento integralmente. Nós que aqui estamos defendemos o emprego, sim. Apenas entendemos que a PEC aqui encaminhada não representa o que é o sonho e o desejo da sociedade paranaense. Conte com o apoio de inúmeros Parlamentares, entre eles Deputados do Governo que votaram a favor da PEC do Emprego. O Deputado Nelson, Presidente desta Casa, quando aqui trabalhamos em conjunto para criarmos uma possibilidade de atender um segmento do Estado, que é o segmento do vestuário, que enfrentava dificuldades para manter o emprego. A Assembleia, de pronto, e o próprio Governador entendeu e concedeu o benefício. Mas no nosso entendimento é que usando-se da PEC nós poderíamos estar inviabilizando a possibilidade de novos empreendimentos virem ao Estado do Paraná. Porque esta PEC se colocaria de forma impositiva, impossibilitando aqueles que pudessem aqui instalar-se, buscando a possibilidade de geração de emprego. E também afetando aqueles que já gozam do benefício.

Este é o momento que tanto o Governo do Estado, quanto o Governo Federal, deveriam preocupar-se em buscar alternativas para dar sustentabilidade aos empre-

sários, para manter empregos. Propus, aqui, há alguns dias atrás, que o Governo do Estado dilatasse, fizesse uma dilatação de prazo do recolhimento do ICMS por 10 ou 15 dias, dentro do que prevê a legislação, como fez o Presidente Lula, reduzindo o IPI, visando a manutenção de emprego.

Esta é uma propositura inteligente. Não a imposição, penalizando o empresário, colocando o empresário na ponta da faca; se demitir você perde o benefício. Ninguém demite ao seu bel-prazer. Ninguém quer ver uma família sacrificada. Tenho consciência absoluta de que todos que aqui estamos temos a responsabilidade de fazer com que o Paraná realmente mantenha seus empregos, independentes de cor partidária.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, encerro meu discurso dizendo: não me preocupo e não me intimido. Me coloquem no jornal quantas vezes quiserem. Eu gero empregos. E por isso ando de cabeça erguida neste Estado. Nunca tive prejuízo eleitoral por estar num jornal destes. Porque estes não votam em mim. Quem vota em mim são aqueles que acreditam no Deputado Ademar Traiano, no interior deste Estado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior, usando do horário do PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores sindicalistas.

Antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, quero primeiramente saudar o Deputado Antonio Belinati, pela eleição de Londrina, onde V. Exa. ganhou do Deputado Barbosa Neto. Mas, ainda lamento o fato de o Tribunal Superior Eleitoral ter, após duas eleições, onde V. Exa. realmente foi eleito pela população, ter lhe cassado o mandato. Porque foi um absurdo reunir 500 mil pessoas para depois dizer que não valeu. Ele que tivesse cumprido o prazo regimental e por motivo também burocrático. E falando em eleição, em Londrina acho que o Governador Requião apoiou o Haully.

Vou abordar, agora, um dos temas que me traz à tribuna. Estive em Foz do Iguaçu e acompanhei um pouco os trabalhos no Fórum Crise Mundial - Desafios e Soluções na América do Sul. Quero até dizer, Deputado Teruo Kato, que o Governador Roberto Requião sentiu muito sua falta, porque V. Exa. não falta a nenhuma reunião deste tipo.

Este debate é importante, é bom acontecer. Mas, deveria ter não só ideólogos do fim do mundo, comunistas e socialistas. Deveria ter todas as correntes, praticamente ter um pensamento concreto. Ali é o caos. Todo

mundo pregava o caos. Ficavam contentes com a crise mundial, porque tinham dado um nocaute no neoliberalismo, entre aspas. Estavam contentes com isso. Só faltou o Hugo Chávez vir falar sobre o sucesso econômico e a liberdade de imprensa na Venezuela. Nisto, estou sendo irônico. Realmente, o debate é importante. Mas foi conduzido de uma maneira muito ruim. Até o Presidente eleito dos Estados Unidos, que acho que é um sucesso, foi chamado de Black Bush, o que eu acho totalmente errado.

Quero abordar, também, a questão da PEC. Eu votei a favor. E acho completamente errado este jornal. Por quê? Porque realmente a lei já existia. A questão era política, de transformá-la numa emenda à Constituição e assumir para si este benefício, no sentido de que as indústrias não vão mais demitir, se contratarem ou receberem algum tipo de auxílio do Governo. Foi política a decisão. Eu votei a favor era desnecessária, completamente desnecessária e já estava pronta, mas como diz: o que abunda não prejudica. Então votamos a favor.

Então, queria apenas lembrar hoje aos Deputados que temos algumas leis importantes a serem votadas, como a questão do salário-mínimo regional, temos a questão do terreno que vai ser para algo importante, que é o fórum, para que votemos com consciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer que ouvi aqui diversas manifestações, até porque os pronunciamentos aqui foram muito intensos, posições de explicação em relação a posicionamentos ou então em relação a determinadas circunstâncias que levaram esta Casa, em uma malfadada quarta-feira, pela ausência de um voto, termos rejeitado a PEC do Emprego. Tínhamos naquela Sessão um quórum de 43 Parlamentares, apresentamos um requerimento, que foi assinado pelo Deputado Reni Pereira, para podermos adiar a votação, a Presidência não aceitou o adiamento da votação e ao mesmo tempo contamos os votos que tínhamos para aprovar.

Aqui nesta Casa, todos sabem, nenhuma votação acontece se não for muito bem calculada, e havia votos para aprovar a PEC. Todos sabemos que houve uma surpresa no processo de apuração, na digitalização do painel eletrônico. Ao mesmo tempo, entendo a manifestação não só da Força Sindical, mas de diversas centrais sindicais que estão aqui hoje, e esse clima que tem nos levado, de fato, a ter rompido aqui aquilo que é absolutamente fundamental no Parlamento para que se possa ter um diá-

logo construtivo, como tivemos na última segunda-feira, quando estabelecemos uma estratégia de poder apreciar a reapresentação, que o Presidente Nelson Justus descartou, embora eu entenda que o artigo 126 do nosso Regimento prevê a possibilidade de se reapresentar a matéria quando apoiada por 28 Parlamentares, e aquela PEC foi, originalmente, uma grande parte dela, calcada em cima da PEC que a nossa bancada havia apresentado, acrescida daquele termo “demissões coletivas” e “mais de 100 empregados”. Efetivamente, pessoalmente entendo que a PEC possa ser apreciada, contrário ao que diz a Constituição Estadual e Federal.

Independente disso, o Governador Requião se reuniu com o Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, o Procurador Olímpio de Sá Sotto Maior, e com a Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, a Dra. Margarete, e juntos redigiram uma proposta de um projeto de lei para oferecer uma emenda ao projeto do Deputado Ratinho Júnior que - desculpe-me a Oposição, pois não estou aqui para fazer provocação, mas é para encontrarmos uma solução para esses temas - todos aqui nesta Casa não sabiam da existência desse diploma legal.

Desculpe-me Deputado Elio Rusch, mas V. Exa, só veio a saber disso depois da votação. Ninguém sabia que tinha aquela lei que havia sido promulgada aqui na Assembleia. Não adianta dizermos que sabíamos, porque não sabíamos, ninguém sabia. O texto da PEC do Emprego foi redigido pelo Secretário Heron Arzua, com a sua experiência de Secretário da Fazenda e também de tributarista. E porque uma PEC, uma Emenda Constitucional? Porque toda a nossa legislação que regula a concessão de incentivos e benefícios fiscais é uma legislação estadual. E esse princípio constitucional de quem recebe incentivo e benefício fiscal ilumina toda a legislação estadual.

Em decorrência da decisão do Presidente Nelson Justus, o Deputado Alexandre Curi, e os Deputados que integram a bancada de apoio ao Governo, apresentaram um projeto de lei que vai dar eficácia à Lei nº 15426, apresentada pelo Deputado Ratinho Júnior. Porquê? Porque todos sabemos que naquele caso específico ele dizia mais ou menos aquilo que dizia a PEC. Só que no seu artigo 3º dizia: *O inadimplemento dos requisitos dessa lei, seja revisão dos contratos, acordos ou protocolos que contêm incentivos fiscais ou de outra natureza*. Isso não vincula absolutamente nada esse diploma. Então, uma nova redação foi proposta, alterando a alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30 de janeiro de 2007, que passam a ter a seguinte redação:

Artigo 1º Manutenção do nível do emprego e vedação de dispensa, salvo motivação disciplinar ou financeiro obstativa da continuidade da atividade econômica devidamente comprovada pelo beneficiário do incentivo fiscal. Estabelecendo um critério bem objetivo.

Art. 3º O inadimplemento dos requisitos dessa lei ensejará a imediata cessação dos incentivos fiscais concedidos.

Com esse novo texto legal dessa lei, teremos um diploma legal para que possamos ter uma lei com eficácia. Essa lei, com essa disposição, supre o tema que envolve a PEC do Emprego, resolve esse tema, sem deixar de perder a perspectiva que a PEC do Emprego ainda deve tramitar nesta Casa. Mas como estamos tratando de questões emergenciais em relação ao emprego, ora, não dá para desconhecer a realidade que está aí fora. Não é à toa que os sindicalistas estão aqui hoje indignados por conta que são sabedores que as grandes empresas que são beneficiárias de impostos, que o paranaense ou o brasileiro pagam, estão demitindo e anunciaram demissões em massa.

Falei hoje com a o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral para que, amanhã na CCJ, possamos votar essa alteração na lei e, num prazo muito curto, possamos enviá-la ao Palácio para que o Governador Roberto Requião sancione e que o Secretário Heron Arzua possa chamar os empresários que tenham contratos com o Estado e aplicar a eles a imposição dessa lei. Aí sim, as centrais sindicais, o sindicato dos trabalhadores, especialmente aquelas categorias profissionais que são os empregados das empresas beneficiárias, que possam denunciar as empresas que estão demitindo e que possamos lutar contra essa opressão. Porque sabemos que, se abrimos mão de impostos, foi para que pudéssemos ter emprego, não foi por outra razão. E temos que ter a capacidade de poder superar essa discussão aqui e ultrapassar essa barreira do desentendimento.

Vamos votar amanhã na CCJ esse projeto de lei para vir ao plenário, e se possível, ainda votar amanhã na 1ª discussão pela constitucionalidade, porque ele é constitucional. Ao mesmo tempo, resolver o tema e, de uma vez por todas, virarmos essa página e darmos essa profunda situação que estamos vivendo de tristeza e preocupação por todos.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, só para colaborar com seu pronunciamento.

Naquele momento que a PEC foi rejeitada, naquele mesmo dia, apresentamos uma segunda PEC que teve inclusive o apoio de 52 Parlamentares. Por questões técnicas, a Procuradoria emitiu um parecer não deixando que a nova PEC prosseguisse. Por isso, acredito que este novo projeto terá, realmente, ampla discussão e aprovação aqui da Assembleia Legislativa. Mas é importante esse tema de garantia dos empregos dos trabalhadores.

Apenas para colaborar com seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Marcelo Rangel.

Presidente, quero concluir dizendo que já temos aqui um compromisso da maioria para votar essa emenda ao novo projeto de lei. Quero fazer um apelo aos compa-

nheiros sindicalistas, especialmente da Força Sindical, companheiro Nelsão, que vocês retirassem esses jornais que são ofensivos aos companheiros Deputados, para que pudéssemos dar esse voto de confiança a todos e dar uma demonstração de unidade da Assembleia com as centrais sindicais. Peço que retirem esses jornais, recolham os jornais e deem esse voto de confiança aos Parlamentares desta Casa.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado aos companheiros que atenderam este nosso apelo. Muito obrigado aos companheiros.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, só quero tirar uma dúvida.

V. Exa. falou que vamos ter uma Sessão Extraordinária. Não é Extraordinária, é a Sessão Ordinária de quinta-feira que foi transferida. É isso?

O SR. PRESIDNETE (Nelson Justus)

É, mas ela fica como Extraordinária.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ela passa a ser Extraordinária, mas é a Ordinária de quinta. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É aquela Sessão que não tivemos na quinta. Por isso, teremos duas Sessões hoje e duas amanhã. Ela passa a ser Extraordinária e é bom que fique claro, porque sempre tem alguma mente absurda: essas Sessões Extraordinárias não são remuneradas.

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lideranças que nos visitam no dia de hoje.

Participei do fórum sobre a crise em Foz do Iguaçu. Participei ativamente de todas as palestras e tirei minhas conclusões. Estou convencido que o Estado Brasileiro e o próprio Governo do Estado estão fazendo suas ações de forma pontual, muito bem planejadas e pensadas.

Para buscarmos uma solução regional, pensando em termos de América Latina, teríamos que ter, caros Deputados, um banco do sul que fomentasse toda infraestrutura, que integrasse todos os Países ligados à América pelo MERCOSUL até o Caribe. Todos esses Países precisavam estar integrados, formando um grande bloco econômico, para que as negociações com os blocos econômicos tivessem mais força. Há um ambiente para isso. É importante que os Chefes de Estado trabalhem nessa perspectiva.

Vejo que estamos avançando. Infelizmente, o processo é lento. Deputado Chico Noroeste, V. Exa. que presenciou todo esse debate. E ações concretas estão sendo feitas, com intervenção do Estado, que vão fazer frente ao desemprego, caros sindicalistas.

Começa amanhã entrar em vigor as medidas que votamos aqui no ano passado, reduzimos o ICMS de 95 mil itens, alguns itens eram de 25% baixaram para 12%, e outros de 18 para 12%. Aqui entra o papel do DIEESE, junto com as centrais sindicais, das donas de casa, para acompanhar a baixa dos produtos, o custo daqueles produtos que se tirou o ICMS baixando de 25 para 12% ou de 18 para 12%.

O que dá sustentação para o País, hoje, caros Deputados, em função dessa crise que vive o mundo todo? A base econômica feita pelo Governo Lula está muito sólida. A nossa balança comercial, comparada com a de janeiro de 2003 a janeiro de 2009, tem um saldo positivo de 53% a mais. Era de 1 milhão, 155 mil e passou a ser US\$ 1 milhão, 767 mil. As reservas internacionais, isso que dá uma segurança muito grande para o País, até para a crise não ser maior do que é, a Oposição muitas vezes quer que ela se aprofunde, porque daí fica mais fácil fazer o discurso para, quem sabe, derrotar o atual Governo nas eleições de 2010. A crítica da Oposição também é válida.

As reservas internacionais, em janeiro de 2003, eram US\$ 37 milhões. Hoje são US\$ 202 milhões. Isso dá uma tranquilidade, um fôlego para o povo brasileiro, para o Governo brasileiro atuar com mais segurança nas ações no mundo todo. O risco País, no ano de 2003, era de 1 mil, 439 pontos. Hoje, em janeiro de 2009, 421 é o risco País. São várias as agências que mediram esse risco País. O juro da taxa SELIC, que ainda é alto, inclusive, é a grande crítica internamente, porque o Banco Central tem essa autonomia, o Governo não vai lá interferir e baixar o juro para cinco, para três ou para dois, é um conselho do Banco Central que define a baixa do juro. O juro da taxa SELIC em 2003 era de 25%, hoje é 11.25%. O salário-mínimo real, em 2003, era R\$ 279. Hoje são R\$ 465. E o salário-mínimo regional do Estado também terá seu reajuste nos próximos dias, votaremos essa medida, espero que ainda hoje.

Sr. Presidente, medidas como essas, ações muito claras com investimentos nos setores estratégicos da economia, o crédito para a agricultura familiar saiu de R\$ 2,4 bilhões e foi para R\$ 13 bilhões. Muito mais recursos investidos na pequena propriedade, na microempresa e em tantos outros setores.

Para finalizar, a cesta básica que é do consumo fundamental do trabalhador assalariado, estava em 2003 a R\$ 206; hoje está em R\$ 212. Portanto, Srs. Deputados, com a inflação controlada, com o poder de compra dos trabalhadores sendo mantido, a crise que veio com força e tem uma intervenção clara no nosso País, estamos conseguindo sair dela com medidas como essa anunciada na semana passada pelo Governo do Presidente Lula, com 1

milhão de casas, porque é na construção civil que se gera empregos imediatos. Até aquelas pessoas que, eventualmente, serão demitidas do setor de alimentação, que sofre uma crise, poderão ser contratadas pelo setor da construção civil.

Eu não tenho dúvida, como foi criado um comitê gestor exclusivo para tratar da questão da construção das casas pelo País afora, os Prefeitos, Prefeitas, e Governadores de Estado que se prepararem poderão construir e amenizar o impacto do desemprego muito fortemente e sentiremos essa crise da menor forma possível.

Então, a prorrogação do IPI, que foi feito no ano passado, e agora foi prorrogado novamente, também mantém o emprego. Com essa discussão permanente entre o Estado e os setores organizados da sociedade, através de seus trabalhadores, temos convicção de que as medidas acertadas serão votadas por esta Casa. Faremos com que o Paraná e o País sofram menos com o impacto dessa crise.

Com a entrada em vigor, a partir de amanhã, daquela medida muito inteligentemente votada no ano passado, que diminui os impostos, os consumidores, os trabalhadores, as centrais sindicais e os órgãos de acompanhamento precisam ver se os preços, de fato, vão cair, para que possamos manter o poder de compra dos nossos trabalhadores, dos assalariados. Porque com o poder de consumo do povo sendo mantido - isso aumentou de acordo com os dados oficiais o poder de consumo do povo - das famílias, no ano passado, em 5,4%, em 2008. Em 2009, talvez, não consigamos atingir esse indicador. Mas esperamos que com a inflação controlada e salários mantidos, o poder de compra, na medida em que baixar o custo desses itens todos, que tiramos os tributos, que o poder de compra do trabalhador será mantido e os empregos serão garantidos de forma sequencial, na medida em que tomarmos decisões inteligentes, aqui ou em Brasília.

Era isso, Sr. Presidente. Em nome da Bancada do PT, falo com muita felicidade desses dados positivos, que dão sustentação para a política econômica do Governo Lula, onde os impactos da crise são menores no País, hoje, em função de várias medidas tomadas, que dão garantia para podermos negociar melhor com os Países de Primeiro Mundo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 298/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde a construção de Clínica da

Saúde da Mulher e da Criança no Município de Campina Grande do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 299/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, reivindicando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a criação da Universidade Estadual da Capital do Estado do Paraná, ficando obrigada a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas para alunos da rede pública, e as respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo, propondo também uma antiga reivindicação da comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas para alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 300/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado do Litoral, a qual competirá à organização, desenvolvimento, infraestrutura, segurança, turismo e outros assuntos referentes ao litoral paranaense. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 301/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, que seja prorrogada a isenção do ICMS e do IPI para a aquisição de veículos para taxistas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 302/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, indicando à Mesa seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública providências para assegurar redução da criminalidade em Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 303/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, a criação do cargo de pregoeiro no Quadro Geral do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 304/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a construção de um Centro da Juventude no Município de Santo Antônio da Platina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Pedro Ivo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para deliberar.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1197, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 600/07, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de Serviços Distritais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 687/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça, através do Ofício nº 600/07, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 14277/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Em Plenário, o projeto e lei em análise recebeu quatro emendas, sendo três de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e uma do Deputado Nelson Justus. Chamada esta relatoria para se manifestar acerca da constitucionalidade das referidas propostas de emenda, concluímos pela constitucionalidade das emendas

apresentadas, inexistindo óbice para a regular tramitação do presente projeto, na forma das emendas propostas.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira, Duílio Genari, Artagão Júnior, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Douglas Fabrício.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 687/07 - Nº 01

P A R E C E R :

A presente emenda modificativa tem como objetivo tão-somente adaptar o texto à técnica legislativa.

Sendo assim, o parecer desta Comissão é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 687/07

P A R E C E R :

A extinção da proposta no artigo 1º, inciso I a VI do Projeto de Lei nº 687/07, apenas nomina "cartórios distritais vagos", portanto sem titulares concursados ou designados, cumprindo determinação de lei já aprovada por esta Assembleia Legislativa, de que serventias distritais avaliadas pelo órgão responsável do Tribunal de Justiça mostram-se desnecessária e insustentáveis economicamente.

Assim, somos de parecer favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 687/07 - Nº 03

P A R E C E R :

Em razão do princípio de que as leis não retroagem para prejudicar, é evidente que concursos abertos em data anterior à da publicação desta lei devam ser resguardados dos seus efeitos, pois torna-se difícil ao legislador saber o estágio em que se encontram os referidos concursos.

Sendo assim, nosso parecer é favorável à esta emenda, vez que inexistente óbice à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE
LEI N° 687/07 - N° 04

P A R E C E R :

O artigo a ser incluído está corrigindo apenas erro material constante do Anexo III da Lei n° 15951, de 24/09/08, tendo como autor o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sendo assim, nosso parecer é favorável à esta emenda, vez que inexistente óbice constitucional à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Aprovadas as emendas.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 378/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Centro Evangélico Social e Educacional - SEMEAR. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 378/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública o Centro Evangélico Social e Educacional - SEMEAR, com sede no Município de Porto Amazonas e foro no Município de Palmeira.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/03/09.

(aa) TERUO KATO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 553/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos, Comerciantes e Moradores da Região Central do Santa Cândida. **Aprovada (Publ. no DA n° 156/08, de 17/12/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 052/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Paranaíba Maior Idade - APAMAI. **Aprovada. (Publ. no DA n° 011/09, de 02/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 061/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco do Ivaí, com sede no Município de Rio Branco do Ivaí e foro na Comarca de Grandes Rios. **Aprovada. (Publ. no DA n° 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 063/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Parceiros da Saúde de Santo Antônio da Platina, com sede e foro na Comarca de Santo Antônio da Platina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 545/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 044/08, que cria a Polícia Militar do Estado do Paraná, a medalha de honra ao mérito escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA n° 150/08, de 16/12/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 545/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei n° 545/08 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo criar na Polícia Militar do Estado do Paraná, a medalha de honra ao mérito escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho.

Competência e Previsão Legal

A medalha de honra ao mérito escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, está destinada ao âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual no artigo 66, inciso III, assevera a competência privativa do Governador de Estado, a iniciativa de leis que dispõe sobre organização da Polícia Militar.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às Leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (grifo nosso).

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe a maneira tratada, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

Analisamos ainda que o Governador está autorizado, pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (Grifo nosso).

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado de Paraná, que o Governador do Estado, detêm de iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Assim, o Governador possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias, sobre a matéria tratada neste projeto de lei.

O artigo 250, alínea "a", da Lei Estadual nº 1943/54, que institui o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, dispõe que as medalhas de honra ao mérito, são conferidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, fica evidenciada a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição da Lei Estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 545/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo criar na Polícia Militar, a

medalha de honra ao mérito escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho, a ser conferida aos 3 (três) militares estaduais melhor classificados no curso de habilitação do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Distribuído a esta comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade de proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 545/08.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/09, veto aposto ao Projeto de Lei nº 405/08, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14427, de 07/06/04, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador, em eventos de grande concentração de pessoas. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 006/09

Curitiba, em 19/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 308/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 405/08, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo obrigar os estabelecimentos públicos e privados e de eventos de grande concentração de pessoas a manterem, permanentemente, em local de fácil acesso, no mínimo um (01) aparelho Desfibrilador Automático Externo (DAE) e uma pessoa qualificada a ofertar suporte básico de vida e manuseio técnico do referido aparelho, de possibilitarem atendimento emergencial na ocorrência de parada cardíaca. Ao obrigar ou impor algo aos estabelecimentos públicos, o legislador fere a competência própria do Governador.

Ressalte-se que as atribuições afeta às Secretarias de Estado e dos órgãos da Administração Estadual, são de iniciativa privativa do Governador, conforme dispõe a Carta Estadual, no inciso VI do artigo 66. Percebe-se assim a inconstitucionalidade da proposta por adentrar a iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal exarou a seguinte decisão: “A disciplina normativa pertinente ao processo de criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da Administração Estadual matéria que se insere, por efeito de sua natureza, na esfera de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, em face da cláusula de reserva inscrita no artigo 61, parágrafo 1º, II, e, da CF, que consagra princípio fundamental inteiramente aplicável aos Estados-membros em tema de processo legislativo” (STF - Pleno - ADIN nº 1.391/SP - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, nov. 28 1997, p 62. 216).

Importante dizer que o projeto é contrário ao interesse público pelo fato de as Leis Estaduais nº 14427, de 07/06/04 de 14649, de 23/02/05, terem tratado do assunto de maneira mais completa, visto que determina que o uso dos aparelhos deve ser conforme as normas do Comitê Nacional de Ressucitação Cardíopulmonar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me de ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 405/08 encontra-se publicado no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO AO VETO Nº 020/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 405/08 buscava obrigar estabelecimentos públicos ou privados a manter, em certas situações, aparelho desfibrilador, nos moldes que especifica. Sendo aprovado por esta Casa de Leis, foi enviado ao Poder Executivo, do qual acabou por receber, por julgá-lo inconstitucional.

Fundamentação

Inicialmente, deve-se asseverar que este parecer analisa apenas e tão-somente o aspecto temporal, qual seja, se o veto foi apostado dentro do prazo constitucional definido e mais, se no tempo definido foi entregue à Assembleia Legislativa para discussão e votação. Para tal análise, basta transcrição do artigo 71 da Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo à total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comuni-

cará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

Fixada esta premissa é de se analisar se o prazo de 15 dias foi cumprido. Pelo simples cotejo, destaca-se que o veto está de todo dentro do prazo constitucional, apto estando, porquanto, para apreciação por parte do plenário da Assembleia Legislativa.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamentos do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 17/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Quero inicialmente, na minha fala, agradecer indistintamente todos os Parlamentares que me ajudaram na Sessão anterior, de forma prudente, a retirar esse veto da pauta. Quero agradecer ao Deputado Waldyr Pugliesi, ao Deputado Antonio Anibelli, ao Deputado Carlos Simões e outros, que não daria tempo de mencionar. Todos esses me sugeriam, pelo risco de falta de quórum, não permitir a votação. Do que se trata essa proposição, Srs. Deputados, Sras. Deputadas? Inicialmente, essa proposta diz respeito a uma lei de minha autoria. Nós no Estado do Paraná, através desta lei, passamos a ser referência nacional. Outros estados, como São Paulo, Espírito Santo e outros, passaram a copiar essa proposta de lei de utilização do desfibrilador, que é aquele equipamento presente em todos os hospitais, que ressuscita, reanima os batimentos cardíacos.

Previamente, se questiona que este Parlamentar não poderia legislar sobre o tema, porque qualquer proposição obrigando passa a ter um vício de inconstitucionalidade.

Srs. Deputados, não é isso que estou alterando na lei, até porque a lei original, já em seu corpo, diz: *Obriga ou ficam obrigados os estabelecimentos públicos ou privados e os eventos de grande concentração de pessoas a manterem, permanentemente, em local de fácil acesso, um aparelho desfibrilador automático externo.* A lei já diz que torna obrigatória. Se há um vício de inconstitucionalidade, esse vício deveria ser questionado lá atrás, antes de a lei ser sancionada.

O que este Parlamentar está fazendo é, para tornar mais específico, estou acrescentando que, no mínimo, um aparelho desfibrilador seja colocado, o termo, a expressão “mínimo”. E estou suprimindo, estou retirando, a pedido do Ministério Público Estadual, que na lei consta - de acordo com as normas do Comitê Nacional de Ressuscitação Cardíopulmonar, que é uma entidade que

existe, que tem a sua legitimidade, porém não é uma entidade oficial. Portanto, passa a não ter competência para cuidar deste assunto.

Então, o Ministério Público, Sr. Presidente, me pediu que fosse suprimida a expressão Comitê de Ressuscitação Cardiopulmonar, para que, então, Deputado Cheida, eles possam fiscalizar.

Diga-se de passagem, a Assembleia Legislativa tem um desfibrilador, os shoppings centers também têm, os grandes movimentos também, obrigatoriamente, passam a ter esse equipamento.

O que peço para os Deputados é que votem contra o veto, portanto, a favor da minha lei.

É o encaminhamento deste Parlamentar. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria encaminhar no sentido de liberar a nossa bancada para que um vote de acordo com o seu entendimento.

Por que eu faço isto? Porque ao analisar o projeto e conversar com a nossa bancada, pude verificar que certamente deve ter havido, por parte daquele que motivou, do ponto de vista jurídico, fundamentou com extremo rigor do ponto de vista da análise da legalidade, da constitucionalidade.

Ora, a lei já está em vigor, a iniciativa é do Parlamentar que também é proponente desta alteração. Ao mesmo tempo é uma alteração feita no sentido de dar eficácia para a lei, ou seja, agora há pouco falávamos sobre isso, justamente de leis que são feitas e que daí, por conta da técnica legislativa, acabam efetivamente não tendo o resultado que é esperado.

Então, queria liberar a nossa bancada no sentido de poder votar para que se possa, de fato, prevalecer aqui o entendimento em relação a essa redação, porque entendo que prejuízo algum ao Estado, e muito menos ao particular, porque específica, esclarece e vai fazer com que a autoridade possa dar eficácia a essa lei que o Estado tem competência de poder legislar e especificamente a Assembleia também.

Então, no sentido de deixar liberada a nossa bancada, para que cada Parlamentar vote de acordo com o seu entendimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, fico feliz de ver que a Liderança do Governo libera a bancada, até porque o meu voto, sem dúvida alguma, seria pela derrubada do veto.

E concordo plenamente com o Deputado Romanelli, que possivelmente na avaliação do projeto que foi votado nesta Casa, se interpretou, na assessoria jurídica, erroneamente.

Mas o objetivo, Sr. Presidente, veja bem, creio que deva estar o Deputado Ney Leprevost presente aqui, mas foi realizada neste final de semana em Curitiba, uma apresentação muito grande com diversas duplas, cantores sertanejos, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas. Provavelmente, tenho certeza que lá tinha um desfibrilador. Mas podia não ter. Uma festividade feita na Pedreira Paulo Leminski, uma pessoa que passe mal no local, daqui a pouco pode não ter um desfibrilador.

A imposição não é para o Poder Público. A imposição é para as entidades que promovem. E muitas vezes ter um desfibrilador na hora é a diferença entre a vida e a morte.

Acho que o projeto do Deputado Edson Praczyk é bom, é importante, não traz nada que constitua ato de inconstitucionalidade. É bom para o próprio Governo, que é responsável pela saúde.

Gostaria também de dizer aqui que o meu voto será favorável à derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

Utilizaremos o painel.

Os Deputados que forem favoráveis ao veto votam com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários ao veto, portanto favoráveis ao projeto do Deputado Edson Praczyk, votam com a expressão NÃO.

Para a derrubada do veto serão necessários 28 votos.

Votando.

Quarenta e oito Deputados votaram: NÃO; uma abstenção.

Está derrubado o veto. Parabéns ao Deputado Praczyk.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1222, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Elio Rusch e demais Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente. Rejeitado.

Para encaminhar, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar esse requerimento, que é para tentar trazer para o âmbito da Assembleia Legislativa aquilo que acontece no mundo da política e fora desta Casa. Esse requerimento, assinado pela Bancada da Oposição, é uma manifestação política para tentar criar, sei lá por conta do quê, esse requerimento.

Quero dizer à nossa bancada que é em função do pronunciamento feito pelo Vice-Governador Orlando Pessuti, e querem aqui, a Bancada da Oposição - entendo até, Deputado Elio Rusch, que deve doer a V. Exa andar

pelas rodovias, pegar Cascavel, Toledo, duplicada. Andar pelas rodovias bem pavimentadas, recuperadas, e do trabalho que está sendo feito este ano. Vamos fazer ainda, inclusive, na Região Oeste paranaense.

Então, o nosso Governo trabalha, recupera estradas. E a nossa bancada não aceita provocação. Quero pedir para a nossa bancada para rejeitar o requerimento de provocação feita pelo Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Com toda a honestidade, não entendi e não entendo o Líder do Governo, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Governo do Estado tem anunciado, inúmeras vezes, que ele tem recuperado mais de 5 mil quilômetros de estradas estaduais no nosso Estado. Eu presenciei na sexta-feira, junto com os Deputados Estaduais Ademir Bier, Elton Welter, Nereu Moura, Deputados Sperafico, Micheleto, a palavra e manifestação do nosso amigo Vice-Governador Orlando Pessuti. Ele disse em Cascavel que o Governo do Estado teria recuperado, até o presente momento, 8 mil quilômetros de estradas. Deputado Luiz Claudio Romanelli, se o Vice-Governador diz que recuperaram 8 mil quilômetros de estrada e se V. Exa não quiser aprovar este requerimento, estamos solicitando quais as rodovias que foram recuperadas, quais os trechos recuperados, liga quem com quem. Por que não informar? Se o Governo do Estado recuperou 8 mil quilômetros de rodovias, vamos dizer para a sociedade do Paraná onde é que estão as rodovias, quais foram recuperadas.

Agora, se V. Exa. orientar sua bancada e rejeitar o requerimento, nos dá o direito de pensar que isto não é verdadeiro. As afirmações do Governo do Estado e do Secretário dos Transportes, e nem as palavras do Vice-Governador. Acredito que o Vice-Governador, Deputado Orlando Pessuti, jamais faltará com a verdade. Mas, o que queremos saber é onde estão localizados estes 8 mil quilômetros de estradas que foram recuperadas pelo Governo do Estado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não existe nenhuma provocação, em absoluto. Que provocação? O Governo do Estado diz que recuperou 8 mil quilômetros, nós queremos saber aonde. É a mesma coisa que dizer: o Estado construiu 100 escolas. Onde é que estão localizadas as 100 escolas? É o mesmo que dizer que o Governo do Estado distribuiu 1 mil e 100 ônibus. Nós vamos querer saber, depois que forem entregues todos os ônibus, quais os Municípios que foram beneficiados. Este pedido de informações nós vamos fazer. Já se preparem ou tragam a informação antes para nós. Mas, nada de mais, que provocação é esta?

Com toda honestidade, não entendi V. Exa. Espero que os Srs. Deputados, tanto da Bancada da Oposição como a Bancada do Governo, independente, por que não aprovar este requerimento? Vamos saber onde é que estão. Agora, se não aprovar o requerimento, me dá o

direito de pensar que o Governo do Estado não fez os 8 mil quilômetros de estradas recuperadas.

Então, aprovem isso. Por que não aprovar?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Vai-se proceder à votação.

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu vi o encaminhamento do requerimento e não vejo nada de extraordinário.

O Deputado Luiz Claudio Romanelli fez uma pergunta: o porquê do requerimento. Trazer a verdade. O requerimento diz o seguinte (lê o requerimento).

Não vejo nada de excepcional nós sabemos. Ora! Aqui está um Poder querendo colaborar com o Governo. Ao receber as informações da Secretaria dos Transportes, vamos tornar público. E será uma forma indireta de a Oposição estar fazendo propaganda para o próprio Governo, porque seremos obrigados a comunicar à população paranaense que o Governo fez tantos mil quilômetros de estrada. Ou talvez houve um equívoco do Vice-Governador. Ele quis dizer 800 e disse 8 mil. E a minha preocupação é que no próximo discurso ele diga 80 mil.

Então, há que se ter cautela e nós esperamos, em nome da transparência e do apoio ao Governo, que quer só a verdade, que aprovemos este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a votação. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários ao requerimento, votam com a expressão NÃO.

Será procedida a apuração: 51 Srs. Deputados votaram, sendo 33 NÃO, 16 SIM e uma abstenção. Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 1219, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1186 a 1189, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1190, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1192, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1193 a 1196, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1228, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1202 a 1205, 1207 e 1208, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1206, de autoria do Deputado Ney Leprevost e Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1210 e 1211, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** (As matérias acham-se publicadas no final desta ata).

Requerimentos nºs 1213 a 1215, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1220 e 1221, de autoria do Deputado Professor Lemos, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1225, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Caíto Quintana, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 512/08 e 075/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 725/07, 079, 090 e 091/09.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 687/07 e 039/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 725/07, 545/08, 079, 090 e 091/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 2009.

“Hay Gobierno, Soy a Favor”

Hélio Duque
Jornal Estado do Paraná

A irrelevância dos partidos políticos brasileiros, destituídos de doutrina e programas articulados com as aspirações das sociedades, tem consequências dolorosas para o desenvolvimento. Transformaram-se em armazéns de secos e molhados, onde ofertam aos Governos de plantão a mercadoria desejada: voto e apoio. A ocupação do aparelho de Estado, nas mais diversas funções, é a garantia da transação. O negócio da política passa a ser atividade de grandes vantagens na locupletação de ações lícitas e ilícitas, envolvendo muitas vezes os ocupantes dos cargos ofertados. A conquista dessa estrutura pública será utilizada para o fortalecimento eleitoral da legenda partidária. Com raríssimas exceções o clientelismo passa a ser núcleo ativo na administração, ampliando o patrimônio pessoal de muitos políticos.

Na última década e meia, a intensificação nefasta de formação de grandes majorias na sustentação parlamentar dos Governos de plantão, passou a ser acontecimento normal. A adesão fisiológica ganhou a alcunha de pragmatismo e competência. Remete à degradação da vida pública, expressada por um quadro partidário anêmico. A proliferação de legendas de aluguel amplia a metástase do toma-lá-dá-cá na montagem das bases de sustentação das alianças partidárias. A fragilidade da legislação eleitoral é responsável por essa degradação. Torna-se responsável pela entrada na atividade política de portadores de prontuários e fichas sujas de todo tipo. É o ideal para mercadejar apoios e sustentação nos balcões da fisiologia. A miséria moral da vida política se expressa na manipulação de licitações, contratações dirigidas e corrupção ativa.

O Estado Democrático sucumbe à paralisia mental, em nome da governabilidade, através de alianças clientelistas. Abarca desde as Administrações Municipais, passando pelos Estados e ganhando identidade plena na esfera federal. O governante eleito busca formar grande base de apoio, agregando a qualquer preço grandes majorias parlamentares. As Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional, pela maioria

dos seus integrantes, transformam-se no *modus operandi*, consolidando a geléia geral da falta de identidade doutrinária. A grande maioria é movida por cargos e verbas públicas.

O adversário de ontem, a quem o eleitor colocou na Oposição, com cinismo e sem nenhum pudor passa a integrar a base de sustentação do adversário vitorioso. O emasculamento e a desmoralização da política esterilizam o debate público e garante a paz de cemitério ao governante de plantão. Criaram uma nova doutrina para a governabilidade: “hay gobierno, soy a favor.”

Os Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram os iniciadores e sustentadores dessa estratégia e desmoralização dos partidos políticos. Formar e consolidar grandes bases de apoio aos seus Governos foi e vem sendo prática deformante na política nacional. E como o mau exemplo encontra dinamismo próprio, se estendem aos Estados e Municípios. Transformaram os partidos em autênticos armazéns de secos e molhados. Na origem desse objetivo de garantir apoio majoritário no Poder Legislativo, está o defenestramento do poder por impeachment de um Presidente da República.

Com efeito, a cassação do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello não teve apenas a mobilização da opinião pública como fato determinante. Houvesse ele adotado a estratégia de formar grande base de apoio político e parlamentar, a exemplo dos Governos FHC e Lula, teria tranquilamente concluído o seu mandato. O personagem PC Farias, pivô do processo cassatório, operava milhões de dólares, e cruzeiros (moeda da época), oriundos do que afirmava ser sobra de campanha. Sem dúvida

recursos marcados pela corrupção. Mas se comparado com o mensalão e outros casos recentes de desvio e apropriação indébita de recursos públicos, constata-se o óbvio: tivesse Fernando Collor formatado uma grande base de apoio político e parlamentar, concluiria seguramente o mandato presidencial. Foi a partir desse nefasto acontecimento a causa determinante dos governantes que o sucederam, buscarem a ferro e fogo a construção de amplas bases de coalizão, onde o atropelamento da ética e da moralidade pública é marca registrada.

A sociedade, pelos seus setores esclarecidos, assiste perplexa a tolerância dos governantes, em todos os níveis, com irregularidades que se multiplicam com novas roupagens. E a impunidade livre, leve e vitoriosa avança, acreditando que política, negócios e corrupção são fundamentos de governabilidade. É o retrato de um tempo brasileiro que precisa ser sepultado. Resistir, combater e denunciar são deveres elementares das parcelas esclarecidas da sociedade brasileira, a essas imoralidades públicas. Cruzar os braços e achar que tudo está perdido é admitir que os arrivistas políticos sejam invencíveis.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978 - 1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 2009.

ANEXO

ANEXO:

TRANSCRIÇÃO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO JORNAL GAZETA DO POVO, EM 19/03/09.

O homem

Francisco Cunha Pereira Filho recebeu convites para concorrer a cargos públicos. Mas preferiu permanecer no posto de cidadão e de homem de imprensa.

Nem uma nem duas. Por muitas vezes, no decorrer dos anos, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho foi procurado por políticos, empresários e outras lideranças da sociedade. Todos alimentavam um desejo e sobraçavam uma mesma proposta. O convite, certamente, entusiasmava um homem comum. Eles propunham o lançamento de sua candidatura a um cargo público. A escolher.

Houve pedido para que disputasse o governo do Paraná. Em outra ocasião, para que saísse ao Senado da República. Contaria com ampla mobilização e respaldo. Mas dr. Francisco não era o homem comum, nunca cogitara alterar o rumo de sua vida, abrir mão do que realizava como cidadão, jornalista e empresário de sucesso.

Agradecendo as iniciativas, declinou seguidamente dos convites. Não abriria mão do trabalho, à sua maneira, em favor do Paraná. Trabalho desenvolvido sem alarde, mas de modo efetivo, persistente, voltado única e exclusivamente às grandes causas do estado, nas quais já se revelava um guerreiro, campeão imbatível.

Esse amor à terra paranaense e a seu povo podia ser medido - caso necessário fosse - de inúmeras maneiras. À frente da Gazeta do Povo, empreendeu campanhas homéricas, de grande vulto e reconhecimento nacional, sem relegar a plano inferior outras que, para a maioria da população, poderiam passar quase que despercebidas, caso do apoio a entidades e instituições voltadas principalmente à saúde, educação, assistência social e cultura.

Era um gigante, embora fazendo questão, sempre, de permanecer no anonimato. Nem sempre com sucesso, no entanto. Isso porque, à medida que brotavam e se concretizavam as conquistas, essas entidades, instituições e as pessoas sentiam-se na obrigação impostergável de render e manifestar seu preito de gratidão a quem nunca se intimidava diante de obstáculos. Pelo contrário, extraía das dificuldades mais força e sabedoria para terçar armas em históricas cruzadas pelo bem comum.

Mesmo pequenos fatos, detalhes pinçados a esmo do cotidiano do dr. Francisco agigantam a sua figura, dando-lhe a devida dimensão no tempo e no espaço.

Embora tentasse, dr. Francisco não conseguia esconder a satisfação quando informado de que a manchete de primeira página da Gazeta do Povo seria algo positivo, anunciando trabalho, progresso e avanços sociais. Visionário, agregador de lideranças, foi um empreendedor muito além de sua época. Antecipava-se. Lançava-se a projetos com visão abrangente e contínua. Um verda-

deiro estadista. Era ao mesmo tempo personagem do presente e testemunha do futuro. E tudo que fazia levava a marca indelével da lhanza, quaisquer que fossem as circunstâncias.

Em determinada ocasião, ao ouvir comentários agressivos, chamou a atenção do interlocutor, que descarregava uma dose de ira sobre determinada autoridade pública.

- Não se refira a ele dessa maneira. Trata-se de uma autoridade constituída e, senão ele, o cargo merece respeito.

Afinal, gostava de citar Cláudio Abramo:

- Jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter.

Era assim o dr. Francisco, com todo o seu cabedal de cultura, humanismo e espírito cristão.

E já tinha escrito, em novembro de 2000:

"Um bom jornal é feito de informação verdadeira, notícias atualizadas, reportagens, análises, abalizados artigos de opinião.

Mas não basta fazer um bom jornal - é preciso fazer o melhor!

E o melhor jornal é o que não só reúne todas aquelas qualidades, mas que, sobretudo, consegue juntá-las à capacidade de ser espelho fiel e agente ativo da vida cotidiana da comunidade a que serve."

Francisco Camargo

Francisco

Tae kwon do, fitas cassetes, atendimento diário a visitas na redação, passeios na XV, papo com mendigos e leitura do jornal em qualquer parte do mundo. Ser Cunha Pereira era uma maratona.

No jornalismo, sua paixão era imensa. Grande o suficiente para ir além da Gazeta do Povo, contrariando alguns comentários de que o jornal seria "o seu maior xodó". Ele também acompanhava com total atenção os noticiários da TV Paranaense, Canal 12 - a Pioneira, o segundo pilar sobre os quais construiria a Rede Paranaense de Comunicação - RPC.

Na televisão, um dos programas que mais o entusiasmaram foi exibido pela Globo. Reunia três monstros sagrados, os tenores Luciano Pavarotti, José Carreras e Plácido Domingo. Seu gosto pela música tinha espaço para o popular, o que o obrigava a encontrar uma brecha na agenda para elaborar listas de músicas que deveriam ser gravadas em fitas cassetes, geralmente na Raridades Discos. Quando os compromissos e o permanente pensar nas empresas e no Paraná permitiam um período de descontração, geralmente em trânsito, escutava as fitas em seu Santana preto quatro portas.

Todos os dias, pela manhã, depois dos jornais paranaenses, lia O Globo, Estadão, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Zero Hora. E passava um pito quase silencioso quando os matutinos não eram entregues bem cedo em sua residência.

Normalmente, chegava à Gazeta por volta das 11 horas e no início da tarde seguia para a TV Paranaense, então no Castelo do Batel. Recebia visitas quase todos os dias, mas preferencialmente às terças e quintas. Leitor e telespectador arguto, não poupava o jornal e a TV de observações e apontamentos mais críticos. Lendo ou acompanhando o noticiário na telinha, balançava a cabeça de um lado para outro e dizia: “Mas não aprenderam ainda a fazer do jeito que deve ser feito...” Ou, “mas não é assim, não é nada disso...”

Nas matérias nas quais aparecia, sempre fez questão de escolher a fotografia. E na TV, ia para a Engenharia e exercitava seus dotes de editor. Da matéria bruta, escolhia as imagens.

Praticava tae kwon do pelo menos duas vezes por semana. O parceiro preferencial era mestre Kang.

Assistia ao Jornal Nacional, mas se permitia dar uma espiadela no jornal de Boris Casoy.

Quarta-feira, dia da novena no Perpétuo Socorro. Profundamente religioso, auxiliava muitas e variadas instituições de caridade e também alguns pedintes improvisados que insistiam em fazer plantão à porta do jornal, na Praça Carlos Gomes, número 4. Para amigos e companheiros da Boca Maldita, na Rua XV e depois na Travessa Luiz Xavier, contou que não se negava a prestar ajuda porque “alguém colocou a pessoa no meu caminho...” A rigor, esse “alguém” deveria ser escrito com A maiúsculo. Esporadicamente, arriscava palpites na Mega-Sena e na Loto. Caso fosse bafejado pela sorte, o dinheiro já teria destino certo: ajudar os necessitados. Os realmente necessitados e até os nem tanto.

Nunca alimentou nenhuma veleidade ou necessidade de opulência em relação a carros importados ou novos: seguia para toda parte com o Santana preto. Antes, era um Monza da mesma cor. Quando comparecia a reuniões importantes, Osmar Menegolo, o motorista, pensava consigo: “Aqui só tem carro bacana - BMW, Mercedes, Honda, Mitsubishi... - e só o patrão de Santaninha...” Mas ambos rodavam tranquilos, em paz, o dono do carro e seu fiel amigo ao volante.

Acompanhando em todos os detalhes as edições da Gazeta, intervinha sempre que necessário. Um funcionário recorda: algumas vezes cheguei a achar que o dr. Francisco “exagerava”, mas, prossegue, “logo depois tinha que tirar o chapéu... Ele sempre estava à frente. Acho que ele personificava aquilo que um dia li, uma frase de Carlos Lacerda: “Só porque vejo antes, dizem que enxergo demais... Dr. Francisco tinha feeling, percebe?”

Era bom ser o dr. Francisco Cunha Pereira Filho?

Para quem, um tanto cauteloso, arriscou tal pergunta em um dos encontros de sábado ao meio-dia na Boca Maldita, a resposta foi sim, era bom. Mas isso exigia muita paciência e tolerância, algo bem do estilo dr. Francisco.

E ele respondeu não ser difícil: tinha aprendido a se colocar em uma redoma de vidro, de onde via tudo e

não era preciso escutar, pois tinha aprendido a fazer a leitura labial...

Pessoa que primava por hábitos simples, não gostava muito de ir a restaurantes, não fumava.

A certos eventos, chegava atrasado. Premeditadamente atrasado. Explica-se: era a maneira de evitar aglomerações e burburinhos.

Perfeccionista, mesmo distante comandava a Gazeta do Povo.

31 de dezembro de 2000. Véspera da virada do milênio. Na labuta do fechamento da edição, o burburinho característico de jornalistas, fotógrafos e paginadores batia como um coração apressado, irrigando o empenho de todos. A telefonista avisa: ligação de Nova Iorque. Era ele. Embora tivesse comunicado antes de embarcar que “estaria ausente”, e que era para a chefia de Redação tocar o jornal por conta própria, não resistira: primeiro, queria saber como estavam as coisas e, é claro, qual seria a manchete principal. A quase oito mil quilômetros de distância foi informado - e aprovou a primeira página. Minutos depois, novamente o clássico aviso da telefonista à chefia: “É o dr. Francisco”.

Agora, um pedido: passar para o hotel nova-iorquino, pelo fax, uma cópia da primeira página. O encanto exercido pela Gazeta passara ao largo do clima universal de festa e falara mais alto outra vez.

Início dos anos 90, recém-contratado, um jornalista recebe telefonema do dr. Francisco, no segundo dia de “casa nova”. Não sem certa surpresa ao ser informado pela telefonista de quem se tratava, atende. “Seria alguma queixa? Reprimenda?” Nada disso, ele queria tão-somente saber se o profissional estava à vontade e satisfeito com as condições de trabalho.

Atleticano já dos tempos do Furacão de Caju e outros craques, comemorava nos fins de tarde de domingo as vitórias do Rubro-Negro e alegrava-se com o destaque que caberia ao clube na primeira página. Mas nem tudo ocorria sempre como o desejado.

No Campeonato Brasileiro de 2004, o Atlético Paranaense, campeão de 2001, deixa escapar o bicampeonato, já praticamente ganho.

Ao telefone, responde laconicamente ao comentário sobre a perda do título com voz mais suave do que de costume:

- Que pena.

Conselheiro do clube, amigo de muitos outros atleticanos, entre eles Anfrísio Siqueira, então presidente vitalício da Boca Maldita, a confraria famosa pelo jantar anual e sua atividade em favor de questões paranaenses, foi um dos primeiros torcedores a ter o nome inserido na Calçada da Fama da então recém-inaugurada Kyocera Arena. O dele e mais os nomes dos filhos.

Na página 2, além da Populiras, do poeta Liberalino Estevam, e outras seções, dedicava atenção especial ao pensamento do dia. E não raras vezes comparecia com a sua contribuição. Ficava feliz não apenas com frases e tiradas de grandes filósofos, poetas e escritores. O pensa-

mento do homem da rua também aquecia o seu coração. Um desses pensamentos, de sua especial predileção, chegou a ser repetido algumas vezes durante anos na falta de um suficientemente profundo, eloquente, inspirado ou apropriado para o momento:

- Não sou dono do mundo, mas sou filho do dono.

Às vezes, diante da enxurrada de artigos enviados para publicação, fulminava:

- Quem é esse cabra?

Do outro lado da linha, a mensagem tinha sido captada e decodificada, conforme o "código" sacramentado pelas relações do dia-a-dia da Redação com o dr. Francisco. A suposta pergunta trazia embutida uma decisão claríssima, que só mesmo os neófitos tentariam respondê-la: o "cabra" não merecia ser brindado com tamanha deferência.

Típica, também, foi uma curta supressão em nota de aniversário que sairia na coluna de Dino Almeida. Ela noticiava o aniversário de muitas décadas de uma figura de expressão da sociedade curitibana:

- Nunca se declina a idade de uma dama.

Na primeira página, nas notícias do Alto da Glória, era contestada a denominação Coxa, justificando não traduzir a grandeza do clube. Curitiba era Curitiba mesmo. A palavra Coxa era tolerada nas páginas internas, do caderno de esportes.

As notas à esquerda da primeira página - geralmente curiosas ou de última hora, classificadas de saborosas pelos leitores, uma das marcas da Gazeta - às vezes colocavam os redatores em situação delicada. Entre eles, eram chamadas de "línguças".

- Redige aí uma línguça para a primeira página...

Dr. Francisco fulminava. "Línguça, não. É a coluna 1", sentenciava. E não se discutia.

A cidade cresce e, com ela, a violência extrapola o noticiário policial e bate à porta. Em 2005, início da noite de uma sexta-feira, ocorre uma tentativa de assalto ao setor de anúncios classificados da Gazeta do Povo, em plena Praça Carlos Gomes. A PM intervém, tiros são disparados, um dos assaltantes é baleado e levado preso. Ainda com a presença de policiais em vários departamentos da editora, nas oficinas, depósito de bobinas e expedição, pode estar escondido algum dos assaltantes.

Os policiais pedem que os funcionários permaneçam em seus locais de trabalho. A operação de varredura não tinha terminado. Expectativa e medo no ar.

Apanhado de surpresa com a notícia do assalto, dr. Francisco deixa sua casa às pressas, ainda vestindo um agasalho. Nada teme. Ignora o perigo. Entra no jornal pela porta da frente e faz questão de percorrer setor por setor. Quer saber se há alguém ferido, se todos estão bem ou se alguém precisa de socorro. Já na Redação, intimorato, assume o comando, despachando ordens e tomando providência para o restabelecimento da plena normalidade o mais rápido possível. Com o trabalho da polícia concluído e o prédio liberado, chegara o momento da volta ao trabalho.

E, recuperando o tempo perdido, concluir mais uma edição do "maior jornal do Paraná" - como ele gostava de ouvir quando se referiam à Gazeta do Povo.

Não sem uma ponta de sorriso no canto nos lábios, maldisfarçado pelo basto e bem aparado bigode.

Assim era o homem e o profissional Francisco Cunha Pereira Filho.

Francisco Camargo

Ele trouxe o Paraná para mais perto

Em 60 anos de vida pública no Direito e no Jornalismo, Cunha Pereira assinou mais de 30 campanhas em prol do Paraná. Podiam ser grandiosas, como a dos royalties de Itaipu, populares como a do "Bicho do Paraná" ou singelos convites à civilidade.

Não se sabe ao certo quando e qual foi a primeira campanha criada por Francisco Cunha Pereira Filho, mas é provável que ele tenha se iniciado na "arte da guerra" ainda na mocidade, quando cursava Direito na Universidade do Paraná. Foi em meados da década de 40. Tudo teria começado com um debate acadêmico sobre a necessidade de fundar ginásios gratuitos para crianças e adolescentes pobres. Não ficou só na conversa. Em pouco tempo, nascia a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), projeto que abriu diversas escolas de Curitiba no horário noturno.

Se a cronologia estiver correta, em 60 anos de vida pública essa foi a primeira de uma série de ações desenvolvidas por Cunha Pereira em prol da educação. Não foi sua única bandeira. Ao lado da defesa do ensino, tomou a dianteira em ações de combate à miséria e ao desemprego, assim como iniciativas para lograr o desenvolvimento econômico e alavancar a representação política do Paraná. O ser e estar em campanha se tornou uma marca tão forte que ficou impossível descolar sua imagem, por exemplo, da do homem que defendeu com braço forte o recebimento dos royalties de Itaipu ou a exploração do xisto em São Mateus do Sul.

Mas ao mesmo tempo em que armava campanhas de fôlego - que lhe consumiriam anos, os nervos e inúmeras páginas de jornal - também era hábil em ações muito simples, com duração de um mês e efeito de uma vida. Pediu a seus leitores, certa ocasião, que comprassem plantas para dar de presente de Natal; em outra, que juntassem o lixo das praias e, mais de uma vez, que distribuíssem alimentos. Sugeriu até que criassem postos de trabalho, como fez debaixo do tocante slogan "Abra uma vaga em seu coração. Empregue pelo menos mais um", em plena recessão dos anos 80.

Recado dado, retirava-se e dava início a nova empreitada. Feito ali, feito acolá, calcula-se que tenha promovido algo próximo de 30 campanhas, uma média de uma a cada dois anos de sua trajetória de advogado e jornalista, antecipando-se a crises como a do gás e ao caos aéreo. Para esta edição foram recuperados 18 capítulos dessa história - entre pequenas e grandes iniciativas.

Cunha Pereira, por exemplo, subiu nas tribunas para pedir a criação do câmpus tecnológico de Itaipu e que não fosse abandonado o projeto Tecpar, na CIC. Também foi mentor de projetos curiosos, como o que sugeria, didaticamente, a entronização da Bandeira Nacional nas salas de aula; e a popularíssima campanha Bicho do Paraná, uma parceria da TV Paranaense com o extinto Bamerindus feita para valorizar os talentos da terra. A música de João Belo - "eu não sou gato de Ipanema, sou Bicho do Paraná" - virou hit.

Boa parte do êxito das campanhas se devia ao estilo inconfundível de Cunha Pereira. Seu *modus operandi* bem poderia ser descrito assim: ao iniciar uma nova empreitada, escolhia sempre o melhor lugar para lançá-la, como uma universidade, ou um centro do poder, como a Assembleia Legislativa. Ao receber adesões de políticos, estudiosos e empresários, registrava-as nas páginas do jornal, comprometendo o apoiador a levar até o fim a palavra dada ao público. A prática tinha também um segundo efeito - homens do poder e afins, naturalmente responsáveis pelas grandes questões do estado - podiam não aderir. Mas bem que ficavam desconfortáveis com a omissão. As campanhas, afinal, eram conduzidas com a mesma empolgação trazida por Cunha Pereira dos tempos de juventude, quando dirigiu o diretório acadêmico do curso de Direito da UFPR.

Não era tudo. Além de saber o lugar, a hora e as parcerias certas para abrir campanha era preciso despertar o interesse dos leitores. Não poucos podiam julgar que energia, industrialização, pontes e estradas de ferro eram assuntos para governantes e não para gente comum. Para tanto, nada como palavras capazes de empolgar a população. Para dar tempero aos projetos encampados pelo jornal, Cunha Pereira os popularizava com expressões como "Maldição do nevoeiro" - no caso da falta de equipamentos no Aeroporto Afonso Pena -; "Poço da discórdia" - a propósito do petróleo dividido com Santa Catarina no Mar Territorial; ou "Holanda às avessas" - jargão que tão bem definiu o estupor diante de um Paraná alagado pelas hidrelétricas.

A esse segredo somava outro, infalível - mais de uma vez assumiu ele mesmo a frente de batalha, dando uma cara e uma voz ao projeto. Nessas ocasiões, era apontado nas ruas, cumprimentado por populares, abordado nas bancas de jornal e nos cafés da Rua XV, espaços onde as bandeiras que defendia viravam o prato do dia.

Tanto empenho tinha seu preço. Além de sustentar as campanhas anos a fio em seus veículos - sob o risco de não vê-las realizadas ou de cansar leitores mais imediatistas -, fazia-se presente nos grandes debates da sociedade, como cidadão e homem de imprensa. Da mesma forma, sem cerimônia, podia se negar a participar de algum evento cuja natureza fosse contrária aos interesses do estado. Não foram poucas as recusas.

Nos momentos de maior tensão, a posição de Cunha Pereira podia ser conferida nos editoriais da Gazeta do Povo - espaço que guarda a história de suas

causas. Foi ali que tripudiou o que chamava de "migalhas dadas ao Paraná", estado que com tanta generosidade ofereceu à União suas riquezas, melhores terras e belezas como as Sete Quedas do Iguaçu. Com a mesma altivez, clamou por investimentos em educação, redução da miséria, geração de empregos e industrialização. Nos editoriais festejou vitórias, como a dos royalties, e lamentou o desinteresse pelo projeto do gasoduto e a apatia de muitos paranaenses diante de um mundo em transformação. "Vamos ser um estado eternamente agrícola?", perguntou de certa feita, sabedor da fragilidade do campo em gerar empregos.

No mais, era manter o ânimo da tropa. Os jornalistas que encamparam com Cunha Pereira as causas paranasitas tinham de estar dispostos a enfrentar cabos-de-guerra que se estenderiam por 10, 15 e até 20 anos - esbarrando na burocracia, na frieza, na ignorância e até no pouco caso estatal. Mas havia algo mais do que pedras no meio do caminho. Os que fizeram das campanhas uma causa para chamar de sua festejaram o salto triplo dado em 3 de agosto de 1986. Nesse dia, a Gazeta chegou à marca de 100.250 exemplares - reconhecidos pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC) -, a 144 páginas e a 90,3% de índice médio diário de leitura de jornais por trimestre no Paraná, de acordo com o Ibope-Marplan.

A marca gerou uma das muitas festas da Redação. Nessas ocasiões, Cunha Pereira passava, cumprimentando um a um. Aos que o chamavam de "doutor", retribuía com a mesma forma de tratamento: "Obrigado, doutor", dizia, mesmo que se tratasse de um dos piás do arquivo. Depois do ritual, lá se ia, pronto para outra campanha, o homem que queria ter braços para construir escolas e erguer pontes, equipar aeroportos, desenvolver indústrias, promover a ciência, dizimar a violência e acabar com toda a fome que há no mundo.

José Carlos Fernandes

A batalha da pedra negra

Em meados dos anos 70, Cunha Pereira dá início a sua primeira grande campanha - pelos investimentos na indústria do xisto. A proposta caiu no gosto da população, mas esbarrou na morosidade dos governos.

A cidade de São Mateus do Sul fica a 144 quilômetros de Curitiba, mas historicamente está muito próxima das páginas da Gazeta do Povo. Durante 16 anos, o jornal hasteou a bandeira da industrialização do xisto a partir da instalação de uma usina naquele município e reclamou os royalties devidos ao estado pela exploração mineral - tal como previa o Sistema Petrobrás, surgido na década de 50. Como correu *pari passu* com a campanha dos royalties de Itaipu, os dois projetos ficaram praticamente casados, intercalando-se nas páginas do jornal, com desvantagem para o xisto - para surpresa geral.

Havia, afinal, dois problemas a resolver. Além de o estado ser compensado pela exploração de seu solo e pelo impacto ambiental causado pela extração do xisto, era

preciso que o projeto realmente fosse levado adiante. Uma situação dependia da outra, com uma imensa falta de interesse no meio. Diante do chove-não-molha, a opção de Cunha Pereira foi a de ser uma pedra no sapato do governo federal, cobrando uma definição.

O corpo-a-corpo com as autoridades tem início já em 1976, quando o jornal, sem melindres, sugere na primeira página que o governo do estado aproveite uma visita do célebre ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, para pedir a implantação de um pólo petroquímico em São Mateus do Sul. Passo a passo, a Gazeta do Povo vai se dirigindo à população, abastecendo-a de informações sobre o diamante negro do Paraná. As matérias são uma verdadeira aula de Ciências: enquanto alertam para o perigo de uma crise energética, lembram as jazidas locais de 74 quilômetros quadrados - com potencial para produzir 630 milhões de barris de óleo - à espera da boa vontade da União.

Foram anos a fio de água mole em pedra dura. Valia cada gota. De acordo com levantamento publicado pelo jornal em 1991, desde seu início, em 1972, a usina já tinha custado aos cofres públicos a bárbara quantia de US\$ 500 milhões. O escândalo é que volta e meia se falava que o negócio do xisto era inviável e que a usina de São Mateus seria desativada. Fosse assim, a cidade, hoje com 36 mil habitantes, deixaria a faixa e a coroa de pólo industrial paranaense para voltar a ser a cidadezinha com traços da colonização alemã na divisa com Santa Catarina.

O mundo parecia conspirar a favor do avanço: estava-se em plena crise energética e era preciso se adaptar à nova ordem. Não bastasse, no início da década de 80 calculava-se que o estado jogava 230 mil pessoas por ano no mercado de trabalho. Mais indústrias era sinônimo de emprego.

Tal como ocorreu na campanha dos royalties, a mobilização da sociedade em torno da Usina do Xisto de São Mateus do Sul se deu por etapas. A primeira, obviamente, foi "por bem". As reportagens e editoriais iniciais lembravam, grosso modo, que em 30 anos o estado poderia receber R\$ 77 bilhões de compensação pelo uso e exploração do solo. A conta era simples: cabia ao Paraná 4% sobre o valor do óleo extraído e 10% das ações da Petrobrás proporcionais à jazida paranaense.

Naquele momento, previa-se que quando a usina estivesse em sua carga máxima iria produzir 25 mil barris diários de petróleo - hoje, são 3,8 mil. Não demorou para que o castelo desmoronasse. Havia um drama hamletiano por trás da Usina do Xisto, um "ser ou não ser" que impedia o projeto de chegar à vida adulta. Em meados de 1982, o proposta de implantar uma dezena de unidades de produção ficou reduzido a pó. Foi quando Cunha Pereira deu uma pausa ao tom conciliador e foi direto às falas.

Na edição de 8 de agosto, o jornal acusa a Petrobrás de ter faltado com a verdade ao povo do estado. Uma semana depois, escancara a falta de investimentos, estaci-

onando a produção em medíocres 650 barris diários, cota insuficiente para quitar a indenização devida ao Paraná. O problema se tornou crônico, mas não deixou de sair nas páginas do jornal, nos anos que se seguiram, ainda que de forma esporádica, até um novo conclave, no segundo semestre de 1990, quando a campanha completava uma década de solidão.

Já que a Petrobrás descumpria suas promessas de investimento em São Mateus, o presidente da Assembleia Legislativa, Aníbal Khury, apresentou projeto de lei autorizando o Executivo a investir CR\$ 975 milhões na usina. A proposta teve o efeito de um empurrão escada abaixo. Em menos de um mês, dia 1º de setembro, a estatal avisa que vai retomar o projeto. Cunha Pereira aproveita a deixa para se dirigir a todos os que assistiram passivamente à guerra surda do xisto:

"O Paraná é uma terra generosa, com seus imensos campos cultivados com técnica superior, sua gente ordeira, seus recursos naturais colocados à disposição do todo nacional. Mas deve amadurecer a arte de exigir contrapartidas, tão mais necessárias quanto se sabe que a boa marcha dos negócios de cada parte fortalece o todo e vice-versa."

Um ano depois, em 19 de outubro de 1991, finalmente é dada a manchete "Tudo pronto para o Paraná produzir xisto". Escaldado, Cunha Pereira encerra a conversa apenas dois meses depois. Em 1º de janeiro de 1992 - "dia de ano" -, ele escreve que a mobilização da sociedade paranaense fez a diferença. Parabeniza os que não esmoreceram. Os royalties não vieram. Mas como se diz, uma batalha não é a guerra.

Jose Carlos Fernandes

Na onda verde

A defesa do meio ambiente nem sequer era um assunto da agenda mundial quando Francisco Cunha Pereira deu início a uma de suas muitas campanhas ligeiras e de impacto: "Dê uma planta no Natal". A proposta - idealizada pelo publicitário Rosnel Bond - sugeria que a população acrescentasse uma planta entre seus presentes de Natal, aumentando a área verde do estado. À maneira dessa proposta, a Gazeta do Povo e o Canal 12 veicularam, nos anos que se seguiram, campanhas para diminuir o lixo nas praias, entre outras de vida curta e efeito rápido. Virou uma marca da casa.

(JCF)

"Recuerdos" de Cochabamba

Dentre as bandeiras erguidas pelo diretor-presidente da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho, a "Campanha do Gasoduto", como ficou conhecida, talvez tenha sido a mais atribulada e frustrante.

Começou discreta, em maio de 1980, defendendo que o projeto de um grande canal de gás trazido da Argentina para o Brasil passasse por Foz do Iguaçu, apro-

veitando a longa faixa de desapropriação de terras causada pelo Linhão de Itaipu. Era uma proposta irresistível - ou pelo menos parecia, como se confirmou. Ao pegar carona nas linhas argentinas e no Linhão, o gasoduto sairia mais barato, mais curto e ajudaria o Paraná a se industrializar, alterando o perfil econômico do estado que se orgulhava de ser agrícola, como se o mundo não desse voltas.

Barbada. Com gás ao rés-do-chão, viriam indústrias e, com ela, empregos, já que eram favas contadas que o campo se mecanizaria. O problema acabou sendo lidar com a extensa folha de burocracia que protelou o gasoduto por nada menos do que 20 anos.

Neste tempo todo - duas longas décadas -, o mapa do projeto foi alterado, os paranaenses se desinteressaram pela causa, Cunha Pereira se indignou, bateu na mesa, convocou, ficou só, mas não declinou. Em 1986, o diretor rompeu o silêncio e retornou às teses do gás passando pelo Paraná. No fim de 1987, ergueu as velas e se lançou ao mar. Não teria mais descanso dali em diante, deixando claro se tratar de uma campanha - e uma campanha que lhe custaria pôr a mão pesada na pena de jornalista.

Pelo colarinho

Em 15 de março de 1992, o editorial da Gazeta do Povo teve a força de uma juntada pelo colarinho. "Paraná corre o risco de perder gasoduto por falta de interesse", dizia o título, referindo-se à apatia das lideranças políticas e empresariais justo no momento em que a história mudava de rumo. Foi profético. A explicar.

Desde a década de 80, acreditava-se piamente que o Brasil compraria gás da Bolívia utilizando o canal utilizado pela Argentina. Essa rede entre três países levava a acreditar que o duto entraria por Foz do Iguaçu, sendo distribuído de primeiríssima mão do Paraná para outros estados. Mas eis que a Argentina se torna autossuficiente em gás, cancela o tango com a Bolívia, jogando o Brasil nos braços do vizinho. O contrato entre os dois países é assinado em 1991, prevendo 8 milhões de m³/dia - marca atingida em 2006. A rota, para tristeza geral dos paranaenses, seguiria a trilha Corumbá - São Paulo, botando o Paraná para escanteio. Mesmo assim, o gasoduto, hoje, passa por 13 cidades do estado.

Cunha Pereira não se conformou com essa quirera. Se fosse aproveitado o antigo trecho de gasoduto entre Bolívia e Argentina, a obra seria encurtada em 500 quilômetros, pouparia terras produtivas e uma fábula de US\$ 100 milhões, baixando o custo final para US\$ 500 milhões. A proposta, embora uma uva, não vingou. Vitória esmagadora da rota Corumbá.

No melhor estilo "levanta e sacode a poeira", surge uma nova tentativa do "homem do gás" - convencer os técnicos do governo a adaptar o traçado escolhido. Em vez de o gasoduto vir de Campinas a Curitiba, passando por São Paulo, viria por Bauru e Ourinhos, no interior

paulista, chegando a Londrina e Maringá, e depois a Ponta Grossa e Curitiba.

Para fazer valer suas hipóteses, o velho paranista de guerra mostrou-se um versado em geologia, engenharia e ambientalismo - o traçado que privilegiava São Paulo, chegando ao Paraná pelo litoral, causaria danos ao meio ambiente. E desperdiçaria o próspero Norte Paranaense. Mas veio mais burocracia. Apenas em setembro de 1996 o governo do Brasil e o da Bolívia assinam em Cochabamba contrato de construção do gasoduto, ao custo de US\$ 1,8 bilhão, previsão de conclusão em 1998. Quanto à rota, manteve-se a escolha por Corumbá.

Campanha encerrada? Mas que nada. Cunha Pereira continuou defendendo um gasoduto que entrasse pelo rico Norte do Paraná e não pela sensível Mata Atlântica. Acertou na mosca. A campanha gazetiana abocanhou o apoio incondicional de lideranças do interior. Prefeitos, vereadores, empresários abarrotavam a caixa-postal do jornal com cartas e telegramas de apoio - mensagens que via de regra saíam publicadas, aumentando a temperatura da conversa.

O clima era de um arrastão. Em junho de 1998, finalmente Fernando Henrique Cardoso se rende às teses da Gazeta do Povo, concordando com as mudanças no trajeto.

A deixa é levada à risca - a GP faz as contas e divulga que os custos para criar um braço do gasoduto em Londrina saíam por US\$ 200 milhões. Em 29 de março de 2000 - 20 anos depois da tímida matéria de 1980 -, a manchete tem sabor de golaço: "Gás da Bolívia já é distribuído no Paraná".

No corpo da matéria, lembra-se com elegância a luta de duas décadas pela substituição da matriz energética do estado. Um gasoduto maior ainda é sonho. E nenhuma tese do projeto foi derrubada até agora.

(JCF)

Discurso de alta voltagem

Em meados da década de 80, de sua sala, na Praça Carlos Gomes, Cunha Pereira deu início a uma luta que iria se tornar sua marca - a compensação pelas terras alagadas de Itaipu.

Em 3 de junho de 1981, Francisco Cunha Pereira Filho tinha 55 anos, "apenas duas mãos e o sentimento do mundo", como escreveu Drummond. Foi o que lhe bastou para que naquele dia se lançasse numa batalha que o acompanharia pelas próximas duas décadas, sem escalas: a da compensação ao estado pelo alagamento causado pela Hidrelétrica de Itaipu.

O empresário entrou na guerra a seu estilo - pela palavra -, tomada para si na tribuna da Assembleia Legislativa, local escolhido para lançar a campanha "Energia a Custo Zero", primeira versão da campanha dos royalties. Do alto de sua elegância, propôs um toma-lá-dá-cá: já que o Paraná cedia terras a Itaipu, que Itaipu cedesse eletricidade gratuita, por 30 anos, aos cinco pólos industriais

emergentes do estado - Foz do Iguaçu, Paranaguá, Curiúva, São Mateus do Sul e Guaíra.

O discurso teve um efeito El Niño. Ganhou as páginas da Gazeta durante os dias friorentos de junho, período em que pipocaram cartas de todos os cantos do estado, "hipotecando apoio", como se dizia. Sem falar nas visitas de políticos e líderes empresariais à célebre sala de Cunha Pereira, bem de frente para a Praça Carlos Gomes. Ali, quem orquestrava era ele.

A falta de compensação diante dos danos causados pela represa estava atravessada na garganta das lideranças paranaenses desde 22 de junho de 1966, quando foi assinada a Ata do Iguaçu. Na década de 70, o projeto faraônico - nos moldes do regime militar - saiu do disse-me-disse e se converteu no Tratado de Itaipu, de 26 de abril de 1973. Diante da nova ordem, o primeiro "fala baixo senão eu grito" veio do então deputado estadual Maurício Fruet.

Em 1973, durante uma viagem de trabalho a Guaíra, lideranças da Costa Oeste, sabendo que as águas iam subir, lhe informaram de uma compensação financeira paga por uma hidrelétrica do Texas (em matéria de 26 de maio de 1982 fala-se em Novo México), nos Estados Unidos. Era o argumento de que se precisava: o que se pagou na terra do Tio Sam, que seja pago aqui também. Fruet se coçou e fez o projeto de lei 7977/79, prevendo o reembolso dos muitos tostões devidos ao Paraná. O modelo ianque empolgou tanto que virou uma bandeira para gente como Cunha Pereira.

A campanha "Energia a Custo Zero" era sua tradução para o tal "sentimento do mundo" que movia os paranaenses. Estava tudo lá, datilografado no discurso de 3 de junho, pronunciado na Assembleia Legislativa: a revolta diante da inundação de 850 quilômetros quadrados de algumas das terras mais férteis do planeta; o "canto de agonia" das Sete Quedas, e - com grifos deixados pelo jornal nas semanas em que durou a campanha - a perplexidade diante dos sem-terra gerados por Itaipu, então formando bolsões de pobreza nas maiores cidades do estado.

Não era tudo. Além de denunciar o "venha a nós o vosso reino" por trás do projeto, a campanha "Energia a Custo Zero" pôs a sociedade paranaense para discutir o futuro. A contar: levantou a necessidade de construir a Ferrovia da Soja, em outras ocasiões chamada de Ferrovia da Produção; escancarou a realidade do homem do campo e a urgência de o Paraná se industrializar, atraindo novos investidores.

A temperatura da conversa ficou tão alta que, no mês seguinte, a prosa mudou de rumo. Cunha Pereira fez as águas de Itaipu rolarem antes da hora. A "Energia a Custo Zero" virou defesa dos royalties. Nascia a campanha do século movida pelo diretor da Gazeta do Povo.

Jose Carlos Fernandes

A conquista do Oeste

Cunha Pereira liderou grupo de notáveis que pressionou o governo federal a ressarcir o Paraná pelas terras

alagadas de Itaipu. Em 1990, quando o Diário Oficial confirmou os royalties, o empresário viu os fogos de artifício anunciarem a vitória

O réveillon parecia ter chegado atrasado à Praça Carlos Gomes naquela tarde de 4 de janeiro de 1990. Em meio a um calor de derreter catedrais, houve queima de fogos, toque de sirenes, faixa na sacada do prédio da Gazeta do Povo e euforia nos bastidores do jornal. O expediente parou. Nada mais justo. Foi dali, nove anos antes, que saíram os primeiros editoriais e matérias reivindicando o pagamento dos royalties de Itaipu. A chegada à sala da direção do Diário Oficial da União, com a Lei dos Royalties sancionada pelo presidente José Sarney pedia festa. Assim se fez.

Mas aquele dia de janeiro não passou de refresco de verão. A luta pelos royalties estava ainda na metade. Foi uma história tão longa que se pode dividi-la em nada menos do que quatro fases - a da reivindicação, a emocional, a calculista e a das águas, enfim.

Ao todo, durante 15 anos a compensação pelas perdas deitadas na conta da Hidrelétrica de Itaipu ganhou destaque na Gazeta. Nesse tempo, o protagonista da campanha não foi nenhum jornalista da casa, mas o próprio diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Ele teve de se desdobrar em vários papéis - pesquisador, ativista, visionário, estrategista.

Nos primeiros capítulos dessa longa história, os da "reivindicação", Cunha Pereira se desdobrou em teses para provar que o estado tinha direito à catarata de dólares que Itaipu iria pagar à União. Não o fez de qualquer jeito. Em 1981, feito um bom aluno, debruçou-se sobre o Tratado de Itaipu, assinado em 1973, e se deteve no artigo XV, parágrafo I - o que determina às partes contratantes, Brasil e Paraguai, pagamento pelo uso do potencial hidráulico, em partes iguais, mensalmente. Num ano, o montante não poderia ser inferior a US\$ 18 milhões, podendo chegar a US\$ 30 milhões por ano a cada país.

A informação saiu tantas vezes no jornal, que deve ter gerado itaipólogos aos montes. E fez-se mais. O jornalista levou sua campanha até um ambiente acadêmico, a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Lá, palestrou sobre o que os royalties poderiam representar em empregos, educação e avanço industrial para o estado. A argumentação racional, jurídica e fundamentada, contudo, custou a empolgar, o que poderia levar a campanha água abaixo. Era preciso, como se diz, falar a língua do povo, o que o editorial da Gazeta do Povo de 22 de maio de 1982 se encarregou de fazer.

Com o título "Um basta a alagamentos injustificáveis no Paraná", ganhou impulso a etapa mais emocional da campanha dos royalties. Em tom agressivo, perguntava-se dali em diante quem ia pagar os 83,5 mil hectares de áreas inundadas, o 1,5 milhão de toneladas de alimentos que deixaram de ser produzidos, o desaparecimento de Sete Quedas e o desalojamento da população rural.

Mesmo com o tom de voz mais acima, passaram-se mais quatro anos. Nos códigos do jornalismo de resul-

tado imediato, o assunto teria ido para o fundo da gaveta, com a desculpa de não cansar o leitor com causas impossíveis. Cunha Pereira fez justamente o contrário. Diante do cansaço da campanha, em vez de silêncio, fez mais barulho para acordar a tropa, mudou a estratégia de guerra e formou uma comissão de notáveis para defender os royalties. Além do empresário, faziam parte do arrastão o ex-governador Emílio Gomes, o professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, o ex-ministro e ex-prefeito de Curitiba Ivo Arzua, o presidente da Federação das Indústrias Altavir Zaniolo. Primeira tarefa da trupe: pedir o apoio do governador José Richa à campanha.

Funcionou. Em 25 de outubro de 1984, durante a inauguração da Hidrelétrica de Itaipu, Richa pediu a palavra e colocou o presidente João Figueiredo na parede. Ouviu o que não se esperava: se o Paraná recebesse royalties, o governo abriria um precedente para o resto do país - país, então, com barro até as canelas, de tantas represas, a exemplo da contemporânea Tucuruí.

O balde de água fria serviu para rever os planos do grupo de notáveis. Eles entenderam ali que a compensação não viria pelo Tratado de Itaipu, mas pela votação de uma emenda na Assembleia Nacional Constituinte. A terceira fase da campanha, a "calculista", se iniciava.

Foi como quebrar pedras sob um calor de 40 graus. Armou-se uma força-tarefa. Em 1985, o deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR) fez um projeto de lei para garantir o ressarcimento. A proposta teria uma longa jornada noite adentro, até chegar ao presidente da República. Para não correr riscos, o governador José Richa pede que o deputado federal Pedro Sampaio, também do PMDB, lance um projeto específico, além de repetir a dose do tête-à-tête com o presidente, dessa vez espremendo uma resposta de José Sarney. Saiu-se um pouco melhor: em vez de um "não" ficou no "talvez". Para Cunha Pereira a evasiva foi a gota d'água. Era dezembro de 1985 - quinto ano da campanha - e nada de novo sob o sol.

Para ajudar, por aqueles dias a mídia em peso mostrava Brizola, aos abraços com Sarney, comemorando nada menos do que a sanção da lei dos royalties da Bacia de Campos, um negócio anual de US\$ 206 milhões. Não se levou desaforo para casa. Reportagem da Gazeta do Povo de 29 de dezembro mandou o recado: "E os royalties da Itaipu para o Paraná? Quando virão?", aparecia no título.

Um mês depois, em 29 de janeiro de 1986, não era mais Richa quem chamava o presidente às falas, mas Cunha Pereira, em companhia do empresário José Carlos Gomes de Carvalho, dos deputados federais Pedro Sampaio, Renato Bueno e Hélio Duque, e do deputado estadual Rubens Bueno. Em encontro com Sarney, o diretor da Gazeta do Povo tirou da manga as teses de Itaipu que o acompanhavam desde 1981 e não economizou nas frases de efeito: "O Paraná não pode continuar sofrendo trata-

mento desigual", argumentou, a propósito dos ganhos nas regiões onde existia exploração de petróleo.

Do resultado do encontro, o que se sabe pela leitura dos jornais da época é que nos meses seguintes Cunha Pereira, seu grupo de notáveis e equipe do jornal teriam muitas contas a fazer: 1986 foi o ano em que a campanha dos royalties de Itaipu se afogou em números. Era preciso fazer contas, estampá-las em manchetes, para que os paranaenses não se esquecessem do tamanho do prejuízo, que naquela ocasião oscilava entre US\$ 5 milhões e US\$ 20 milhões ao ano.

Se esses cálculos todos serviam para aumentar a crença num "Paraná mais rico", como diziam os editoriais da Gazeta do Povo, só um revertério jurídico poderia devolver à população a crença de que não se tratava de uma dessas histórias bonitas, mas sem fim. O sinal do qual se precisava acabou chegando naqueles primeiros meses de 1987. Dia 7 de março, os constituintes deram sua resposta, reconhecendo por 393 votos contra 14 e 8 abstenções o pagamento dos royalties aos estados onde se exploravam recursos hídricos para geração de energia elétrica.

A edição da Gazeta de 8 de março saiu pelando. Falou da aprovação, da campanha iniciada sete anos antes, e nominou sem piedade os 13 constituintes do Paraná que não compareceram à votação. Pronto: a mesa estava arrumada para a última fase da campanha, a das "águas", que estenderia a campanha por mais três anos.

Deu tempo de pedir mais paciência aos deuses, festejar o Natal e o Ano-Novo e preparar os fogos e as faixas para a hora em que chegasse às mãos de Cunha Pereira o Diário Oficial da União. Chegou em 4 de janeiro, consagrando a era das águas no Paraná.

Em tempo

Apenas quando os dólares de Itaipu já eram um fato consumado, em 28 de novembro de 1996, Cunha Pereira aceita ir a Foz do Iguaçu para receber uma homenagem dos 16 municípios lindeiros - merecedores de US\$ 434,5 milhões em cinco anos de royalties.

José Carlos Fernandes

Saga lindeira

Campanha da Gazeta do Povo mudou o destino de 15 municípios paranaenses em torno do Lago de Itaipu. Eles são hoje parte do Brasil que deu certo.

Conhecidos por formar um cinturão de prosperidade em plena Costa Oeste do estado, na fronteira com o Paraguai, os municípios paranaenses beneficiados pelos royalties da Itaipu Binacional se voltam para o futuro e começam a investir em projetos autosustentáveis. Depois de se transformarem em canteiros de obras e ostentar índices sociais de Primeiro Mundo, agora os gestores da

região querem usar os royalties para atrair emprego e distribuir renda à população.

Quinze cidades paranaenses e uma sul-mato-grossense recebem o dinheiro dos royalties: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Terra Roxa e Mundo Novo (MS).

Todas ostentam algo em comum - tiveram parte dos territórios alagados pelo reservatório da usina, formado em 1982. Por isso, não só ganharam praias artificiais como também os royalties, que começaram a ser repassados a partir de 1992 para compensar a perda das áreas.

Na década de 90, boa parte dos recursos provindos de royalties foi injetada em infraestrutura, construção de prédios públicos, colégios, ginásios e monumentos religiosos. Em um segundo momento, as cidades passaram a priorizar projetos sociais voltados ao bem-estar da população. Passada a fase de assentamento, hoje os municípios procuram atrair investidores para os setores industrial, agropecuário e de turismo - áreas que ressoam com a vocação da região.

Santa Helena é um exemplo. Com cerca de 23 mil habitantes, a "Suíça paranaense" tem 12 ginásios de esportes, 6 parques de máquinas, pronto-socorro, ciclovia, balneário e 10 postos de saúde - número acima dos índices internacionais, que recomendam uma unidade médica para cada 70 mil habitantes.

Os benefícios não param por aí. Os moradores da área rural, ou seja, 50% dos habitantes, não gastam dinheiro do bolso para pagar água, já que usufruem de parte dos 105 postos artesianos perfurados em toda extensão de Santa Helena. "Moro aqui há cinco anos e nunca paguei água", diz a dona de casa Salete de Aquino.

Santa Helena é o município que mais recebe royalties (veja tabela).

Apelidada de "canteiro de obras do Oeste", São Miguel do Iguaçu continua investindo na infraestrutura. A exemplo das demais cidades da Costa Oeste, dificilmente se vê no município ruas sem asfalto. Boa parte das estradas rurais tem pavimentação e todas as obras do município, mesmo em parceria com os governos federal e estadual, têm a contrapartida dos royalties.

Foz do Iguaçu, o segundo maior orçamento em royalties da Costa Oeste, investiu, nos últimos anos, parte do orçamento do benefício na construção de três centros de convivência escola-bairro - escolas onde os alunos estudam em período integral -, edificação de casas populares e aquisição de um terreno destinado a um distrito industrial com capacidade para 76 empresas. "Os royalties foram um grande projeto", elogia o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi.

Denise Paro - Sucursal Foz

Itaipulândia S/A

Cada cidade da região da Represa de Itaipu tem uma obra, um projeto social ou até mesmo uma avenida com estreita ligação com os royalties. Mas a história de Itaipulândia, a 70 quilômetros de Foz do Iguaçu, está de tal forma ligada ao lago que não pode ser contada sem menção ao benefício.

Antes da formação do Lago de Itaipu, o município de 8,5 mil habitantes se chamava Aparecidinha do Oeste. Virou Itaipulândia em 1992 e foi construído sob a égide dos royalties. Nesses 14 anos, o dinheiro foi suficiente para construir seis escolas, quatro creches, os prédios da Câmara Municipal, da prefeitura, um hospital. O morador tem atendimento e internamento gratuito. Também recebe bolsa de 50% para estudar em faculdades particulares e tem metade do custo de transporte custeado pelo município. Atualmente, 352 estudantes são beneficiados.

É difícil ouvir reclamações em um lugar assim. O autônomo Inácio Spies, 48 anos, mora na região antes mesmo da fundação de Itaipulândia. Os filhos dele receberam bolsa de estudo da prefeitura e ele não tem queixas da área de saúde. "Em educação e hospital o dinheiro está bem investido", garante.

O último investimento expressivo com o dinheiro dos royalties foi no Parque de Águas Termais, que está na relação dos maiores do Sul do país. Com área total de 10,5 hectares, piscina com oito tipos de ondas e água do Aquífero Guarani com temperaturas de 41 graus centígrados, a obra já consumiu R\$ 15 milhões dos cofres municipais.

Obras monumentais

Na epopeia lindeira, não faltam obras monumentais, feitas graças ao dinheiro dos royalties. Até 2004, quando o dólar estava valorizado, os caixas dos municípios esbanjavam recursos para investimentos em obras inusitadas. A maioria das praias artificiais é dotada de infraestrutura que atrai turistas do Paraguai, Argentina e de Mato Grosso, incluindo quiosques, churrasqueiras e brinquedos aquáticos.

O turismo religioso é outra vertente estimulada pelos royalties. Em Santa Helena, a gestão passada dedicou cinco anos para construir uma imagem de Cristo com 12 metros de altura, considerada o maior monumento em bronze da América Latina.

Em Itaipulândia, o destaque fica para a imagem de Nossa Senhora Aparecida, de 26 metros de altura, situada no ponto mais alto da cidade. O monumento, considerado a maior estátua de concreto da América Latina, hoje atrai ao ano cerca de 60 mil pessoas, 10 mil a mais do total de

turistas que visitam a praia artificial da cidade, outro ponto certo no investimento de royalties. (DP)

O VALOR DOS ROYALTIES

Município	Repasse novembro 2008	Acumulado
Foz do Iguaçu	US\$ 589,6 mil	US\$ 203,2 milhões
Santa Terezinha de Itaipu	US\$ 122,4 mil	US\$ 42,1 milhões
São Miguel do Iguaçu	US\$ 265,6 mil	US\$ 103,9 milhões
Itaipulândia	US\$ 525 mil	US\$ 168,4 milhões
Medianeira	US\$ 3,4 mil	US\$ 1,1 milhão
Missal	US\$ 117,1 mil	US\$ 40,3 milhões
Santa Helena	US\$ 770,5 mil	US\$ 265,5 milhões
Diamante do Oeste	US\$ 16,4 mil	US\$ 5,6 milhões
São José das Palmeiras	US\$ 5,7 mil	US\$ 1,9 milhões
Marechal Cândido Rondon	US\$ 167,7 mil	US\$ 63,3 milhões
Mercedes	US\$ 56,4 mil	US\$ 18,1 milhões
Pato Bragado	US\$ 137,5 mil	US\$ 44,1 milhões
Entre Rios do Oeste	US\$ 96,1 mil	US\$ 30,8 milhões
Terra Roxa	US\$ 4,6 mil	US\$ 1,5 milhão
Guaíra	US\$ 149 mil	US\$ 51,3 milhões
Mundo Novo (MS)	US\$ 43 mil	US\$ 14,7 milhões

FONTE: Itaipu Binacional.

Marcação cerrada em Ilha Grande

Uma Holanda às avessas. Com essa frase de efeito, durante um ano a Gazeta do Povo fez marcação cerrada contra a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, no Noroeste do Paraná. Edições são agressivas, pedindo um “basta aos alagamentos desnecessários, causadores de sofrimento aos agricultores”. Parecia em vão. Os protestos não impediam a Eletrosul de demarcar o lago de 1.312 quilômetros quadrados e seguir com as obras da barragem.

Seguindo a lógica das outras campanhas, o jornal faz argumentações quase didáticas sobre o descalabro de Ilha Grande: 16 municípios do estado iriam perder área para gerar a quítera de 2,6 milhões de quilowatts - um quinto da capacidade de Itaipu -, com o agravante de que, sozinha, Ilha Grande representaria 35,7% de todas as áreas inundadas no estado. Ou seja, um caso de polícia, atingindo diretamente dez mil moradores das centenas de ilhas entre as cidades de Guaíra e Marilena.

Diante das evidências, na edição de 30 de maio de 1982 - dias depois de receber o título de Cidadão

Benemérito do Paraná, concedido pela Assembleia Legislativa -, Cunha Pereira pede em alto e bom som que as obras em Ilha Grande sejam paralisadas. De quebra, questiona o modelo exportador de energia imposto ao estado - estado que, de acordo com o jornal, tinha perdido 1,3 milhão de habitantes em dez anos, afugentados por tantas represas.

Em 1997, quando foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande, uma área de 78 mil hectares, o projeto da usina já descansava em paz. Dela sobraram algumas estruturas abandonadas, que têm lá sua serventia: lembram que o Paraná, que se abriu a Itaipu, disse não à Usina de Ilha Grande - pelas páginas de um jornal.

José Carlos Fernandes

Por mais votantes

A campanha “Energia a Custo Zero” ganhava corpo e a dos “Royalties de Itaipu” já se anunciava quando Francisco Cunha Pereira Filho deu início a um projeto simples, mas que em um mês tirou dos trilhos o editorial da Gazeta do Povo. Em Brasília, discutia-se uma mudança de critério para a representação eleitoral: em vez de determinar o número de deputados proporcionalmente ao tamanho da população, a ideia era fazer o cálculo pelo número de eleitores, ideia abandonada na Constituição de 1988.

Foi uma péssima notícia para o Paraná. Com a abertura de novas fronteiras agrícolas no Norte do país e o fenômeno dos brasiguaios, levas de agricultores do estado tinham migrado, diminuindo a população adulta e o número de eleitores. Pelas novas regras, a representação paranaense em Brasília passaria de 34 para 27 membros, saltando de quarto para sexto estado no ranking parlamentar.

Como seria impossível trazer os dispersos de volta, havia uma única saída: convencer jovens em situação de pobreza a fazer seu título de eleitor, devolvendo ao estado uma margem mais confortável de votantes, entre 3,5 milhões e 4 milhões, um para cada dois habitantes.

A proposta empolgou, botando em xeque os custos do próprio documento, que exigia tirar três fotos, o que inibia os mais pobres. Em um único mês, renderam-se à campanha os deputados Augusto Carneiro, Airton Cordeiro, Reinhold Stephanes, Adalberto Daros, Werner Wanderer, além de políticos tradicionais como Ney Braga, Jaime Lerner e Maurício Fruet - Fruet com direito a coleta de assinaturas pedindo que a proporcionalidade por número de habitantes fosse mantida, tal e qual prescrevia uma emenda de 1969.

Em 11 de agosto, a notícia: o Paraná manteria sua cota de 34 representantes na bancada nacional. Campanha encerrada. A propósito, o estado tem hoje 30 deputados federais e 7.166.919 eleitores - mais ou menos a população local na época da campanha.

(JCF)

As pontes do Noroeste

“Obra inadiável”. Com este bordão, Cunha Pereira planta através da Gazeta do Povo uma ideia que só vai se consolidar 18 anos depois - a construção de pontes para ligar o Paraná e Mato Grosso do Sul. Motivos havia a rodo. A divisa de 300 quilômetros entre os dois estados é um importante “corredor de exportação” rumo ao Porto de Paranaguá. Mas o milho, o arroz, a soja e o próprio gado eram transportados de balsa - redundando num solene atraso.

A tese do jornal era clara - não importavam os gastos com a obra, o empreendimento iria se pagar. Os apoios não tardaram a chegar à Redação, por telegramas, cartas, telefonemas e manifestações coletivas, encaminhados pelos 28 municípios diretamente interessados no empreendimento. O deputado federal Renato Johnsson - ex-secretário de estado do Interior - destaca-se entre os entusiastas.

Em 1987, o projeto ganha impulso, sendo inaugurado em 2002, somando um complexo de cinco pontes, 16 quilômetros de extensão e a alcunha de maior empreendimento fluvial do país. A obra reduziu em cem quilômetros a distância entre os pólos produtores da região Centro-Oeste e o Porto de Paranaguá e custou R\$ 155 milhões. Beneficiou uma centena de municípios e 1,5 milhão de habitantes. Missão cumprida.

(JCF)

Não às migalhas, sim às riquezas

Foram apenas quatro meses de campanha, mas com tempestade nas alturas. Basta atinar para títulos da Gazeta do Povo como “Uma questão de justiça: paranaenses devem construir Segredo”, publicado em 21 de abril de 1985. Eis a questão. A previsão era de que a hidrelétrica custasse a fábula de US\$ 500 milhões. Só não havia garantia de que esses benefícios todos iriam circular no estado.

Cunha Pereira se apressa, lembrando que “as empresas do Paraná não podem mais ser sufocadas por empresas do círculo vicioso”, referindo-se aos grupos de fora, prestes a abocanhar os benefícios de Segredo.

A edição de 22 de abril não deixava dúvidas: com a usina, o Paraná receberia 150 bilhões de cruzeiros em tributos. Como de praxe em outras campanhas, o discurso econômico parece não ter movido montanhas. É o que basta para que a edição de 1º de maio lembre que as empreiteiras locais corriam o risco de ficar “com as migalhas”, perdendo a oportunidade de reinvestir no estado.

Em duas semanas, a psammaceira inicial dá lugar a pelo menos 11 empreiteiras locais concorrendo à construção de Segredo e a seus ganhos, de empregos a salários e impostos. A obra ficou com o consórcio DM Sesb Sinoda. Segredo foi construída de 1987 a 1991.

(JCF)

Setembro negro

Curitiba viveu seu “setembro negro” em 1983. Em apenas nove meses, a cidade registrou 36 homicídios e uma centena de assaltos em domicílio, índices três vezes maiores do que o do ano anterior. A direção da Gazeta do Povo entendeu ser preciso fazer algo mais do que noticiar - era preciso providências.

A edição de 20 de setembro daquele ano não usa de meios-tons: denuncia a omissão dos órgãos de segurança da capital, pede policiamento ostensivo em Curitiba e região metropolitana, que policiais deixem os cargos internos nos quartéis e ganhem as ruas, a volta da polícia montada, das duplas “Cosme e Damião” e um programa de apoio às famílias que se viram de frente para o crime.

Sem aceitar o descaso como resposta, a edição de 21 de setembro sai com uma estratégia comovente - publica o nome completo das 36 vítimas da violência em 1983, citadas com profissão e circunstância em que foram mortas. Entre elas, Rosa Dias dos Santos, 89 anos, vítima de estrangulamento. Dois dias depois, a reação da Polícia Militar já podia ser sentida nas ruas da cidade. A operação incluiu oficiais à paisana andando pelas ruas do centro e nos terminais de ônibus.

Hoje, Curitiba e região metropolitana chegam a ter uma média de 20 mortes num único fim de semana, consolidando-se como uma das conurbações mais violentas do país. A segurança virou a preocupação número um da população, banalidade no expediente de jornais e televisões e moeda de troca em campanhas políticas. Outros setembros vieram - só que dessa vez sem campanhas com força para alterar a rotina dos quartéis e garantir a primavera.

(JCF)

Empregos para o Paraná

Construções de vulto no Paraná colocavam Francisco Cunha Pereira Filho em campanha. Nessas ocasiões, sua posição era invariavelmente a mesma: que empresas ou consórcios do estado tivessem preferência nas obras. O intuito era gerar empregos e fazer os empresários mais competitivos. Foi assim em meados de 1981, logo que se começou a falar da nova ponte Brasil - Argentina, unindo Porto Meira, em Foz do Iguaçu, a Puerto Iguazú, no país vizinho.

Em tempo - a construção da Ponte Presidente Tancredo Neves teve início em 1985 e a obra ficou a cargo do Consórcio Figueiredo Ferraz-Etel, um consórcio brasileiro e argentino.

(JCF)

O Estado do Paraná sem costuras

Proposta de criação do território do Iguaçu revelou o estrategista de guerra Cunha Pereira. No auge da crise, ele se mandou para Brasília e chamou deputados à razão. Foi vitorioso

O feriado da Proclamação da República de 1987 teve um sabor cívico nas páginas da Gazeta do Povo. Em clima de “já ganhou”, editorial deu por morta e enterrada uma proposta que havia algum tempo assombrava as lideranças do estado - a criação do Território do Iguaçu, uma área entre o Sudoeste paranaense e Oeste catarinense.

Para a direção da Gazeta do Povo, a proposta não passaria na Assembleia Constituinte - até porque havia mais com o que se preocupar às vésperas da promulgação da Constituição de 1988. No mais, sobravam expressões pouco elogiosas à iniciativa, de oportunista e mal-informada a caça-votos e fora da realidade.

Nas entrelinhas, aquilo era coisa de quem não tinha mais o que fazer, uma reedição de uma experiência mal-sucedida que o Paraná já tinha vivido na década de 40. Não foi nenhum Cerco da Lapa, mas a chamada defesa da integridade paranaense teria, daquele 15 de novembro em diante, lances de uma batalha digna de figurar nas páginas da História.

De um lado estavam três defensores da proposta: os deputados David Cheriegatte, Jacy Scanagatta e Edil Silliprandi - este o grande capitão da criação do estado do Iguaçu. O triunvirato deu um trabalho intenso aos paranaístas Luiz Carlos Hauly, Max Rosenmann, Basílio Villani e Reinhold Stephanes - além de Cunha Pereira, é claro, entre outros.

O assunto ganhou tal monta a partir do segundo semestre de 1992 que exigiu reuniões e reuniões a portas fechadas. Só faltava demarcar com bandeirinhas e alfinetes o ultrajado mapa do Paraná, como se fazia na Segunda Guerra. Se um lado falava em “fracionar”, o outro respondia com “mutilar”, promovendo eventos arrasa-quarteirão, feito o “Grito pela Unidade do Paraná”, ocorrido em 18 de dezembro, acompanhado de um memorial assinado por 20 deputados e pelo senador José Richa. Era “não e não”.

Escaldado pelo vaivém político dos royalties de Itaipu e de outras campanhas, Cunha Pereira decidiu não arriscar. Largou o jornal, tomou um avião para Brasília e cobrou uma posição da bancada paranaense. Em 31 de março de 1993, a empreitada pelo Iguaçu é derrotada: foram 178 votos contra o Iguaçu, 91 a favor e 13 abstenções.

Naquele abril, a Gazeta do Povo teve dificuldade em administrar tantos telegramas e manifestações de apoio - a maioria educadamente registrada nas edições. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Erondi Silvério, propõe homenagem ao jornal. O deputado Renato Adur exalta a ação da imprensa. Fala-se em “alívio” - e do susto dado por Cheriegatte, Scanagatta e Silliprandi.

Presença do Paraná em Brasília

Curtíssima, uma campanha criada por Cunha Pereira, em meados da década de 80, chamou a atenção dos leitores. Objetivo: pleitear a representação do Paraná no governo federal, em lugares de destaque, em especial

ministérios. O lançamento da ideia se deu durante o seminário “Paraná, Caminhos do Futuro”. As lideranças do estado gostaram da conversa. Mesmo com vida curta, a moção serviu para criar uma mentalidade, ainda hoje presente: a de que é preciso ter gente da terra em Brasília, para defender interesses do estado.

(JCF)

Poço da discórdia

Em 1988, as lideranças paranaenses estavam tão ocupadas acompanhando a movimentação dos constituintes em torno dos royalties de Itaipu que só um assunto muito bom tiraria a concentração da trupe - mais royalties. Pois foi o que aconteceu. A descoberta de reservas de petróleo e gás dentro das 200 milhas do mar territorial do estado passou a representar CZ\$ 13 milhões de ressarcimento por mês - isso, só nas primeiras ondas. Para coroar a expectativa, batizou-se o poço de “Paraná Submarino 4” (PR-S-4). Parecia código de espionagem, mas não deixava dúvidas sobre onde encontrar o tesouro no mapa.

Mas o mar não estava muito católico. Tão logo veio a boa nova veio também a disputa do benefício com o estado vizinho, Santa Catarina, que reivindicava para si o trecho de mar e, por tabela, os royalties pelos 200 barris de óleo/dia. À beira de um novo Contestado, batizou-se o local de “poço da discórdia” - afinal, a depender do ponto de vista, a área pertence ao Paraná, a Santa Catarina e até a São Paulo. Foram discussões intermináveis, alguns tons acima do normal. Em matéria da Gazeta de 24 de julho de 1988, chega-se a acusar o governo de privilegiar os catarinenses.

Como o litoral do Paraná é pequeno e acidentado, só um perito poderia precisar um cálculo para a parte que lhe cabe no oceano. O arbítrio veio do IBGE - que deu ganho de causa ao estado, enfezando os vizinhos catarinenses. Em 1991, eles entraram na Justiça, oficializando uma pendenga que dura até hoje. Enquanto a história não acaba, 30 municípios do Paraná recebem royalties da Petrobrás, para serem aplicados em infra-estrutura.

A captação do “P-14” (o PR-S-4, com tanta grita, foi suprimido), iniciada em 1993, no chamado campo Caravela, não é nenhum mar de rosas. Nos melhores dias, chegou a 8 mil barris diários, mas com média de 2 mil barris diários. Em 2002, outra área foi identificada, no Campo Coral, com o dobro da capacidade.

(JCF)

O sopão na Praça Tiradentes

No início da década de 90, campanhas feitas a dos royalties de Itaipu, gasoduto e Usina do Xisto já eram quase uma rotina na Redação da Gazeta do Povo. Mas ainda exigiam muito sangue, suor e lágrimas dos jornalistas. Na era pré-internet era preciso estar atento a qualquer novo dado, a cada passo dos parlamentares, sem deixar esmorecer as expectativas dos leitores. Foi nesse contexto

de “desesperar jamais” que Francisco Cunha Pereira deu início ao “SOS Fome”, projeto que trouxe calor humano ao editorial num momento em que vigorava o debate técnico das compensações financeiras e o pé-atrás frente as ciladas políticas que insistiam em castigar o estado.

O “SOS Fome” deu ânimo à tropa. Ao contrário das intermináveis campanhas que dependiam da boa vontade de estranhos para serem concluídas, prolongando-se por 10, 15, 20 anos, essa saiu do mundo das ideias e ganharia as ruas todos os dias. Ora era a distribuição de sopões na Praça Tiradentes, ora a adesão da rede hoteleira e de restaurantes à doação de alimentos proposta por Cunha Pereira. Deu tão certo que tirou a gravata e arregaçou as mangas da Gazeta do Povo, merecendo lugar de destaque entre as chamadas “campanhas vitoriosas” assinadas por Cunha Pereira.

Não é exagero. Basta lembrar que o “SOS Fome” é anterior à “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, promovida pelo sociólogo Betinho, e à Campanha da Fome - baluarte do governo Lula. A inspiração do projeto paranaense vinha de dom Hélder Câmara - então arcebispo emérito de Olinda e Recife - autor do programa intitulado “Ano 2000 sem Miséria”. D. Hélder propunha um mutirão para reduzir a pobreza, a fome e instaurar uma divisão de renda mais justa. O pedido não passou de raspão pelos ouvidos de Cunha Pereira - até porque certamente lhe parecia familiar.

Uma década antes, ao se lançar no mar sem fim de suas inúmeras campanhas, o diretor-presidente da Gazeta do Povo se colocou algo mais do que pedir ressarcimentos financeiros ao governo. Era preciso olhar pelos boias-frias e miseráveis da cidade. Dados do IBGE da época apontavam que 1,8 milhão de paranaenses, 20,7% da população, viviam na indigência. Uma leitura atenta do material publicado a partir da campanha “Energia a Custo Zero”, de 1981, confirma a indignação diante da pobreza e o viés social do jornal naqueles anos de vacas magras. O nascimento de uma nova campanha era só uma questão de tempo.

Em 1990, deu-se o grito de guerra. Em 1993, o SOS Fome era uma realidade, ilustrado por um dos editoriais mais ternos dos 90 anos de Gazeta do Povo. Escreveu Cunha Pereira em 27 de junho daquele ano: “É impossível que cada um de nós tenha tranquilidade, um farto almoço ou qualquer outra refeição do nosso dia sabendo que muito próximo há um semelhante na miséria, passando fome total, doença, frio e desemprego. O coração mais sensível dobra e chora ao ver o drama da miséria e da fome. Ao ver velhos sem trabalho ou aposentados passando frio, fome e doença.”

Dias antes, ao receber o título de Personalidade do Ano, da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (Aecic), já havia fumaças da intensidade com que tinha abraçado a campanha contra a fome. Diante de representantes das 300 empresas ligadas à Aecic, lembrou que “a pobreza ainda é suportável, é uma condição perversa da vida humana, mas não é fatal. Porém, a miséria é

uma maldade contra a natureza humana”. No desfecho, diante da nata da sociedade, alfinetou as elites alienadas diante da gravidade do problema.

Ao discurso inflamado, somavam-se pratadas de alimento, reduzindo danos sociais, e parcerias com o Sesc-PR, Federação do Comércio e outras instituições. As 800 refeições diárias dos primeiros tempos logo se multiplicaram em 10 mil quilos de alimentos recolhidos em 505 estabelecimentos - entre restaurantes, bares e similares. Quando os núcleos de Ação e Cidadania de Betinho se espalharam pelo Brasil, em Curitiba já se sabia do que se tratava.

(JCF)

Bichos à solta no Canal 12

Durante uma década, a música “Bicho do Paraná”, do cantor e compositor João Lopes, foi mais popular no estado do que os hits de Kleiton e Kledir, Sá e Guarabira e Chitãozinho e Xororó - para citar alguns dos nomes que pontificaram no show business no Brasil dos anos 80 e 90.

O que levou um rock rural assinado por um artista desconhecido a passar a perna no mercado fonográfico é coisa dos deuses. Tudo começou quando Vandelino Gonçalves, produtor da TV Paranaense, gravou um clipe com Lopes - um pé-vermelho dotado de pedigree. Natural da pequena Califórnia, no Norte do estado, o músico que parecia saído de um rodeio no Texas mostrava que o estilo estradeiro podia conviver muito bem com o pop. Nada mais sob medida para um momento em que a população se mudava em caravana para as cidades, mas se acabava de tantas saudades do campo.

João era não só a mais perfeita tradução desse dilema, como uma prova de que não havia motivo para mágoa. Tudo bem não ser “gato de Ipanema.” O sujeito divertia. Seu clipe, claro, agradou tanto que acabou sendo exibido no TV Mulher - um dos programas de maior audiência na época - e num passe de mágica virou canção-tema de uma campanha feita em parceria pelo Canal 12 e o então Banco Bamerindus.

A proposta - assinada pelo supervisor João José de Arruda Neto, o Jota-Jota, Vandelino e por dois craques da publicidade, Sérgio Reis e Elói Zanetti - tinha a simplicidade de uma quermesse: a cada semana, um paranaense ilustre seria homenageado no Canal 12 com a “comenda” de “Bicho do Paraná”. Certamente, deu um frio na barriga dos produtores, já que o povo da terra tem fama de tímido e autofágico.

Os “segundinhos de fama” corriam o risco de ser acusados de bairrismo e cafonice. Mas viraram um banho de estima. “Não esperávamos que fosse fazer tanto sucesso”, lembra Vandelino, ao falar da vida longa e da popularidade do projeto. Em uma década, 480 personalidades passaram pela telinha. A galeria exibiu nomes óbvios, como a poeta Helena Kolody - uma unanimidade paranaense -, baluartes feito o físico César Lates, mas também médicos e pesquisadores cuja atuação e reconhecimento estavam restritos a alguns nichos da sociedade local.

Foi mesmo um golaço. Quando chegou a hora de acabar, Cunha Pereira chamou Vandelino e sua equipe, agradeceu e os recompensou pelos serviços prestados. Não houve transmissão de pensamento, mas é bem capaz que a turma da produção tenha sentido ganas de gravar ali o último programa - este com Francisco, "bicho do Paraná" de fato e de direito. Graças a ele, acabava em glória a mais longa campanha feita numa televisão brasileira.

(JCF)

A maldição do nevoeiro

Antes mesmo que os apagões aéreos virassem um caos nacional, o diretor-presidente da RPC chamava a atenção para a precariedade tecnológica dos aeroportos, em especial o Afonso Pena.

Desde sua criação, na década de 40, o Aeroporto Afonso Pena virou cenário para um longa-metragem de terror jamais filmado: "A maldição do nevoeiro". De tão repetida a cada vez que alguém fazia o percurso de 14 quilômetros entre Curitiba e São José dos Pinhais - e não conseguia passar do saguão -, a expressão acabou virando uma espécie de slogan informal de uma das campanhas mais conhecidas da Gazeta do Povo - a dos ALS (Approach Lights System) e ILS (Instruments Landing System).

Durante quatro anos, o jornal defendeu que "nevoeiro não é um carma, nem uma praga invencível, porque existe tecnologia para driblar o problema" - conforme está lavrado na edição de 20 de janeiro de 2002, entre outras. Como a solução custava a chegar, as vítimas do Afonso Pena continuaram bradando aos céus por muito tempo: "Praga de nevoeiro".

Os números não mentem. O caos aéreo no Afonso Pena era tão freqüente que a possibilidade de viajar para Curitiba e descer em Florianópolis tinha virado piada. Em 1999, foram 408 vôos suspensos por mau tempo. E nada como um dia após o outro: em meados de maio de 2000, o aeroporto ficou fechado 13 horas, com 26 vôos cancelados, chegando naquela ocasião ao vigésimo quarto apagão do ano e a um total de 77 horas de campo sem pouso.

Diante desse drama em que se tornou o tráfego aéreo do Afonso Pena, a Gazeta chamava à razão reivindicando do governo federal equipamentos como o ALS-3, que permitem aterrissagem com baixa visibilidade, além de uma terceira pista e grooving - ranhuras na pista - quem podia imaginar que ainda se ouviria falar tanto nisso. Hoje, toda a saga para equipar o aeroporto ganha sabor de profecia. Diante da barafunda em que se transformou o sistema aéreo, a verdade é só uma: faltou investimento em infraestrutura.

Tanto que mal veio o ALS-3 - um sistema avançado de iluminação -, reduzindo em 30% os impedimentos de pouso, Cunha Pereira inicia a campanha pelo ILS-2 - que pode garantir pousos em que o piloto tenha até 400 metros de visibilidade. Ou melhor que isso - passou a defender o ILS-3, que permite pouso com visibilidade zero.

José Carlos Fernandes

Um trem para o futuro

Na década de 70, os governantes e empresários paranaenses se deram conta da necessidade de uma nova ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá. O projeto é acaalantado nas páginas da Gazeta do Povo com descrições minuciosas do percurso que passaria pela Garganta do Arraial, descendo pelo Espigão da Serra da Prata, atingindo o litoral pelo Morro Inglês - já em Paranaguá. Em 1975, havia homens e máquinas trabalhando ao pé-da-serra. Em 1976 não havia mais.

No início dos anos 90, o debate sobre o abandono da obra já estava no gargalo - o engenheiro Luiz Carlos Tourinho, voz habitual nas páginas do jornal, alerta que sem o novo trajeto, o desenvolvimento do estado do Paraná estaria comprometido. Questão de aritmética: a ferrovia construída no século 19 tem capacidade para 4,5 milhões de toneladas/ano, enquanto o porto operava com 12 milhões de toneladas por ano, forçando o excedente a ser transportado por rodovias.

Proposta - uma ferrovia com capacidade anual para 10 ou 15 milhões de toneladas. Apenas 12 quilômetros deste sonho saíram do papel, ao custo de US\$ 10 milhões. Os restantes 87 quilômetros não viram o trem passar até hoje. Não foi por falta de alerta. E de pimenta malagueta.

O debate esquentou em fevereiro de 1991, quando Paulo Munhoz da Rocha, ex-presidente da Rede Ferroviária Federal, defendeu a construção de um novo traçado para a ferrovia - no que é apoiado pela Gazeta, inclusive na declaração que funcionou como um grito de guerra: "O Paraná tem sido deixado de lado."

Pudera. O modelo rodoviário poluente, com demanda de 200 mil caminhões ao ano para escoar a safra, incomodava muita gente. Os sete terminais ferroviários do litoral movimentando 70 mil vagões ao ano incomodava muito mais. O alerta geral era de que em cinco anos a ferrovia estaria saturada e Paranaguá levaria uma surra de desempenho dos portos de Santos e São Francisco. Em 1992, na voz do deputado federal Otto Cunha, a insatisfação paranaense chega a Brasília, em forma de discurso na tribuna e com as conhecidas tinturas paranistas.

E dá-lhe fazer contas - para superar o atraso seriam necessários US\$ 250 milhões, pagáveis em 15 anos, com a vantagem de desafogar as rodovias, por onde circulava 60% da carga. Os anos também foram contabilizados - desta vez na edição de aniversário da Gazeta do Povo, em 3 de fevereiro de 1994, de onde salta a frase: "40 anos à espera de investimentos". Sem rodeios, editorial sustenta que a duplicação já era discutida nos idos de 1958. E nada. A conversa morreu na estação mais próxima. A Rede Ferroviária Federal foi privatizada e o modelo mudou.

Ganharam impulso soluções como a troca de bitola dos trilhos e criação de pátios de estacionamento para trens - melhorando a capacidade de espera. A capacidade

da ferrovia foi ampliada para 1,3 milhão de toneladas mês. Hoje, vez ou outra se fala em duplicação - mas sem a paixão daqueles tempos de campanha.

José Carlos Fernandes

Universidade é o símbolo da terra

Em 25 de junho de 1999, a escadaria do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade, cenário de tantas manifestações políticas, virou palco para orquestra, discursos inflamados e show de luzes. Foi noite de gala, sob encomenda para comemorar a eleição do prédio da UFPR como espaço símbolo da cidade de Curitiba, em votação popular que envolveu cerca de um milhão de curitibanos.

O concurso foi promovido pelo Banco Itaú, em parceria com a prefeitura municipal. Tinha sido feito em outras sete cidades do Brasil, mas em nenhuma delas uma instituição de ensino ficou no primeiríssimo lugar. São Paulo elegeu a Avenida Paulista; os gaúchos, a escultura "O Laçador"; os cariocas ficaram com o Corcovado; os mineiros com a Serra do Curral; os recifenses com o Rio Capiberibe; em Salvador a escolha recaiu sobre o Pelourinho.

Aqui, o páreo estava difícil, com larga vantagem para o Jardim Botânico. Os outros candidatos, além da UFPR, eram a Ópera de Arame, o Parque Barigui, a Boca Maldita, o Parque Tanguá - ou qualquer outra indicação, como a Rua XV. O assunto, inclusive, poderia ser tratado como algo sem importância, uma inofensiva jogada de marketing. Mas um dia depois do lançamento da campanha, em meados de abril, a Gazeta do Povo decide fazer do certame uma boa tribuna. E no melhor da boa forma, mostrou aos curitibanos com quantas páginas de jornal se faz uma campanha.

Foi um legítimo "segura, peão". No mês e meio em que durou a votação, passaram pelas páginas da Gazeta do Povo professores, políticos, profissionais liberais, torcendo abertamente pela eleição da UFPR. O jurista René Dotti vem a público e chama a Universidade de "liga das nações, porto livre, porta aberta aos jovens, um 'teatro social'". O então reitor da UFPR, Carlos Roberto Antunes, chegou a ir à televisão, onde defendeu um dos slogans mais fortes da campanha: "A universidade foi a maior invenção dos paranaenses", referindo-se à instituição criada em 1912.

Motivos para fazer coro com Antunes não faltavam - mas bastava um: escolher a universidade era dizer "sim" ao ensino público e de qualidade. Os curitibanos entenderam o recado. Em fins de maio, a UFPR já ameaçava a hegemonia do Jardim Botânico na votação, voto a voto. Havia urnas em praças, ruas, escolas e agências bancárias. O arrastão era puxado pela Associação de Alunos da UFPR, na figura do professor Affonso Antoniuk, mas tinha sua ala mais entusiasta nas escolas de ensino médio e fundamental, de onde vinham abaixo-assinados pedindo a vitória da universidade. Até a União

Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes) fez moção pública.

A eleição se encerrou em 30 de maio de 1999. O resultado saiu em 8 de junho. A vitória não foi do cartão-postal, nem da paisagem, mas da escola pública. Coincidência ou não, uma das primeiras bandeiras de Francisco Cunha Pereira, ainda nos tempos de estudante universitário, foi pelo aumento de número dos ginásios gratuitos. A última também.

(JCF)

Glória feita de ouro, prata e admiração

Prêmios e diplomas dispersos de Francisco Cunha Pereira Filho traduzem a ação do homem que conversava com os mais diversos setores da sociedade - do mundo empresarial às associações de moradores e Santas Casas de Misericórdia.

O jornalista Francisco Cunha Pereira Filho não tem uma sala de diplomas, medalhas, placas, troféus ou comendas. Tem três. Os documentos que registram sua trajetória profissional estão espalhados em espaços da TV Paranaense, Gazeta do Povo e na casa da família, à espera de uma catalogação.

Mesmo assim, a mais de uma centena de itens disponíveis é o suficiente para dar conta de uma verdade: Cunha Pereira dialogou com inúmeros e diferentes setores da sociedade e foi reconhecido por eles. As homenagens que recebeu nas seis décadas em que atuou no direito, no jornalismo e no mundo empresarial são de um sortimento impressionante. Passam pelos governos, prefeituras e órgãos empresariais, mas também por times de futebol, associações de bairro, hospitais, setores da cultura e onde mais sua atuação tenha chegado. O homem que recebeu insígnias como a de Grão-Mestre da Ordem do Rio Branco (2000), Oficial do Congresso Nacional (1986), e Troféu Bento Munhoz da Rocha Neto de personalidade do ano (1977) também ganhou plaquinhas por ter se engajado na Campanha do Agasalho.

Vasculhar esse museu disperso é uma forma de reconstituir a personalidade democrática de Francisco Cunha Pereira Filho. É ali que se encontra, por exemplo, a placa de metal que externa a gratidão do povo do Guarituba, bairro da área mais empobrecida do município de Colombo, cunhada em 1981. Não se trata do único reconhecimento a sua sensibilidade social: as Santas Casas de Misericórdia o homenagearam mais de uma vez, assim como a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APCN) e a própria Cruz Vermelha - em retribuição à campanha movida por Cunha Pereira para ajudar as vítimas da enchente de 1983, no Paraná.

Outro setor com o qual dialogou foi o do saber. Além da onipresente Universidade Federal do Paraná (UFPR), transformada por ele numa causa de vida, destacam-se nas salas de troféus as homenagens de alunos e o reconhecimento pela defesa das instituições. É o caso do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar),

cujo projeto não foi abandonado graças à intervenção de Francisco, ou ainda das turmas de alunos da FAE, Isae/FGV e Opet que o escolheram como nome de turma ou lhe prestaram honrarias.

O documento que mais salta aos olhos, contudo, é o mais amarelado pelo tempo. Na sala que ocupou por 45 anos na Gazeta do Povo, Cunha Pereira guardou o diploma do Prêmio Brigadeiro Franco, recebido por seu desempenho na Faculdade de Direito da UFPR. A honraria, assinada pelo jurista Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, lhe rendeu mil e quinhentos cruzeiros - reza a lenda, dinheiro com o qual abriu seu primeiro escritório de advocacia, o Co-Jurídico.

Esse material curricular foi guardado por Cunha Pereira nos mesmos armários em que colecionou as inúmeras medalhas de mestre Kang - personalidade do tae kwon do no estado -, e troféus criados pelos funcionários de suas empresas. É o caso da chaleira, dentro de uma caixa encapada com uma página da Gazeta do Povo, dada em 1981 pelas mulheres da redação. Ou o Troféu Grande Companheiro, do mesmo ano, colocado num dos melhores pontos de sua biblioteca doméstica.

Não são as únicas curiosidades. Na categoria "charrada", destaca-se o diploma "500 Descobridores do Progresso Brasileiro". Permanece na parede do escritório da Praça Carlos Gomes por uma particularidade. Um agenciador apareceu, em 2000, dizendo que cada homenageado deveria colaborar com R\$ 500 pelo reconhecimento. Foi pago. Tempos depois, entregou um documento humildemente emoldurado. Nunca houve a entrega do prêmio. Feitas as contas de "500 vezes 500", Francisco riu, lembrando que havia gente que sabia ganhar dinheiro sem muito esforço.

Entre os apócrifos, chama atenção também uma placa de rua, de origem desconhecida, escondida por trás de umas tantas caixas do armário. Traz inscrito: "Avenida Francisco Cunha Pereira Filho". Em tempo. Na casa da família Cunha Pereira, em meio à papelada, está um diploma simples, sem data ou origem, no qual aparece estampada a frase que resume a ópera: "Parabéns, você fez a história".

(JCF)

Vulto PR

Lapa, Foz do Iguaçu, Curitiba e associações de municípios paranaenses em geral reconheceram a atuação de Cunha Pereira em prol do estado. Foram inúmeros os títulos de Cidadão Honorário recebidos a partir da década de 60 e principalmente depois das "campanhas vitoriosas."

Saber

Além da UFPR, repetidas vezes, Cunha Pereira recebeu reconhecimento de instituições de pesquisa. Em 2000, ganhou a medalha Rocha Pombo, do Instituto

Histórico do Paraná. Em 1999, o grau de comendador dado pela Sociedade de Estudos de Problemas Brasileiros. Em 1983, é diplomado pela Academia Brasileira de História.

Reconhecimento

A reportagem contabilizou 102 troféus e diplomas nos espaços em que Cunha Pereira guardava suas honrarias. Confira algumas:

- 1 - Prêmio Brigadeiro Franco - UFPR (1949).
- 2 - Troféu Bento Munhoz da Rocha Neto, de personalidade do ano (1977).
- 3 - Honra ao mérito da Cruz Vermelha Brasileira pela colaboração na reconstrução do Paraná em decorrência das enchentes (1983).
- 4 - Comenda da Ordem do Congresso Nacional (1986).
- 5 - Prêmio Melhores e Maiores da Revista Exame, para a TV Paranaense (1982 e 1988).
- 6 - Comenda Barão do Serro Azul - Associação Comercial do Paraná (1997).
- 7 - Cidadão honorário da Lapa (1999).
- 8 - Grão-mestre da Ordem do Rio Branco (2000).
- 9 - Prêmio Desempenho para Melhores Empresas do Brasil, para a TV Paranaense - Instituto Miguel Calmon (BA). * Recebido também em 1997, 1999 e 2000 (2005).
- 10 - Troféu Guerreiro do Paraná - Instituto Pró-Paraná (2007).

Não estão incluídos os inúmeros reconhecimentos dados pelos praticantes de tae kwon do, nem o certificado dos Melhores do Ano do jornal Diário Popular, nos quais o empresário era hors-concours.

Bastidores de uma entrevista

A entrevista com o diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, o empresário, advogado, professor e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, teve início há anos, em 2002. Foi uma luta e uma conquista em diversas etapas, com a matéria sempre atualizada, mas não concluída, o que impedia a sua publicação. Ao ser finalizada, anos depois, em 2005, se apresentou em um novo espaço, o do Caderno de Ideias. Mas ela se tornara imensa. Cortar? Quem ousaria? Ficou guardada, Esperando o momento oportuno. Hoje, para que o leitor acompanhe a longa trajetória deste trabalho, narra-se os bastidores desta tarefa.

Os primeiros contatos para tentar a entrevista foram feitos, ainda em 2002, pela própria repórter com as empresas de Francisco Cunha Pereira Filho. As tentativas foram inúmeras. Mas, desistir, jamais. As secretárias do empresário das comunicações ficavam de retornar a ligação, dando a resposta. E nada. Até que, certo dia, a jornalista deixou os números dos telefones onde poderia ser encontrada. Os fixos, da sua residência e inclusive dos locais onde trabalhava, e o do celular. E avisou que ficaria no aguardo da resposta, mesmo que fosse um "não".

Dias depois, na redação da Comunicação Social do Palácio Iguaçu, onde a repórter também trabalhava, a jornalista Alcília Dudeque, que cumpria o período da tarde, atendeu um telefonema:

- Alô! Pois não?

- Por favor, eu quero falar com a jornalista Vania Mara Welte.

- Ela não está. Ela trabalha no período da manhã e já foi embora. O senhor quer deixar recado? Quem é que está falando?

- Francisco Cunha Pereira Filho.

- Francisco Cunha Pereira Filho?

- Sim.

- Ah! É? E aqui é a rainha Elizabeth!

- Mas aqui é o Francisco Cunha Pereira Filho, sim.

- O diretor-presidente da Rede Paranaense de Televisão?

- Sim! (rindo)

- Deixe de brincadeira... O que o senhor deseja? (Séria, achando que alguém lhe pregava uma peça.)

- Gostaria de falar com a Vania para marcar a entrevista que ela quer fazer comigo.

- Tudo bem. E quem eu digo que ligou?

- O Francisco Cunha Pereira Filho.

- Ah! Por que o senhor não diz a verdade?

- Porque sou o Francisco, mesmo! (Rindo muito e Alcília ainda duvidando.)

- Está bem. E eu sou a rainha da Inglaterra, mas vou anotar o seu recado.

Duvidando sempre da autoria do telefonema, Alcília deixou o recado na mesa da colega, que só o leu no dia seguinte. Mas, naquele mesmo dia, tarde da noite, o telefone também tocou na residência de Vania. O diálogo foi o seguinte:

- Alô!

- Por favor, gostaria de falar com a jornalista Vania Mara Welte.

- É ela. Quem está falando, por favor?

- Francisco Cunha Pereira Filho.

(Um breve silêncio e o espanto)

- Doutor Francisco?

- Sim! Da Gazeta. Você não esperava o meu retorno?

- Eu aguardava o retorno de uma de suas secretárias.

- Mas se eu mesmo posso ligar para você, por que não fazê-lo? Estou a sua procura. Eu já liguei para o seu celular, para o Palácio Iguaçu, onde fui atendido pela rainha Elizabeth (rindo), e agora para a sua casa.

- O senhor é mesmo uma pessoa incrível (lembrando das dificuldades e da distância que alguns entrevistados gostam de colocar entre si e o jornalista).

- Você quer uma entrevista, não é?

- Sim, quero entrevistá-lo, se for possível.

- Vamos lá. A entrevista é por telefone?

- Não, doutor Francisco. Tem de ser pessoalmente. Tudo bem?

- Você pode me mandar as perguntas, para eu ter uma ideia do teor da entrevista?

- Ah! Não dá, não, porque eu pretendo fazer uma entrevista intimista, um perfil seu...

- Ih! Como vai ser isso?

- Eu pergunto e o senhor responde. (risos) E na medida em que o senhor vai falando, novas perguntas irão surgindo. Assim a entrevista fica melhor.

- E qual será a primeira pergunta?

- Qual é a sua mais remota lembrança de infância?

- Nossa! (rindo)

- Não se preocupe, já falei com algumas pessoas e elas me contaram algumas histórias suas...

- Ui! Que medo! (risos dos dois lados).

- São histórias ótimas. Todas em seu favor.

- Hummmm.... (rindo). Vamos ver... Você telefona na segunda-feira, pela manhã, para a minha secretária. Vamos estudar a agenda para marcarmos a data e o horário.

- Obrigada. E devo ligar para qual das suas secretárias?

- Para dona Iracilda.

- Na Gazeta do Povo?

- Isso. Ela me localiza onde eu estiver. Está bem?

- Ótimo. Muito obrigada.

- Boa noite.

- Boa noite.

Atendendo às orientações do entrevistado, a ligação telefônica foi feita, naquela manhã de segunda-feira. Além desta, outras duas. Perto das 13 horas de terça-feira, o próprio entrevistado ligou mais uma vez para a redação no Palácio Iguaçu, marcando com a entrevistadora o encontro para o dia seguinte. Mas a entrevista teve de ser feita em quatro etapas. Em 2005, mais uma.

A primeira e a terceira foram realizadas, no gabinete do entrevistado, no Palacete do Batel - que pertencia ao governador do Paraná, Moisés Lupion, já falecido - e que servia, na época, de sede à Rede Paranaense de Televisão.

A segunda etapa da entrevista se deu na sala dele, na sede da Gazeta do Povo - foi bem no dia em que o porta-voz da presidência da República, ministro Sérgio Amaral (já falecido), saiu em defesa do então presidente Fernando Henrique Cardoso e da liturgia do cargo que ele ocupava. Entre perguntas e respostas, pequenas interrupções.

O entrevistado tinha de atender o telefone, passar os olhos nas cópias das páginas que fechavam o jornal e que eram trazidas, da redação até a mesa dele, pela secretária Mariza Keiko Suzuki. Após observações do chefe, Mariza as devolvia à redação. Em uma das páginas, problemas. Nos intervalos disso tudo, assistiu ao Jornal Nacional da Rede Globo. Diante da exposição das matérias locais, demonstrou seu entusiasmo. "Imagens nossas. Matéria nossa", disse algumas vezes, sorrindo satisfeito. Mas diante dos problemas do fechamento do jornal, não deu outra: a entrevista teve de ser novamente interrompida.

Na mesma noite, um novo telefonema do entrevistado à jornalista Vania. Gentil, ele falou sobre as dificuldades daquela noite. E reafirmou o encontro para finalizar a entrevista. A terceira fase foi iniciada e mais uma vez interrompida, por longos meses e culpa de circunstâncias da vida atribulada, do entrevistado e da jornalista.

Nas três primeiras etapas do trabalho jornalístico com Francisco Cunha Pereira Filho, a entrevistadora fez algumas observações. Foram feitas em idas e vindas, em corredores e salas de espera povoadas de pessoas importantes e anônimas, oriundas das mais diversas partes, atividades e estratos sociais, em entrevistas entrecortadas por telefonemas e urgências distintas, tanto no Palacete do Batel, como na sede da Gazeta. Os cenários sempre contrastaram com a simplicidade do homem que conduziu, por muitos anos, o maior quinhão do quarto poder deste estado. E o resultado desse contraste pode ser medido pela grandeza de sua própria dimensão humana.

Vânia Mara Welte

Ícone da imprensa paranaense

Extremamente ocupado, trabalha de 13 a 18 horas por dia. Mas despojado de complicações inerentes ao poder que tem, Francisco Cunha Pereira Filho conseguiu tempo para falar - em cinco ocasiões distintas - sobre a sua infância, seus sonhos, suas pequenas frustrações e conquistas. Enfim, sobre a sua vida. Para a maioria das pessoas, Francisco Cunha Pereira Filho é grife. Sua presença, mesmo que silenciosa, causa impacto. Nenhum evento de importância aconteceu no Paraná sem que ele fosse convidado. Mas no passado, ele lembra que não era assim. "Na minha juventude, lamentei ter perdido belas festas por não ter recebido um convite", diz, sem qualquer constrangimento. E precisa? Afinal, ele é, simplesmente, Francisco Cunha Pereira Filho.

Apontado pelas mulheres como um belo homem, Francisco contestou. "Nunca me considere bonito. Ao contrário, sempre achava que bonitos eram os outros. Não eu. Até acho que, naquela época, faltou para mim um pouco de disputa", argumenta, rindo. Contradizendo sua modéstia, na Universidade Federal do Paraná, onde lecionava no Curso de Direito, contam que todo o final de ano, assim que os professores entregavam as suas fotos à Comissão de Formatura, as alunas sempre davam um jeito de roubar, para elas, a foto do professor Francisco. Ele era o único mestre que tinha de dar duas fotos todos os anos.

Falando sobre a sua trajetória de vida, o austero Francisco também surpreendeu ao afirmar que gostava de bailes de carnaval. "Eu me divertia muito", revelou. Já, sobre o trabalho, declarou adorar ter um bom desafio pela frente, como o que enfrentou ao comprar, junto com Edmundo Lemanski, um jornal falido (A Gazeta do Povo). Em apenas sete anos de atividades, ele o recuperou. Com mais alguns anos, o transformou em um dos mais respeitados veículos de comunicação do Paraná,

ampliando ainda o seu poder. Fatos importantes da história do Paraná, que se mesclam à sua própria vida, e muito mais, Francisco Cunha Pereira Filho revelou em entrevista exclusiva à jornalista Vania Mara Welte.

Qual é a sua mais remota lembrança?

Tenho duas lembranças marcantes da infância. A minha Primeira Comunhão, com todo aquele ritual, a liturgia, o misticismo. A seriedade da ocasião foi muito tocante. A outra foi o meu primeiro dia de aula no Jardim da Infância do Colégio São José. O primeiro dia me marcou muito porque foi a primeira vez em que fiquei sozinho, sem os meus pais. Foi um sentimento forte de independência e, ao mesmo tempo, de responsabilidade.

Quantos anos o senhor tinha?

Cinco. E me senti gente (rindo).

Como foi a sua infância?

Muito feliz. Minha família era muito unida. Todos os irmãos e primos cresceram juntos, em torno dos pais e dos avós.

Diria que a sua família é bastante patriarcal?

Posso dizer que sim. O exemplo de união nos foi dado pelo nosso avô materno, o professor e médico João Cândido Ferreira. Ele era uma figura mágica e central. Em torno dele gravitavam a avó, os filhos, genros, noras e netos. A reunião em torno dele era semanal. Inteligente, criativo, dono de muitas histórias, o meu avô cativava a todos. Mesmo que a história se repetisse, todos a ouviam sem tecer qualquer comentário. E demonstravam o mesmo interesse da primeira vez. Inclusive as crianças. Era um tempo de grande felicidade e até magia.

Essa união familiar persistiu?

Sim. Eu sou o mais velho de quatro irmãos: Lincoln, advogado, já foi deputado estadual no Paraná; João Cândido, que é médico; e Maria Julinda, que reside na Paraíba, é viúva de um engenheiro de açúcar de João Pessoa, o Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho. Os dois tiveram sete filhas, e cada uma delas têm como segundo nome Julinda, o nome da nossa mãe. Todas as sete são casadas e têm em média três filhos. Apesar da distância e dos compromissos, nós continuamos unidos. Estamos sempre em contato, sempre nos vendo. Maria Julinda, constantemente, vem a Curitiba.

E o patriarca?

Sem dúvida alguma era papai, o desembargador Francisco Cunha Pereira, que chegou aos 102 anos de idade (hoje, falecido). Mineiro das Alterosas, ele se tornou um paranaense honorário. Um curitibano por opção, de alma e coração.

Voltando um pouco aos dias de infância, as suas brincadeiras eram comportadas?

Eram normais. Tinha um convívio tranquilo com os irmãos, os primos e os colegas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, onde fiz o primário. Nossas brincadeiras consistiam em andar de bicicleta... Fazíamos competições em corridas de bicicletas em torno da praça, perto da casa do meu avô. Eu também gostava muito de jogar futebol.

Em que posição?

Na de goleiro. Eu sonhava, um dia, ser goleiro.

E o que aconteceu com o sonho?

Nunca realizei o meu sonho. Defendi algumas bolas, mas nunca consegui grande sucesso (risos). Depois, lá pelos 10, 11 anos, eu tive o meu interesse despertado pelo rádio galena. Colocava-se no ouvido e procurava-se com uma agulha, na pedra bruta, localizar uma estação de rádio. Tudo isso, dentro de uma caixa rústica, era ligado a fones de ouvido. Quem me despertou para esse interesse foi o seu Pedro Lappali, proprietário das Lojas Lappali, localizadas em frente ao Hospital Paciornick. Com essa brincadeira eu tentava alcançar as estações mais distantes e potentes. Era um desafio.

E o que o senhor gostava de ouvir nas estações de rádio?

Música. Música popular brasileira. Mas naquele tempo não se dizia música popular brasileira. Só brasileira. Eu gostava de ouvir Francisco Alves, Bidu Sayão, que era artista lírica, e outros cantores. As músicas dessa época eram lindas.

Aos 10 anos o senhor já começava a delinear o seu futuro...

Não. Eu não tinha outra pretensão do que a própria diversão, além de uma atração pelo invento, por causa dos meus estudos de Física, já quando cursava o ginásio no Colégio Santa Maria, dos irmãos maristas. Além disso, comecei a gostar de natação, nas primeiras aulas realizadas no tanque da Fazenda São João, comprada por meu pai, na legendária Lapa, onde passei dias felizes de minha infância e juventude. Também apreciava andar a cavalo, pela gostosa sensação de liberdade e de locomoção rápida.

Nessa época, quem eram os seus companheiros, os amigos?

Os meus irmãos eram os meus amigos e companheiros prediletos. Os de todas as horas. Da época de ginásio, no Colégio Santa Maria, apreciava muito a companhia de João Oliveira Peres, que morreu como procurador-geral do Estado de São Paulo; e de Milton Tesseroli, que chegou a ser diretor-presidente do Banco Chase Manhattan. Ele faleceu há poucos anos. Outro bom companheiro continua sendo o Francisco Lúcio Marchesini. Todos os três advogados e muito amigos.

O senhor fez o restante dos estudos no Colégio dos irmãos maristas?

Não. Eu queria ganhar um ano de estudos e fiz uma tentativa no Colégio Iguaçu. Mas voltei atrás e retornei ao Colégio Santa Maria. Depois, quando chegou o momento de cursar o pré ..., naquele tempo havia quatro anos de ginásio e três de pré, eu frequentei aulas noturnas no Colégio Paranaense, onde estavam os melhores professores daquele tempo. Mas eu passei uma fase curta no Paranaense. E, no Santa Maria, onde estudei mais tempo, tive professores marcantes como o irmão Henrique, que ensinava com muita eficiência e era titular da turma, e o irmão Ruperto, que ministrava Física e Química.

O senhor foi um aluno bem-comportado?

A educação era bastante severa e nos divertíamos fazendo esportes, ginástica em barras e, também, jogando futebol.

O senhor ainda não tinha desistido do futebol...

É, ainda insistia um pouco no futebol. (rindo)

Qual o seu time do coração?

Sou torcedor atleticano. Sem fanatismo.

Ainda pratica esportes?

Eu trabalho muito. Das 9h30 até 21, 22 horas ou até mais tarde, o quanto for necessário. No início do jornal só voltava para casa de madrugada. Hoje, procuro reservar tempo para o esporte. Eu caminho muito. É caminhando que mantenho a minha forma física. Além disso, pratico diariamente tae kwon do. Sou presidente da Associação Paranaense de tae kwon do. No Paraná há mais de 3 mil associados e, no Brasil, são 20 mil.

E por falar em forma física, o senhor foi, e é, um homem bonito. Na sua juventude, bonito, cheio de ímpeto...

(Interrompendo a pergunta) Mas..., olhe... Nunca me considere como tal.

Mas as pessoas o consideram...

Nessa fase aí, nunca me considerei atraente, boa pinta, ou qualquer coisa dessas... Na verdade, achava que os outros eram bonitos. Eles tinham cabelos pretos... Eu não tinha cabelos pretos. (risadas)

E as festas, quando surgiram em sua vida?**Quais as melhores lembranças?**

Na época dos estudos do pré começaram a surgir os convites para as festas de 15 anos. Eram a novidade. Eu não era sócio de clubes sociais e, então, as reuniões aconteciam nos aniversários das moças de famílias conhecidas. Eu aceitei uma grande quantidade de convites desse tipo.

Daí, o senhor começou a ser disputado pelas meninas?

Daí eu comecei a conhecer, ver e estudar. Mas eu nunca me considerei disputado. Nunca fui disputado... Eu acho até que faltou um pouco de disputa. (muitos risos)

Há algum evento importante nesta cidade, neste estado, que o senhor não tenha sido convidado?

Naquela época de que falávamos, deixei de ser convidado para muita festa em que eu quis ir. (risos) Aniversários muito comentados..., em muitos, eu não fui convidado. (risos) Entre os 17 e 18 anos comecei a ir a bailes de carnaval. Assistia a quase todos. Já frequentava o Clube Curitibano, a Sociedade Duque de Caxias e, de vez em quando, o Country Club. Eu me divertia bastante. Sem descuidar dos estudos, por influência proter (primeiro) do meu pai, que era juiz, fui prestar vestibular para Direito na Universidade Federal do Paraná. Mas eu estava em dúvida entre Direito e Medicina.

O senhor pensou em ser médico?

Sim. Os meus tios eram quase todos médicos. Quatro médicos. Eu sofria uma influência muito forte do meu avô e, em certo momento, aos 12 anos, passei a morar

com ele. Eu lia muito para o meu avô, de jornais à literatura e livros de Medicina que, naquela época, eram franceses. Assim tive o meu interesse despertado para a medicina e para o idioma francês.

O senhor fala quantas línguas?

Francês, eu estudei na Aliança Francesa. Hoje, falo francês, inglês, espanhol e, claro, português. Idiomas que estudei no ginásio e, mais tarde, aperfeiçoei.

O senhor foi um aluno aplicado na universidade?

No primeiro ano, eu senti uma dificuldade muito grande nos estudos de Filosofia do Direito e Introdução à Ciência do Direito. Mas, no segundo ano, elaborei uma estratégia de estudos. Preparava apostilas de todas as matérias, anotava tudo o que os professores falavam e ensinavam nas aulas. As informações eram complementadas por meio de pesquisas em livros. Depois, imprimia tudo em mimeógrafo. Às vésperas das provas, eu as vendia aos colegas. (risos) Eram bastante procuradas. Eu ganhava um bom dinheiro com elas. Davam lucro e eu estudava profundamente as matérias ao preparar apostilas sem erros. Foi uma das formas mais eficientes e lucrativas de estudar. (risos) E, ao me formar, ganhei o Prêmio Brigadeiro Franco como o melhor aluno em Direito Civil. No último ano, ainda recebi um atestado por ter obtido as melhores notas em todas as matérias do quinto ano. Jamais vou esquecer as circunstâncias da minha colação de grau.

O que aconteceu?

Eu fui chamado para receber o Prêmio Brigadeiro Franco. Junto, ganhei um envelope contendo três notas de 500 mil réis. Notas verdes, grandes. Era um valor tão grande que já dava quase para montar o meu escritório de advocacia. O importante nisso é que a entrega do prêmio foi feita pelo meu pai, que estava compondo a mesa, representando o Tribunal de Justiça e também como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, na época. O reitor fez questão de que eu recebesse o prêmio das mãos de meu pai. Foi uma emoção muito forte, para mim e para meu pai. Foi um dos melhores abraços que nós dois trocamos na vida.

Quando o senhor começou a advogar?

Antes mesmo de terminar o curso, abri um escritório de advocacia junto com outro colega, o João Severino de Oliveira Perez. Era um escritório de advocacia e de representações comerciais. O nome era Co-Jurídico. Na época, eu tive um apoio espontâneo muito importante, o do jornalista Roberto Barroso Filho. Ele me forneceu todo o material que possuía porque estava fechando o escritório dele. O Barroso me passou praticamente tudo, e com uma espontaneidade impressionante. Ele também me deu esclarecimentos de como deveria proceder. Foi um gesto muito generoso. Eu sempre me lembro do que o Roberto Barroso fez por mim e sou muito agradecido a ele.

Que representações havia no escritório?

Eu trabalhei com representações de sapatos, tênis e todos os produtos típicos do Nordeste. No escritório se fazia preparação de papéis de casamento, requerimentos de isenção de multas por falta de registros de nascimento,

civis e de pequenas questões de locações. Eu ainda fiz um estágio no escritório do advogado Hélio Setti, atuando em todas as áreas. Depois de formado, montei o meu escritório de advocacia, desta vez, em parceria com o meu irmão Lincoln, que já estava concluindo o curso de Direito. Nesse momento, achei que deveria me impor como advogado e parti para a experiência do Tribunal do Júri. Minha estreia foi com o Salvador de Maio, um advogado famoso. O promotor era o Maranhão, que foi desembargador. Absolvemos o acusado. Foi a minha primeira vitória. Trabalhei em casos muito importantes, como o de Carolina Taborda Ribas, acusada de ter assassinado o namorado da filha. Neste caso, trabalhei na acusação. Mas eu prefiro defender. Fiz mais de cem júris, atuando na defesa. Trabalhei por quatro anos no processo que respondeu Moysés Lupion ao deixar o governo do Paraná. Na defesa dele também estavam o professor de Direito Penal Laertes Munhoz, e o ministro Evandro Lins e Silva. O Lupion foi absolvido. No Tribunal do Júri eu obtive bons rankings.

E a opção pela outra tribuna, a da imprensa?

Em 1962, junto com Edmundo Lemanski, comprei a Gazeta do Povo. O jornal estava em estado falimentar. Assumimos o passivo e todas as responsabilidades. Ao todo, eram 50 empregados. Alguns trabalharam na casa até a aposentadoria, há pouco tempo, como o Clóvis, o das Oficinas, e o D'Aquino, na Redação. Durante 15 anos advoguei nas mais diversas áreas, com ênfase na criminal. E por muito tempo fiquei dividido entre o direito e o jornalismo. Até fazer a opção final pelo jornalismo. Gostei do desafio a que me propus. Em sete anos pagamos todas as dívidas e, ainda, compramos o jornal Diário da Tarde, apenas para podermos ter uma rotativa. Naquela época, a importação era muito difícil e a rotativa veio facilitar e dar maior rapidez ao nosso trabalho.

Nota: Essa foi a última interrupção da entrevista. Depois deste encontro, Francisco Cunha Pereira Filho viajou para os Estados Unidos e a jornalista assinou um contrato de consultoria para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Tríplice Fronteira - Argentina/Brasil/Paraguai.

Antes de ambos viajarem, eles se falaram e marcaram o final da entrevista para o final de 2005. Antes que o ano terminasse, mais uma vez, "doutor Francisco" avisou que gostaria de concluir a entrevista, mas a jornalista deveria aguardar um pouco. Mesmo lamentando, a jornalista entendeu que a entrevista deveria parar aqui. Esta compreensão é a melhor homenagem que a jornalista pode render ao seu entrevistado.

Afinal, a história de Francisco Cunha Pereira Filho não tem fim, ela se espalha pelas notícias, fatos e imagens do dia-a-dia, pelas redações, estúdios, caminhos e descaminhos da imprensa deste estado e, ainda, ruas, praças, monumentos, e pelas muitas histórias de vida das pessoas. Em cada um de nós há um pouco de Francisco Cunha Pereira Filho, um patrimônio, um ícone da própria história do Paraná. Um ser humano ímpar, perene em nossa memória e coração. Ave! doutor Francisco!

Vânia Mara Welte

Com a Lapa no Coração

Ligações familiares com a história do Paraná serviram de inspiração para Cunha Pereira. Em sua trajetória, defendeu como poucos os interesses regionais e a transformação do estado numa referência nacional.

Bairristas como os que mais o sejam, os lapeanos sentem um enorme - e justificado orgulho - pelo fato de serem lapeanos. E tem mais: herdeiros de seus pais, avós e bisavós, filhos, netos e bisnetos de lapeanos nutrem o mesmo sentimento por aquele pedaço de chão paranaense.

E repetem o refrão de que a Lapa, palco da Revolução Federalista da última década do século 19, "salvou o Paraná". Seus heróis são cultuados, e sempre citados os filhos ilustres que a "Legendária" deu ao estado e ao país.

A dizer: Ubaldino do Amaral Fontoura; Flávio Suplicy de Lacerda; Ney Aminthas de Barros Braga; Victor Ferreira do Amaral e Silva; Hypólito Alves de Araújo; coronel João da Silva Sampaio; Bonifácio José Batista, o barão de Monte Carmello; David dos Santos Pacheco, o barão dos Campos Gerais; Manoel Pedro dos Santos Lima; Francisco Brito de Lacerda; deputado Joaquim Linhares de Lacerda; desembargadores Emydgio Westphalen e Antônio de Paula; Francisco Alves Guimarães; Frederico Faria de Oliveira; Ernesto de Oliveira; Octávio do Amaral e Silva; presidente (da Província do Paraná) Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho; dr. Eduardo Virmond Lima; Joaquim Lacerda e João Antônio Ramalho - heróis do Cerco da Lapa (17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894).

Um dos mais destacados, sem dúvida, foi João Cândido Ferreira. Filho do capitão João Cândido Ferreira e de dona Anna Leocádia Ferreira, nasceu em 21 de abril de 1864. Conheceu as primeiras letras na sua Lapa natal. Depois de passar pelo afamado Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Sorocaba, São Paulo, seguiu o caminho de tantos jovens talentosos da época: em 1883, foi estudar no Rio de Janeiro, onde cursou humanidades no Colégio Alberto Brandão e, com brilho, em 1888, aos 24 anos, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da então capital federal.

Ao voltar para o Paraná, em 1892, exerceu o cargo de prefeito de sua cidade natal. Eleito deputado do Congresso Legislativo do Estado, em 1896, reelegeu-se para a legislatura seguinte e, em 1901, teve seu nome sufragado para ocupar uma cadeira na Câmara Federal, como representante paranaense.

Quando vice-presidente do estado do Paraná, ocupou a presidência substituindo dr. Vicente Machado da Silva Lima. Em 20 de outubro de 1907, sem competidor, foi eleito presidente do Estado; mas renunciou ao mandato - foi dos mais comentados, e admirados, o manifesto através do qual justificou seu gesto demissionário.

Além de livros e trabalhos sobre os mais diversos aspectos da Medicina, que exerceu com brilhantismo, foi também autor de apreciado estilo. Entre o muito que publicou, tem destaque Gomes Carneiro e o Cerco da Lapa.

A atuação do médico João Cândido foi ímpar, tendo prestado inestimáveis serviços aos patriotas que combateram no Cerco da Lapa. Foi ele, aliás, quem atendeu ao general Antônio Ernesto Gomes Carneiro em seus últimos momentos de vida.

João Cândido foi membro da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade Médica do Paraná e do Centro de Letras do Paraná. Destacado membro da Universidade do Paraná desde sua fundação - juntamente com seu cunhado Victor Ferreira do Amaral e Silva - foi professor catedrático e diretor da Faculdade de Medicina.

Aos 84 anos, no dia 20 de fevereiro de 1948, faleceu em Curitiba, onde residia com sua família. Casado com dona Josepha do Amaral Ferreira - irmã de outro ilustre lapeano, o dr. Victor Ferreira do Amaral -, teve os filhos Alceu, Leônidas, João Cândido, Murilo, Agenor, e uma única mulher, Julinda, gêmea de seu irmão Celso. De seus muitos netos, um dos preferidos - assim reconhecido pelos demais familiares, sem qualquer resquício de ressentimento - sempre foi Francisco, o filho mais velho de sua filha Julinda - casada com o advogado, depois juiz e desembargador, Francisco Cunha Pereira, de tradicional família mineira.

Menino que muitas alegrias deu ao avô coruja, estudante que se destacou nas lides acadêmicas, era o companheiro com o qual a diferença de idade não impedia uma íntima camaradagem - por exemplo, juntos, ouviam programas da Rádio Guairacá, inaugurada em outubro de 1947 e transmitidos diretamente de seu auditório.

Com tanta intimidade, não é de causar estranheza que o menino/adolescente/jovem aprendesse também a amar a Lapa, como se lá tivesse nascido. Adulto, transformado em notável empresário da área de comunicação, ao longo de seu comando em jornais, televisões, rádios, Francisco Cunha Pereira Filho sempre tem dado à "Legendária" lugar de merecido destaque. Nem é preciso que o "patrão" recomende ou dê ordem a respeito: é algo sobre a Lapa? Então está implícito ser o fato, a notícia, merecedores de uma foto caprichada na Gazeta, de boas imagens na telinha das televisões, de chamadas nos noticiários de emissoras de rádio.

A respeito, a jornalista foi testemunha e partícipe do seguinte ocorrido: em seus primeiros meses na Redação da Gazeta (onde ingressou em princípios de 1977), responsável pela página de Turismo, quis registrar o aniversário da Lapa (a 13 de junho) e não encontrou, no arquivo do jornal, fotos boas, usando então algumas de seu arquivo particular, fato que relatou ao dr. Francisco. No mesmo dia, ele mandou que dois fotógrafos (um com filme colorido e outro com filme preto-e-branco em suas câmeras) se deslocassem até aquela cidade, enriquecendo o arquivo fotográfico com atualíssimo e excelente material ilustrativo.

Rosy de Sá Cardoso

Sua Excelência, o Cavalheiro da Boca

Década de 1950, Curitiba. Na esquina da Rua Ébano Pereira com a Rua XV, um grupo de amigos se reunia quase diariamente. Formavam uma "boca", num tempo em que esse termo não era identificado com a marginalidade e o crime. Eram rapazes de bem. Tinham em média 30 anos e falavam de mulher, futebol e política, como todo grupo de amigos. Moças não entravam no clube e quando passavam por lá eram cantadas pelos rapazes, os "malditos". Surgia uma das mais tradicionais instituições curitibanas: a Boca Maldita.

Fundada oficialmente em 1956, com o primeiro dos mais de 50 jantares de fim de ano realizados até hoje, a sociedade civil Boca Maldita teve em Francisco Cunha Pereira Filho um de seus primeiros e mais distintos integrantes - conhecidos como Cavalheiros da Boca Maldita. "É impossível dissociar a Boca Maldita e o doutor Francisco. Ele sempre esteve presente. Não faltava aos nossos jantares", conta o atual presidente, Ygor Siqueira, filho do fundador e eterno presidente, Anfrísio Siqueira.

A principal função da Boca era - e ainda é - discutir a realidade, os problemas de Curitiba e do Brasil. "A Boca era um território livre para o exercício do papel crítico da sociedade", lembra o advogado René Ariel Dotti, também um dos Cavalheiros pioneiros. "E o doutor Francisco Cunha Pereira Filho sempre levou a ordem a sério, dando a ela muito prestígio, por meio da RPC", completa.

O grupo ganhou notoriedade a partir do final de década de 1960, quando defendia a liberdade em tempos de ditadura militar. Um exemplo disso ocorreu em 1968, no dia 13 de dezembro (mesmo dia em que, todos os anos, ocorrem os jantares da Boca), quando foi baixado o Ato Institucional n.º 5, o AI-5. "Naquele dia, os militares tentaram acabar com o jantar da Boca, mas não conseguiram", conta Ygor. Em 1971, com base na crítica ferrenha, a Boca Maldita ajudou a derrubar o governador Haroldo Leon Peres, indicado pelo general-presidente Médici. Em 1984, apoiou o primeiro comício a favor das eleições diretas para presidente. "Nossa ideologia era a liberdade de crítica", comenta Dotti.

Mas nem só de momentos "sérios" vive a Boca. Ygor Siqueira lembra da Banda Polaca, organizada por integrantes da Boca, em meados da década de 1970. "O doutor Francisco era um dos que apoiavam a ideia. Ele achava o máximo", conta Ygor. A Banda Polaca foi uma iniciativa - contestada, mas divertida - da Boca para contrapor o carnaval carioca. Contestada e divertida também é a posição da ordem de não deixar mulher entrar em suas rodas. "Chegou-se a propor a criação de uma delegacia de proteção ao homem", fala Dotti.

Entre tantos momentos polêmicos e alegres, a Boca hoje vive um dia triste, com a perda de seu Cavalheiro Francisco. "O doutor Francisco faz muita falta", diz Ygor. "Ele é insubstituível", comenta Dotti.

Ilustres e nem tanto

Ao lado de nomes como o do diretor-presidente da RPC, Francisco Cunha Pereira Filho, outras personalidades brasileiras já receberam o grau de Cavalheiro da Ordem da Boca Maldita. Entre elas, o atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim, o presidente do Senado José Sarney Filho e o empresário Antônio Ermírio de Moraes. Por outro lado, figura no rol de cavalheiros gente contestada, como o ex-presidente Fernando Collor de Mello - o título foi concedido antes dos escândalos que o tiraram da presidência.

Vinicius Dias

Um jovem no tribunal do júri

Na década de 50, um pequeno grupo de advogados criminalistas brilhava no Tribunal do Júri de Curitiba por causa da fama de vencer causas difíceis. Eram nomes como Salvador de Maio, João de Barros, Vieira Neto, Vidal Vanhoni e um jovem advogado com um escritório na esquina da Avenida Marechal Deodoro com a Rua Presidente Farias, no centro da capital.

Formado em primeiro lugar no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1949, Francisco Cunha Pereira Filho atuou como criminalista durante 12 anos até aposentar a beca em 1962 para assumir o comando da Gazeta do Povo, juntamente com o empresário Edmundo Lemanski. "Ele nunca rejeitava um caso, pois sempre seguia o princípio jurídico de que qualquer acusado, seja lá qual for o crime cometido, tem direito à mais ampla defesa", recorda o advogado criminalista e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná (OAB-PR) Mansur Theophilo Mansur, que iniciou sua carreira como estagiário no escritório de Cunha Pereira Filho, em 1957.

As portas do escritório, inclusive, estavam abertas a todos os tipos de clientes, conta Theophilo Mansur, mesmo àqueles que muitas vezes não podiam pagar pelos honorários. Ele lembra que, apesar da correria diária em busca de provas e pesquisa, Cunha Pereira Filho sempre buscava manter um clima de descontração e amizade no ambiente de trabalho. Tanto que, depois de formado, Theophilo Mansur continuou na equipe de Cunha Pereira Filho até 1962.

No Tribunal do Júri, afirma Theophilo Mansur, Cunha Pereira Filho sempre defendia os réus com paixão e não abria mão, inclusive, de utilizar novos recursos da época para absolver seus clientes. "Num caso de homicídio envolvendo um policial, por exemplo, ele levou para o Tribunal do Júri um retroprojeto para mostrar que pela trajetória da bala, o acusado tinha matado em autodefesa. Graças a essa estratégia, o policial foi absolvido", acrescenta.

Grande orador

Entre os colegas do Direito da época, Cunha Pereira Filho conquistou a fama de grande orador. "Ele tinha vasto conhecimento jurídico e se dirigia aos juízes e promotores com elegância, características muito importantes para quem atua no júri", salienta o advogado, jornalista e ex-conselheiro do Tribunal de Contas, João Feder, 77 anos, que acompanhou a atuação de Cunha Pereira Filho em vários casos.

O advogado e ex-presidente da OAB-PR, José Cid Campêlo, que chegou inclusive a ser "adversário" de Cunha Pereira Filho no tribunal, curiosamente num caso cível e não criminal, também destaca o profundo conhecimento jurídico do ex-colega e ainda ressalta sua postura ética. "Eu o acompanhei em vários júris no antigo Fórum Criminal, na Avenida Marechal Floriano. Ele sempre atuou com respeito e defendia seus clientes com elevada moral", acrescenta Campêlo, que equipara Cunha Pereira Filho a grandes nomes do direito criminal paranaense, como Salvador de Maio e João de Barros.

O advogado e ex-presidente da OAB-PR, Newton José de Sisti, 77 anos, também lista Cunha Pereira Filho entre os principais nomes da história do direito criminal no estado. "Ele foi um dos grandes advogados do júri, ao lado de Vieira Neto e Vidal Vanhoni", completa. Segundo Newton de Sisti, Cunha Pereira Filho empolgava a todos no júri com sua oratória inflamada e excelente formação jurídica".

Adeus ao júri

Mesmo após assumir o comando da Gazeta do Povo, em 1962, e dos demais veículos de comunicação do atual grupo RPC, Francisco Cunha Pereira Filho nunca deixou o meio jurídico paranaense. Na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná (OAB-PR), onde ingressou em 1951, ele foi membro do conselho em diversas gestões, entre 1959 e 1988.

Foi membro ainda do Tribunal de Ética Profissional (atual, Tribunal de Ética e Disciplina), em dois períodos (de 1969 a 1971 e de 1971 a 1973), conselheiro da Comissão de Relações Públicas e Divulgação da Ordem e da Comissão de Apoio à Criação do Tribunal Federal no Paraná.

Em 2003, recebeu da entidade o diploma de reconhecimento pelos 50 anos de exercício ininterrupto e ilibado da advocacia. Cunha Pereira Filho também era membro, desde 1963, do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Em 1969, inclusive, foi presidente da entidade.

O advogado e ex-secretário de Estado de Justiça, Eduardo Rocha Virmond, que também foi presidente da OAB-PR e do IAP, confirma que Cunha Pereira Filho sempre apoiou pessoalmente ou através de seus veículos de comunicação a classe jurídica. "Em 1978, em plena ditadura militar, ele teve a coragem de divulgar na Gazeta

do Povo e na TV Paranaense a decisão do Congresso Nacional da OAB de exigir a volta do estado de direito e a revogação do AI-5. Poucos donos de veículos de comunicação fizeram isso", salienta Virmond.

Roberto Couto

Não parem as máquinas

O fascínio de Francisco Cunha Pereira Filho pelos meios de comunicação o fez se licenciar do Direito - no qual se consagrou como criminalista - para enfrentar os riscos de um jornal diário.

Um dos mais bem-sucedidos casamentos empresariais do Paraná começou em 1962, com uma carona. O advogado Edmundo Lemanski seguia a pé pelo centro quando encontrou o colega de ofício Francisco Cunha Pereira Filho - motorizado. Como iam para o mesmo lado, aproveitaram a deixa para um dedo de prosa. Foi quando surgiu a ideia de iniciarem uma atividade em conjunto. O que não passava de uma história de boleia virou conversa séria: comprar a tradicional Gazeta do Povo, de propriedade do professor De Plácido e Silva.

Segundo Lemanski, nem a Gazeta estava à venda, nem Cunha Pereira planejava ser empresário do ramo de comunicação. Àquela altura, ele era um festejado advogado das áreas de criminalística e Direito Comercial, cuja ligação com a imprensa se limitava a mandar artigos assinados para os jornais a cada vez que subia no Tribunal do Júri, sua paixão primeira. Mas foi caminho sem volta: o encontro entre Francisco e Edmundo já estava prestes a provocar uma reviravolta na vida dos dois rapazes de 30 e poucos anos. No curto espaço de seis meses, a dupla convenceu De Plácido, assinou a papelada numa tarde de domingo e se tornou dona de um periódico que circulava havia quatro décadas. Obviamente, não se falou em outra coisa nos meios empresariais paranaenses enquanto durou a transação.

Tratava-se, afinal, de uma operação de risco. Lemanski contava apenas com duas informações em mãos. Uma era a de que o ramo de pequenos anúncios tinha todas as chances de ser um investimento promissor. A outra era a de que a Gazeta do Povo não andava passando muito bem - mesmo tendo um setor de classificados a todo vapor. O sócio de Cunha Pereira não confirma, mas acredita ser possível o boato de que De Plácido duvidou da capacidade dos compradores em saldar a dívida que tinham acabado de assumir, o que traria o jornal de volta para suas mãos. Não por menos.

Lemanski e Cunha Pereira ficaram devendo algo entre 4 e 5 milhões de cruzeiros, uma fábula. Para colaborar, todos os problemas do mundo pareciam ter decidido desembarcar em caravanas na Praça Carlos Gomes, sede do diário. A quarentona Gazeta do Povo chegara à maturidade com 43 funcionários, 15 free-lancers e dificuldade de crédito no mercado. Era preciso negociar e negociar todos os dias - prática que a dupla teve de aprender na marra a partir de abril de 1962, quando assumiu a sala da

presidência e passou a conviver com cobradores de bobina de papel, de tinta e funcionários reivindicando salários atrasados.

Foi nesse período que Cunha Pereira teria tomado uma atitude estranha aos manuais de gestão da época: chamou seu exército de Brancalione para uma assembleia. O fato é até hoje lembrado pelos funcionários mais antigos, e com tantas tintas, que mereceria um quadro de Pedro Américo. Francisco falou da situação delicada da empresa e garantiu que não faltaria trabalho a quem estivesse disposto a vencer as dificuldades ao lado dos novos donos. Touché! De acordo com o advogado Dilmar Abílio Archegas, que trabalhou desde a adolescência com Francisco, a adesão foi maciça, tornando-se uma marca da firma a partir daí.

A trajetória de Dilmar, aliás, é singular dentro do quadro de funcionários que abraçou a causa da Gazeta do Povo. Aos 17 anos, ele se empregou como office-boy no escritório de advocacia que Cunha Pereira tinha na Marechal Deodoro. Lembra de ter trabalhado três meses sem receber, até ser notado pelo chefe. O salário foi acertado e deu-se início então a uma sólida amizade. Sem ele saber, o rapaz pequeno e muito claro tinha completado seu ensino médio numa escola noturna, uma novidade na época: elas existiam graças a uma campanha de ação social movida na juventude por ninguém menos do que Francisco Cunha Pereira Filho.

A soma das coincidências aproximou tanto os dois que acabaram trabalhando 52 anos juntos. Dilmar, naturalmente, escolheu o Direito como carreira - mas não sem antes passar pela prova de fogo: ajudar a administrar a crise gazeteana dos primeiros tempos. O boy, a essa altura, era gerente e aprendera tudo sobre a indústria do papel e sobre circulação, além de ter desenvolvido técnicas de sobrevivência para tempos de penúria. Certa feita, pagou uma bobina com dinheiro do próprio bolso. Em outra, consolou os dois chefes num momento de desânimo diante dos negócios - prestes a abandonar o barco. "Eu acompanhava tudo de perto e tinha certeza de que a Gazeta ia dar lucro. Iam nos dar crédito e parar de pedir cadastro."

Dilmar tinha razão. Em dois anos, Cunha Pereira e Lemanski liquidaram a dívida e estavam prontos para o segundo tempo: o tempo de melhorar o parque gráfico antes que o pior acontecesse. A "sala de máquinas" era jurássica, mas comprar impressoras modernas parecia uma missão impossível no país que assistia ao despacho de Jango, aos militares no poder e às fumaças de censura. Mas não tinha remédio - era preciso abandonar a rotogravura, um sistema de qualidade mais sofrível que a dos mimeógrafos à base de gelatina ou de álcool, e passar para a era da rotativa. Os tempos modernos vieram, imprimindo mudanças definitivas na imprensa paranaense.

José Carlos Fernandes

Marinoni e editoriais à queima-roupa

As mudanças na sala de impressão da Gazeta do Povo não se deram sobre trilhos. O homem-de-ferro da empresa, Dilmar Archegas, lembra que a falta de bons equipamentos fazia com que o material de domingo comesse a ser rodado na quinta-feira, tamanha a lentidão. Máquinas de segunda mão - uma delas vinda de Pernambuco - ou incompatíveis com as necessidades do jornal - feito uma tituleira Rudolf - nem uma nem duas vezes fizeram Cunha Pereira sair de casa de pijama e roupão, madrugada adentro, para acompanhar o pandemônio de prensas encrascadas e funcionários arrancando os cabelos. A palavra de ordem era rodar a edição nem-que-morra - o famoso NQM do jornalismo - e fazê-la chegar cedinho nas bancas. Uma impressora Marinoni, comprada junto com o Diário da Tarde, em 1966, traria mais tranquilidade ao jornal.

A fase do jornal à manivela, em compensação, serviu para unir a equipe do jornal em torno do sonho de Francisco. A essa altura, o advogado de sucesso já tinha baixado a porta do escritório e estava absolutamente seduzido pela ideia de poder provocar debates públicos e interferir na sociedade pela notícia. Ele tinha descoberto a sua missão - era um caminho sem volta. Tanto é que mesmo sem dinheiro à mão para investir em máquinas modernas renovou o quadro de jornalistas, chamou novos colaboradores e abriu as portas da casa para quem quisesse debater ideias, não importando a área de atuação. São dessa época, também, os editoriais, dos quais cuidava pessoalmente, tornando-se marca registrada da Gazeta e base de lançamento de suas campanhas.

A essa altura, com os anos 70 batendo às portas, o jornal já estava pronto para ser grande - como lembra Dilmar. E crescer significou conciliar a empresa recém-saída da tormenta com as exigências da compra do Canal 12, de Nagib Chede, em 1969. Não houve mais parada. Nos 40 anos que se seguiram, a aventura de juventude de Cunha Pereira e Edmundo Lemanski superou, em muito, os 43 funcionários reunidos em assembleia na velha Gazeta do Povo. Hoje, eles foram multiplicados por 40, somando cerca de 1.600 funcionários, divididos em oito canais de tevê, dois jornais, um instituto, duas rádios, um portal e um provedor na internet. "Ele abriu a Gazeta para a sociedade. Era um visionário. Dizia que nada era impossível e todos os dias tinha uma informação positiva para repassar", resume o fiel escudeiro Dilmar.

Quanto aos dois sócios - segundo Lemanski -, ficaram cada vez mais próximos com o passar do tempo. "Temos a mesma idade. É impressionante como as pessoas mais velhas se entendem. Foi um casamento feliz", diz, antes de resumir numa palavra o que considerava o segredo dessa carona que durou quatro décadas: "afabilidade - Francisco tinha estilo, era um apaixonado. Isso basta".

(JCF)

Para o patrão, com uma lágrima

Erlei Silva entrou na Gazeta do Povo quando tinha 11 anos de idade. Entregava jornais de bicicleta pela cidade. Era tão pequeno que ganhou o apelido de Mosquitinho - que até hoje, 34 anos depois, continua sendo seu nome oficial no trabalho. Aos 15, já no almoxarifado, Erlei viu as finanças de sua família ruírem. Junto com seu irmão, mantinha a mãe e mais duas irmãs. Não tinha mais como pagar aluguel.

Foi aí que seus colegas deram uma ideia. A casa da Associação de Funcionários estava vazia. Por que ele não pedia para morar lá por um tempo com a família? Mosquitinho falou com o doutor e obteve a permissão. O que era para ser uma residência temporária acabou virando casa permanente. "Entramos lá em 1979. Saí em 1996, para casar", conta Erlei, que não se cansa de agradecer à generosidade.

A história de Mosquitinho é apenas uma das centenas de casos que ilustram a lendária generosidade de Francisco Cunha Pereira Filho. Se era comum ele fazer caridade com os que não conhecia, para os funcionários fazia ainda mais. A frase mais comum de ouvir de alguém que trabalhou por mais de 20 anos na empresa é: "Ele foi como um pai para mim". Os que não dizem isso falam outra coisa parecida. "Ele foi mais do que um pai."

José Nilo Duarte é uma das testemunhas do relacionamento que Cunha Pereira tinha com os trabalhadores. Aos 35 anos, vindo de Minas Gerais para Curitiba, ele não conseguia emprego. Foi ser engraxate na Praça Carlos Gomes. Para sua sorte, era ali a sede da Gazeta. Logo, alguns funcionários viraram clientes. E mais tarde, o dono do jornal também passou a lustrar com ele os sapatos. Conversa vai, conversa vem, José Nilo começou a contar sua história ao empresário.

"Minha vida é um romance", diz Zelão, como é conhecido o ex-engraxate. Depois de ouvir a sina do mineiro, que não conseguia a documentação necessária para ser contratado, doutor Francisco resolveu lhe dar uma chance, na entrega de jornal. Ganhou um fã eterno. "Estava muito revoltoso com a vida. Sabe o que é conseguir uma coisa que você não imagina nem por sonho? É a melhor coisa que pode acontecer a um homem", diz Zelão, que trabalhou 18 anos na entrega. Depois, foi para o transporte. "Mas lá eu ficava era meio sem fazer nada. Era só para esperar a aposentadoria", conta.

Trajatória

"Ele não permitia que ninguém fosse demitido", conta a telefonista Eunice Meira, mais de três décadas de Gazeta do Povo. Há histórias que viraram verdadeiros mitos. Uma delas conta que um funcionário da gráfica, num momento de raiva, teria jogado ácido na máquina impressora. Cunha Pereira não permitiu a demissão. Dizia que era preciso entender o mau momento de alguém.

As bondades também vinham em momentos de crise. É o caso de um alagamento que afetou a região da Fazendinha, em Curitiba, 12 anos atrás. Cunha Pereira, ao saber que alguns funcionários tinham perdido quase tudo, liberou dinheiro para que eles reconstruíssem o que fosse necessário. "Recebi uns R\$ 3 mil, que era muito mais dinheiro na época do que hoje. Deu para remobiliar a casa toda", conta o diagramador Édson Szalbot, o "Sapatão".

Em casos de tratamento médico dos funcionários, Cunha Pereira também não media esforços. Às vezes, os familiares também eram beneficiados. Aniele Nascimento, repórter fotográfica, conta que seu irmão Aniel sofreu um acidente de jipe. Sem que pedisse nada, foi chamada por Cunha Pereira para saber no que ele podia ajudar. "Achei linda a atitude dele", diz ela.

Sabendo da generosidade, mesmo fora do ambiente de trabalho muita gente pedia dinheiro a Cunha Pereira. Ficou famosa a estratégia de pedir algo a ele na saída da novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Alto da Glória. Devoto, o empresário não perdia uma quarta-feira no santuário. E de vez em quando encontrava fila de gente esperando do lado de fora.

"Às vezes, antes de ir embora, ele pedia para a gente uns trocados. Era o dinheiro que ele ia distribuindo a quem pedia", conta a telefonista Guilhermina Alves, 26 anos de trabalho dedicados a Cunha Pereira.

Rogério Waldrigues Galindo

A GRANDE FAMÍLIA

Empresas que compõem a Rede Paranaense de Comunicação (RPC)

	Fundação	Integração à RPC
Gazeta do Povo	3 fev 1919	1962
TV Paranaense (canal 10)	29 out 1960	1969
TV Coroados (Londrina)	21 set 1963	1980
TV Esplanada (Ponta Grossa)	15 out 1966	1993
TV Cultura (Maringá)	25 set 1975	1979
TV Imagem (Paranavaí)	20 nov 1988	1997
Rádio 98 FM	1º dez 1988	
TV Cataratas (Foz do Iguaçu)	1º jul 1989	
Jornal de Londrina (Londrina)	31 jul 1989	1999
TV Guairacá (Guarapuava)	21 mar 2000	
TV Oeste (Cascavel)	1º mai 2000	
Portal TudoParaná*	3 nov 2000	
Instituto RPC	26 jan 2001	2002
Provedor Onda	Adquirido majoritariamente em junho de 2005	
Rádio Globo FM	Adquirida em julho 2006	

* (junto com a criação da RPC)

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

TV Paranaense	250
TV Coroados	70
TV Cultura	83
TV Cataratas	61
TV Esplanada	64
TV Imagem	48
TV Oeste	73
TV Guairacá	34
Gazeta do Povo	816
Gazeta do Povo - Filial	52
Gazeta do Povo - SP	8
Jornal de Londrina	68
Rádio 98 FM	22
Rádio Globo	12
Instituto RPC	7
TOTAL	1.668

Conduzindo doutor Francisco

Apesar de gostar de dirigir, Francisco Cunha Pereira Filho não tinha muito tempo para fazê-lo. Precisava ler os jornais, tratar de negócios e comparecer a eventos mil. Por isso, contratou um motorista para levá-lo de um lado a outro de Curitiba. A pessoa escolhida foi Antônio Ferreira de Lima, o Toninho, 61 anos, 41 de Rede Paranaense de Comunicação e 26 como motorista - e uma espécie de "faz-tudo" - do jornalista.

Toninho entrou na Gazeta do Povo em 1967 para entregar jornais, de bicicleta. Tempos depois, passou a ser motorista do Canal 12, até que recebeu o convite para dirigir o carro de Francisco. Outros motoristas não aceitaram o posto porque se assustavam com a responsabilidade de levar o diretor-presidente da RPC. Toninho topou na hora. "Não ganhei um patrão. Ganhei um 'paitrão'. Era patrão e pai", conta o motorista. E Francisco ganhou um homem de confiança.

Certa vez, ao escolher um novo automóvel para si, o "paitrão" deu carta branca ao motorista. "Ele disse para escolher entre dois carros, já que era eu quem ia dirigir." Dias depois, Francisco quis guiar o carro novo e inverteu os papéis: Toninho foi de passageiro, conduzido pelo patrão. "O doutor era muito humilde", conta. Humildade que transparecia na escolha dos veículos. Francisco trocava de carro, quase sempre nacional, a cada seis ou sete anos. "Teve Fusca, Passat, Monza e Santana", conta o motorista.

O itinerário de Francisco e Toninho era quase sempre o mesmo. Além de conduzir o chefe entre a casa e o trabalho, três outros pontos eram paradas obrigatórias: a casa do pai de Francisco, todos os dias; a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para a novena das quartas-feiras; e o barbeiro nos finais de semana. "Diariamente, ele visitava o pai", conta Toninho, que passou a evitar o trajeto depois da morte do pai de Francisco, em 1999, em respeito à dor do patrão.

Motorista e passageiro tinham intimidade, mas não conversavam muito. Francisco quase sempre precisava ler e ouvir as notícias. Toninho procurava não incomodar. Às vezes, um palavrão do motorista quebrava a rotina. "Eu xingava no trânsito. E também não me vestia com uniforme e não abria a porta para o doutor. Mas ele se acertou com o meu jeito." Toninho lembra ainda que o diretor-presidente da RPC pegava todos os panfletos entregues nos semáforos - e os levava até o departamento comercial, para conseguir novos anunciantes.

Em mais de duas décadas de serviço, Toninho nunca sofreu um acidente. "E olha que fazíamos do Centro ao Afonso Pena em 15 minutos", comenta. Ele atribui a falta de acidentes à aura do chefe. "Eu não era um excelente funcionário, ele que era um excelente patrão, uma pessoa que só fazia o bem", completa o motorista.

Vinicius Dias

Um cidadão em público

Nos mais de 40 anos em que militou na imprensa, Francisco Cunha Pereira Filho se fez participante dos mais importantes debates e interesses da sociedade. Pelas páginas dos meios de comunicação que comandou foi um porta-voz dos anseios do povo paranaense. Esteve com os poderosos e com os humildes. Perto da fama e do anonimato.

Barba, cabelo, bigode e jornal

Alfaiate, jornaleiro e barbeiro de Cunha Pereira lembram da elegância do freguês do qual se tornaram fiéis escudeiros.

Dono de uma das bancas de jornal mais tradicionais de Curitiba, a Banca do Batel, Ingomar Heidorn, 64 anos, é um homem de palavras firmes e posições marcantes. Quando perguntado sobre sua amizade com Francisco Cunha Pereira Filho, os olhos azuis de Ingomar se enchem de lágrimas e sua voz fica embargada. "É falar no doutor Francisco que o pai fica emocionado e começa a chorar. E eu não vi ele chorar por mais ninguém", conta a filha Liliângela, que há nove anos assumiu (junto a dois irmãos) a banca.

Ingomar lembra do dia em que conheceu o diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, há cerca de 40 anos. "Foi bem no início da banca. Um dia ele chegou e perguntou como ia a venda da Gazeta. Eu sabia quem ele era. Disse que a Gazeta era o jornal mais

vendido e ele passou a frequentar o ponto para saber sobre as vendas e comprar jornais e revistas”, conta. Depois de algum tempo, o jornalista começou a entregar, muitas vezes pessoalmente, os periódicos na casa de doutor Francisco.

Com isso, o relacionamento entre os dois cresceu. Sempre que Ingomar ouvia algum comentário de seus clientes sobre a Gazeta, ligava para o amigo jornalista e informava sobre a receptividade verificada junto aos leitores. As impressões (e as vendas) do proprietário da Banca do Batel eram um dos termômetros do sucesso do jornal. “Trocávamos ideias comerciais.” Certa vez, por exemplo, ao notar que a Folha de S. Paulo vendia bem às segunda-feiras, Ingomar aconselhou doutor Francisco, cujo jornal não saía às segundas, que passasse a publicar a Gazeta também nesses dias, o que se tornou realidade pouco tempo depois.

O jornalista também defendia a Gazeta junto aos leitores mais críticos, com fervor - mesmo fervor que transparece nas broncas que ele dá na filha por não ver o jornal exposto do lado externo da banca “Essa Folha-de-sei-lá-o-quê está fazendo o quê aí fora?”, costuma reclamar. Quando um cliente falava que compraria um periódico do eixo Rio-São Paulo por causa de algum colunista, Ingomar fazia questão de abrir a Gazeta para mostrar que o mesmo colunista também era publicado pelo jornal paranaense. E toda essa paixão foi reflexo da consideração que o jornalista tem por doutor Francisco. “Era um homem de muito caráter, palavra, dignidade, humildade e respeito”, completa, com os olhos claros marejados.

Elegância e simplicidade

A fama de homem elegante acompanhou Francisco Cunha Pereira Filho por toda a vida. Cabelo e bigode, aparados no mínimo quinzenalmente, não tinham um fio sequer desgrenhado. “Ele era muito exigente e conhecia o seu cabelo. Sabia se qualquer coisa estava errada”, conta Paulo Botelho Mendes, barbeiro do jornalista por 25 anos. No corpo enxuto, Francisco trajava elegantemente ternos clássicos, preferencialmente de casimira inglesa azul-marinho ou preta. Debaixo do paletó de três botões e duas aberturas no verso, aquecia-se com um suéter. Tudo feito e conservado sob medida. “O doutor tinha um gosto impecável e era muito exigente. Vinha quase toda semana para fazer ajustes”, lembra-se Adelfo Veiga, alfaiate de Cunha Pereira Filho na última década.

Apesar de ser exigente com a aparência, o empresário confiava plenamente nas pessoas que o auxiliavam na tarefa de se manter sempre alinhado. O barbeiro Paulo é um exemplo. Certa vez, estava em São Paulo quando foi chamado para acertar o corte do cabelo de Francisco. O diretor-presidente da RPC receberia o então presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e precisava estar, como sempre, impecável.

“Voltei imediatamente para atendê-lo”, lembra-se Paulo, que revela parte de sua fórmula para fazer sucesso

com o cliente: “Havia um segredo para cortar o cabelo do doutor, segredo igual ao que o ex-presidente Jânio Quadros usava. Ele gostava que o cabelo ficasse jogado, mas ao mesmo tempo cobrisse a testa”.

Se quem observava a aparência de Francisco o considerava impecável, quem o conhecia mais de perto tinha a mesma impressão: um homem elegante consigo e com os outros. Paulo ficava boquiaberto com as demonstrações de simplicidade do jornalista, como a vez em que deu carona ao cliente em um carro “velho e sujo”. Para piorar, o carro não pegou. “O doutor ajudou a dar o tranco, com bom humor. Depois, quando contei para os funcionários do estacionamento quem era ele, ninguém acreditou. Ficaram bobos de ver como era simples”, conta, rindo.

Com o alfaiate Adelfo, Francisco conversava sobre as tendências da moda. Apesar de estar sempre atento às novidades, no entanto, dificilmente deixava de lado seu estilo clássico. “Ele fazia um terno por mês, mais ou menos. E sabia valorizar o meu serviço. Sempre pagava a mais do que eu pedia”, lembra o alfaiate.

Já com Paulo, às vezes, entre uma tesourada e outra, trocava ideias sobre assuntos sérios, como a campanha pelo pagamento de royalties pela energia gerada por Itaipu. Em outras oportunidades, mais descontraídas, contava e ouvia piadas. “Ele gostava das de português.” Hoje, as piadas de Paulo perderam seu maior ouvinte. E para a tristeza dele, a sala VIP de seu salão não mais terá a imagem de Francisco refletida em seus espelhos.

Vinicius Dias

A quem Terezinha Döring deu a mão

Esposa de Francisco Cunha Pereira Filho acompanhou de forma discreta a trajetória do marido. Da sala de casa, torceu pelas campanhas, educou os filhos e deu apoio emocional ao empresário que revolucionou as comunicações no estado.

Dezembro foi um mês agitado na Curitiba de 1963. Tinha-se de preparar o Natal, a noite do réveillon, mas também de acompanhar o que saía nos jornais e revistas sobre o casamento do ano, o “enlace” de Terezinha Döring e Francisco Cunha Pereira Filho. Foi dia 28 de dezembro, na Igreja São Francisco de Paula, às 11h30. Mas o burburinho começou muito antes e acabou muito tempo depois. Não houve assunto mais falado naqueles dias e, de certo modo, nos anos que se seguiram. Qualquer [rara] aparição do casal, dali em diante, seria cercada de atenções e cabeça esticada para enxergar melhor. A bordo do incrível Studebaker Farina 1954 de Francisco, ou num evento social - não importava - os dois confirmavam ser a tradução local do estilo e a elegância de Grace Kelly e Rainier de Mônaco ou de Jacqueline e John Kennedy, ícones da década de 60.

Havia motivos a rodo para tanta curiosidade em torno do casal. Segundo registrou o colunista Dino Almeida, em texto no jornal Diário do Paraná, de 1963 -

Terezinha vinha de raras, porém marcantes aparições na vida social da época. Quando botava a cabeça para fora da porta, arrancava dos olheiros do jet set elogios rasgados a seus modos de garota de fino-trato. Sem falar na beleza. Já Cunha Pereira - então advogado de sucesso e oriundo de uma dinastia da Lapa - era, sem concorrência, o que as meninas chamavam de "o melhor partido da cidade." Bem-apegoado, bem-nascido, bem-sucedido e de inteligência notável.

Durante um baile de Natal do Clube Curitibano, em 1956, ele confidenciou a um amigo que estava prestes a se decidir. "É com uma moça assim que eu gostaria de me casar...", disse, depois de trocar uns passos no salão com a candidata. A moça se chamava Terezinha Döring, uma gaúcha de Porto Alegre, mas criada em Curitiba. O comentário se espalhou como rastilho de pólvora, até chegar ao seu destino - os ouvidos de Terezinha. Ela, porém, tinha apenas 15 anos. Francisco, 31. Seria preciso esperar. "Ele dançava muito bem. E eu também. Nos entendemos imediatamente. De minha parte, foi amor à primeira vista. Da parte dele não sei dizer", comentou - numa das poucas entrevistas que deu.

Mas não foi daquela vez que o namoro deslanchou. Depois do baile, Terezinha seguiu sua rotina de aluna bem-comportada do Colégio Sion, ensaios de balé no Curso Morozowski, e os estudos de piano. Sonhava ser concertista e girar mundo. A beleza, que viria a se tornar lendária, contudo, volta e meia atropelava seus planos. Em dezembro de 1957 - exatos 12 meses depois de conhecer Francisco no Curitibano - foi eleita o "Broto do Ano" pela revista Alta Sociedade. A matéria, de capa, confirmava que ali estava não só uma das mulheres mais deslumbrantes de seu tempo, mas também uma figura de opinião.

Na matéria assinada por J. Régis, com fotos de Chiquinho, não faltam salamaleques e rapapés do estilo magazine de então. "Loira, olhos claros e suaves (olhos 'cor do tempo', segundo expressão dela mesma), sobranças arcadas, levemente irônicas e provocadoras, é uma menina meiga e bonita que mora em uma agradável vivenda, no aristocrático bairro do Batel", diz o texto.

A adolescente de colégio de freiras confessou na reportagem que detestava concurso de misses, vestidos armados - tão cultuados nos anos dourados - e hipocrisia. Preferia salto 7, calça comprida - um tabu que custou a ser vencido na Curitiba dos paralelepípedos - e, em vez de folhetins açucarados, devorava bons livros.

No melhor estilo "meu trono por um amor", também deu a entender que era uma romântica, sim, porém moderna, e declarou que não se casaria antes dos 25 anos. J. Régis duvidou. E Terezinha bem que tentou.

Em 1960, entrou para a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), integrando uma das gerações mais originais já passadas pelo curso de Pintura da faculdade. Seus contemporâneos eram ninguém menos do que João Osório Brzezinski e Fernando Calderari, para citar dois. O mundo estava em ebulição e a Embap era uma

chaleira de água fervendo - o único espaço cultural da cidade que não cheirava a mofo. Foi nos tempos de escola que a discreta Terezinha amadureceu muitas ideias que a acompanhariam dali em diante. Mas nenhuma contracultura, revolução formal, performance ou happening dos anos rebeldes seria capaz de interromper uma dança iniciada nos salões do Curitibano, em 1956.

O namoro com Francisco tomou rumo e poucos anos depois ela já estava com data marcada para subir ao altar. "Francisco tinha muito charme, como todo mundo sabe. Era um encanto. Mas minhas amigas duvidavam que ele se casasse comigo", brinca. As amigas erraram. E erraram tão feio que Cunha Pereira não só casou, como o fez em grande estilo.

Um belo dia, o desembargador Francisco Cunha Pereira, o pai, foi pessoalmente à Rua Saldanha Marinho, na altura da Praça Espanha, onde viviam os Döring, para pedir a moça em casamento para o filho. O Francisco foi aquele a quem Terezinha deu a mão. Ela aceitou - movida pela paixão, como conta, e por uma certeza. "Eu sempre soube que se tratava de um grande homem."

Francisco reservou para a noiva um casamento que ela chama emocionada de "conto de fadas", "um filme lindo", "a primavera da vida". Foram dois dias de festa - a primeira, para o civil, em 27 de dezembro, ocorreu no Salão de Honra do Curitibano, o lugar onde tudo começou, seguido de recepção na Boate Mignon. A jornalista Juril Carnasciali, colunista da Gazeta do Povo ainda hoje, descreveu a cerimônia em minúcias e sem economizar adjetivos para a noiva. A propósito, ela usava vestido rosa-salmão, de palha de seda.

A cerimônia religiosa, em 28 de dezembro, idem, mereceu comentários até para a roupa das damas e reprodução da lista completa de padrinhos. Foi ao som do coral do Lar dos Meninos São Luiz que Terezinha entrou com seu vestido "modelo cetim de seda pura, estilo princesa, e grinalda de botões de laranjeira." A lua-de-mel foi uma semana no Copacabana Palace, seguida de turnê pelos Estados Unidos e México.

Nos anos que se seguiram, Terezinha abandonou a pintura e se recolheu à educação dos quatro filhos do casal - Francisco Neto, Guilherme, Ana Amélia e Cristina -, tornando-se a figura discreta e constante ao lado do homem que mudou a história das comunicações no Paraná. Ela reconhece a curiosidade que sua figura despertava, da qual se protegeu com uma medida muito simples. "Eu não me deslumbrei." Daí as poucas fotos e entrevistas, as aparições medidas com régua e compasso.

Foi da sala de casa, durante 45 anos, que ela acompanhou as dezenas de campanhas movidas pelo marido. Torceu por várias, como dos royalties de Itaipu - sua preferida - seguida nas páginas da Gazeta do Povo dia após dia, qual uma saga, durante a década em que durou a luta de seu marido para que o Paraná fosse ressarcido pela perda de terras férteis. "Eu não interferei em nenhuma causa que ele abraçou. Cooperei, deixando-o à vontade para seguir adiante. Não atrapalhei. Prefiro o silêncio,

deixando que ele realizasse seu projeto de vida". "Francisco foi um homem de sorte", declara, em meio a memórias tantas. A moça que queria rodar o mundo, mas que daria seu reino por um grande amor, com certeza tem parte nisso.

José Carlos Fernandes

O homem que fazia pipas

Filhos lembram dos brinquedos feitos pelo pai, das orações antes de dormir e da maratona do patriarca para conciliar vida pública e vida privada. "Ele voltava correndo para casa", lembram.

No trabalho, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho alçava a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) ao posto de maior empresa de comunicação do estado. Em casa, o pai Francisco fazia quatro pipas, uma para cada filho, alçarem voos igualmente bem-sucedidos. A dedicação com que atuava tanto no campo profissional quanto no pessoal era a mesma. "Mesmo muito ocupado, ele tinha todo o tempo para a família. Sempre foi muito presente em casa", lembra-se o advogado Guilherme, filho de Francisco e vice-presidente da RPC.

Empinar pipa, assim como jogar pingue-pongue ou contar piadas durante os jantares de domingo era apenas uma pequena parte da atenção de Francisco com os quatro filhos - Francisco Neto, 44 anos; Guilherme, 42; Ana Amélia, 41; e Cristina, 39. A educação dos herdeiros sempre foi prioridade para o pai, que fazia questão de levá-los pela mão até a escola, no primeiro dia de aula. "Eu tive bastante dificuldade, na quinta ou sexta série. Quando ele descobriu isso, passou a estudar diariamente comigo", conta a jornalista Ana Amélia, também vice-presidente da RPC.

De acordo com os filhos, Francisco ensinava-os com exemplos, sem precisar sequer levantar a voz - ele apenas levantava as expressivas sobrancelhas para que soubessem que algo o desagradava. "Às vezes, ficávamos de castigo, uns dois ou três minutos, no canto da sala. Ele mantinha a autoridade de forma natural e afetuosa", fala Guilherme. Os exemplos de Francisco, de bem tratar a todos, em especial os funcionários - no dia do Natal, por exemplo, antes de seus compromissos familiares, passava na Gazeta para cumprimentar os plantonistas -, eram registrados pelos filhos. "Ele nunca falava mal de ninguém", lembra Ana Amélia. "Sempre dizia que gostava de discutir as ideias e não o pessoal", emenda Cristina.

Quando os filhos eram adolescentes e saíam à noite, Francisco não sossegava enquanto eles não estivessem de volta em casa. "Ele ficava acordado até tarde esperando a gente, ou esperando a hora de nos buscar", comenta Cristina. Já se era Francisco quem tinha que sair, para comparecer a algum evento, ele procurava não se ausentar por muito tempo. "Se era possível fazer uma visita mais breve, para poder estar logo em casa, ele fazia", fala Guilherme.

As constantes viagens de Francisco ilustram bem o equilíbrio que o diretor-presidente da RPC procurava manter entre o trabalho e a família - tanto que, perguntados se o pai tinha algum hobby, os filhos respondem, em uníssono: "A família e o trabalho". Quando viajava por lazer, com a família, mantinha um olho na empresa. "Ele acompanhava o jornal, em qualquer lugar que estivesse", diz Guilherme. Quando viajava a trabalho, não tirava a cabeça de casa. "Sempre trazia um presente para cada filho. Sabia até o número do calçado de cada um", completa Cristina.

A assiduidade aos compromissos domésticos era similar à que mantinha em relação às missas dominicais e orações diárias. O jornalista era religioso e devoto do santo cujo nome carregava, mas nunca forçou os filhos a seguirem os seus passos até a igreja - eles faziam isso naturalmente. "Todas as noites rezávamos com ele, a mesma oração", recorda-se Cristina. "Menino Jesus, olhai por mim, por meus irmãozinhos, por meu pai, minha mãe, meus avós, tios, primos, amigos, por todos. Abençoi-nos na saúde e na felicidade", rezam hoje, com saudade, os filhos.

Vinicius Dias

Com colaboração da TV Paranaense

Fragmentos do discurso de posse do acadêmico Francisco Cunha Pereira Filho na Academia Paranaense de Letras, em 17 de novembro de 1998, quando passou a ocupar a cadeira número 18

É com muita emoção, fascínio mesmo, que ingresso nesta gloriosa academia, cujo convite foi feito já há alguns anos, acentuando que a decisão fora unânime.

Constitui-se para mim uma grata surpresa e grande honraria, que agradeço comovido a todos os nobres confrades.

Ao tomar posse nesta augusta Academia Paranaense de Letras e passando a ocupar a cadeira número 18, um forte sentimento de amor à Pátria, à nossa gente, inflama meu pensamento, principalmente, ao verificar a esplêndida e notável coincidência de que tanto o patrono Faria Sobrinho, como o fundador Hipólito de Araújo e o primeiro ocupante da cadeira 18, Lacerda Pinto, nasceram naquele torrão generoso, conhecido no mundo inteiro e no país como a heróica e legendária cidade da Lapa.

Minha, infância e minha juventude foram sempre povoadas por imagens de heróis da terra brasileira que empolgaram e empolgam nossas gerações.

Além das batalhas cruentas na luta pela independência, pela liberdade, pela expansão de novas fronteiras e pela garantia de nosso território, desde Tiradentes e Pedro I, passando ainda por Osório, Caxias e tantos outros, tive a felicidade de sentir muito perto de mim a presença de um voluntário da pátria, um irmão de meu pai, portanto, meu tio, Lincoln da Cunha Pereira.

Muito jovem, com menos de 21 anos, o meu herói especial, tio Lincoln apresentou-se por forte impulso patriótico como voluntário às milícias que combatiam a Coluna Prestes e lutou desde as montanhas e os campos de Minas Gerais até o longínquo Mato Grosso, onde morreu combatendo heróica e gloriosamente, resistindo ao movimento (...). matando entre muitos outros jovens aquele voluntário mineiro que, com 21 anos incompletos, derramou seu sangue generoso e deu sua vida por um ideal, hoje raro, na defesa da ordem e integridade da Pátria.

Este fato heróico teve, sem dúvida, forte influência na formação de minha personalidade e criou em mim a preocupação de sempre procurar uma trincheira sólida para um bom combate.

Minhas experiências literárias começaram com as tertúlias do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, depois com os movimentos literários da Academia de Letras do Colégio Santa Maria, quando participei de interessantes estudos e debates sobre autores brasileiros como Machado de Assis e José de Alencar, despertando-me o gosto pelas letras e pela retórica ou eloquência oratória, tomando contato mais intenso ali com Rui Barbosa, Tolstói, Dostoiévski, Marcel Proust, Thomas Mann, Voltaire, Eça de Queirós, Montesquieu, Padre Vieira, Sebastião Paraná, com os grandes poetas Castro Alves e Gonçalves Dias, e quase todos os outros poetas e escritores brasileiros e estrangeiros que líamos e discutíamos acirradamente com a maior seriedade e profundamente até. Época em que cometi meus primeiros contos, versos e sonetos parnasianos e que a minha severa antocensura decretou: impublicáveis.

Mais tarde, foram os movimentos universitários, destacando-se a luta pelo restabelecimento e reconhecimento da Universidade do Paraná, que fora dividida e separada. Castigada assim por seu pioneirismo e pela falta de um paradigma legal. (...)

Pouco depois, me envolvi também na renhida luta pela participação dos alunos nas decisões do órgão máximo, que é o Conselho Universitário, conseguindo vencer a eleição para a presidência do Diretório Central dos Estudantes, que tive a honra de fundar e organizar, tendo sido o primeiro representante do corpo discente naquele Conselho máximo da notável Universidade Federal, então já unida e federalizada, e passando a participar com palavra e voto nas grandes decisões daquele Conselho Superior.

Foram sem dúvida pequenas batalhas, mas inspiradas quase sempre no herói voluntário de Minas Gerais, morto pela Coluna Prestes, e inspirado ainda por outro grande herói que empolgou minha vida, o médico e sábio professor, capitão do Cerco da Lapa, meu avô materno, João Cândido Ferreira.

Médico, muito jovem, também resistiu com bravura e heroísmo ao terrível Cerco de mais de dois mil homens, que, muito bem armados, haviam partido do Rio Grande do Sul, avançando com violência sobre Santa

Catarina, depois Curitiba, vencendo todas as resistências, e que pretendiam tomar São Paulo e depois o Rio de Janeiro, onde planejavam derrubar o Presidente Floriano e a República, no ano de 1894. (...)

João Cândido era jovem e já médico conceituado, com a família constituída de esposa e dois filhos, prefeito de sua cidade, quando começou o cerco das tropas revolucionárias que acreditavam passar pela Lapa sem a menor resistência.

A têmpera de quase 500 lapianos, que permaneceram resistindo na cidade foi exemplo maior de heroísmo e patriotismo, teve o expressivo reconhecimento nacional há poucos anos, quando o Ministério da Guerra, em homenagem àquela gloriosa epopéia resolveu denominar Heróis do Cerco da Lapa a nossa importante e poderosa Quinta Região Militar. (...)

O convívio com este grande herói do Cerco, e depois como médico competente e ilustre membro da Academia Nacional de Medicina, primeiro professor de clínica médica da nossa Universidade, membro fundador da Cadeira 25 desta Academia e mais tarde presidente do estado, o convívio, repito, com este herói do terrível episódio, influenciou sem dúvida a minha formação, e a Lapa passou a ter uma significação especial na minha vida e na vida da nossa família, pois meu pai, comprando parte dos demais herdeiros, ficou com a Fazenda São João, e lá passávamos as férias, ouvindo as histórias do herói de Minas Gerais e dos heróis da Lapa. Tornou-se meu pai, desembargador Cunha Pereira, quase um cônsul na região. (...)

O grande jornalista de São Paulo, Cláudio Abramo, afirmou que, jornalismo é o “exercício diário e permanente da inteligência e do caráter”, Levi Carneiro acentuou, em brilhante palestra na Academia Brasileira de Letras, citando fontes clássicas que “advogado tem de ser o homem de bem com o dom da palavra.”

Lembrei no começo deste modesto discurso de posse que procurei várias trincheiras para o bom combate e me recordo com saudades da cátedra em diversos níveis até os universitários, depois da tribuna do júri que me empolgou e me fez amadurecer, mais tarde das tribunas dos juízes togados e dos tribunais superiores, para chegar, finalmente à difícil e surpreendente trincheira da imprensa na Gazeta do Povo, onde pude comprovar que o jornal, além da notícia, é o formador da opinião, é o arauto das ciências, das artes e especialmente o grande cultor das letras.

Finalmente, no comando da televisão, cheguei à conclusão do eminente advogado e professor Fábio Konder Comparato. Parodiando-o, afirmo que “o jornalista é o advogado permanente do interesse das comunidades.”

Desde que assumi o jornal, dei especial atenção à sua página literária, onde, há mais de 30 anos, tenho procurado incentivar a publicação de grandes escritores e poetas paranaenses. Lembro o esforço para trazer às páginas da Gazeta o acadêmico Alceu Chichorro e seu traço firme de Chico Fumaça. Totó e Marcolina, bem como a

publicação diária de uma coluna na segunda página do saudoso, inspirado e original poeta Liberalino Esteves e suas Populíras.

A divulgação em primeira mão dos trabalhos magníficos de Poty Lazarotto foi outro esforço de sucesso como diretor da Gazeta. Encontrei também êxito quando iniciei a publicação de excelentes trabalhos do já notável Dalton Trevisan, com as ilustrações magnífica do incomparável Guido Viaro e que tiveram importante apreciação da crítica. (...)

Hoje, com enorme emoção, estou sendo convocado não para uma trincheira isolada, mas para uma reunião de alto-comando, para participar de um estado-maior das letras e das artes, cujas decisões são da maior importância para o desenvolvimento e a cultura de nosso povo. Aqui estou ao lado de ilustres generais uniformizados com as capas ou pelerines verdes do patriotismo e do saber e com os alarmares de ouro, que simbolizam a profunda cultura e a experiência daqueles que já provaram aos conterrâneos os resultados do estudo aprofundado e inspirado, não só das letras, como das ciências e das artes, e principalmente dos interesses maiores de nosso estado, nosso país, enfim de toda a comunidade brasileira. (...)

Muito Obrigado.

O tempo de Cunha Pereira: Os anos loucos

1926

Mundo

- Mussolini ascende no Partido Facista.
- Morrem: o pintor Claude Monet, o arquiteto Antoni Gaudí, o ator Rodolfo Valentino.
- Nascem: os atores Jerry Lewis, Klaus Kinski e Marilyn Monroe; o dramaturgo Dario Fo; a rainha Isabel II, da Inglaterra; o ditador Fidel Castro; o filósofo Michel Foucault.

Brasil

- Em março, Washington Luís é eleito Presidente da República.

Paraná

- Nasce Francisco Cunha Pereira Filho, em Curitiba, no dia 7 de dezembro.
- Andrade Muricy escreve O símbolo à sombra das araucárias.

1927

Mundo

- Martin Heidegger publica O ser e o tempo.
- Primeiro serviço telefônico transatlântico sem fio.

Brasil

- Depois de percorrer 20 mil quilômetros, a Coluna Prestes se refugia na Bolívia.
- É fundada no Rio de Janeiro a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT).
- Partido Comunista é declarado ilegal.

Paraná

- Colonizadora Lord Lova adquire 500 mil alqueires de terras roxas paranaenses.
- Inauguração da Estrada do Mar, por Caetano Munhoz da Rocha.
- Translado dos restos mortais do Poeta Emílio de Menezes.
- Jornalistas da Gazeta levam homenagem dos paranaenses à mãe de Luiz Carlos Prestes, dona Leocádia, no Rio de Janeiro.

1928

Mundo

- Stálin expulsa Trótski e outros líderes do Partido Comunista da URSS.
- Alexander Fleming descobre a penicilina.
- Virginia Woolf publica Orlando.

Brasil

- Mário de Andrade publica Macunaíma.

Paraná

- Neva em Curitiba.
- Desaba assoalho no Cine Palácio: cinco mortos e 20 feridos.

1929

Mundo

- Quebra da Bolsa de Nova Iorque.
- Graf Zeppelin voa ao redor do mundo.

Brasil

- Acordo político entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais leva à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

Paraná

- Companhia de Terras do Norte do Paraná se instala em Três Bocas, a 22 quilômetros de Jataizinho.
- Primeiros colonos japoneses chegam a Londrina.
- Inauguração do Palácio Avenida.
- Curitiba pára para receber Didi Caillet.
- Criação do Círculo de Estudos Bandeirantes, formado por 11 intelectuais paranaenses.

1930

Mundo

- Gandhi inicia sua campanha de desobediência civil.
- Polícia norte-americana reprime 35 manifestantes que protestam contra o desemprego.
- Primeira apresentação de televisão (sistema Baird).

Brasil

- Getúlio Vargas assume governo provisório.

Paraná

- Indústria da exportação do pinho entra em expansão.
- Revolução de 30 depõe Affonso Camargo da presidência do estado do Paraná.
- João Batista Groff exhibe o filme Revolução de 30 no Teatro Palácio.
- Assassinato de Egidio Pilotto comove PR.
- Incêndio no engenho de erva-mate da Leão Júnior, no Portão.

Os Anos de Formação: Mundo em Pé-de-Guerra

1931

Mundo

- Partido Nacional Socialista e os nacionalistas de Hugenberg lançam Adolf Hitler à presidência da Alemanha. País vive crise financeira.

Brasil

- País registra diversas rebeliões militares envolvendo oficiais jovens.

Paraná

- Companhia de Terras do Norte do Paraná registra venda de 3 mil alqueires.
- Depredação de bondes contra a Força e Luz.

1932

Mundo

- Roosevelt se elege presidente dos Estados Unidos.

Brasil

- Governo Vargas divulga Novo Código Eleitoral. Fica estabelecido o voto secreto e o direito de as mulheres votarem e se candidatarem.
- Em 9 de julho, paulista se insurge contra o governo Vargas.
- Morre Santos Dumont.

Paraná

- O interventor Manoel Ribas assume a presidência do Paraná, nomeado por Getúlio Vargas.
- Surge partido regionalista intitulado Confederação dos Tinguís.
- Paraná Plantations Limited adquire terras na Gleba Roland dando origem à cidade de Rolândia.

1933

Mundo

- Hitler chega ao primeiro-ministro na Alemanha.
- Franklin Roosevelt inicia programa conhecido com New Deal, para tirar os EUA da crise econômica.

Brasil

- Gilberto Freire publica Casa Grande e Senzala.

Paraná

- Francisco Cunha Pereira Filho ingressa no Grupo Escolar Barão do Rio Branco
- Grupo inglês Lord Lovat negocia transferir cem mil curdos para o Norte do Paraná. Imprensa reage.
- O pintor Guido Viaro se fixa em Curitiba.
- Fica pronto o Edifício Moreira Garcez, primeiro arranha-céu de Curitiba, na esquina da Avenida João Pessoa com a Rua Voluntário da Pátria.

1934

Mundo

- Morre o presidente Hindenburg e Hitler se torna presidente da Alemanha
- Mao Tsé-tung lidera a Grande Marcha da China.

Brasil

- Fundação da Universidade de São Paulo (USP).
- Getúlio Vargas é eleito presidente do Brasil por Assembleia Constituinte.

Paraná

- Fundação de Londrina, Criação de ponte ferroviária sobre o Rio Tibagi, ligado o Norte ao resto do estado.

1935

Mundo

- França e URSS fazem pacto para conter expansionismo germânico.

Brasil

- Aprovação da Lei de Segurança Nacional dá plenos poderes ao Executivo.

Paraná

- Inauguração do Porto de Paranaguá.
- Morre Alfredo Andersen.

1936

Mundo

- Hitler faz aliança com Mussolini.
- O negro Jesse Owens ganha quatro medalhas de ouro nas Olimpíadas de Berlim.
- Inicia-se a Guerra Civil Espanhola.
- Fundação da revista Life.
- Inauguração da BBC de Londres.
- Chaplin filma Tempos Modernos.

Brasil

- Sérgio Buarque de Holanda publica Raízes do Brasil.

Paraná

- Fundação da colônia japonesa Alvorada, em Ponta Grossa.
- O dirigível Hindenburg voa sobre Curitiba.

Um Adolescente em Tempos Difíceis

1937

Mundo

- Nazistas bombardeiam cidade de Guernica, na Espanha. Episódio é retratado por Picasso em mural.

Brasil

- Vargas promete eleições. É fundada a União Democrática Brasileira (UDB). Vargas declara o Estado Novo e se alinha com o facismo.

Paraná

- Morre o poeta Dario Vellozo.

1938

Mundo

- Exército alemão anexa a Áustria e região dos Sudetos, na Tchecoslováquia.
- Alemanha produz o primeiro Fusca da Volkswagen.
- Orson Welles transmite invasão marciana - A guerra dos Mundos.

Brasil

- Bando de Lampião e Maria Bonita é assassinado na Fazenda Angico, em Sergipe.
- União Nacional dos Estudantes (UNE) faz seu primeiro congresso nacional.
- Dorival Caymmi grava "O que é que a baiana tem?"

Paraná

- Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.
- Newton Sampaio publica Irmandade.

1939**Mundo**

- Hitler desrespeita o Tratado de Munique e volta a invadir a Tchecoslováquia.
- Tropas de Franco tomaram Barcelona e Madri, encerrando a Guerra Civil Espanhola.

Brasil

- Criação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, cujo objetivo era coibir ação da imprensa.
- Ary Barroso ganha as paradas de sucesso com "Aquarela do Brasil".
- Descoberto na Bahia o primeiro poço de petróleo do país.

Paraná

- Criação da revista Ilustração Paranaense.
- Demolição do Paiol de Pólvora para dar lugar às avenidas Getúlio Vargas e Rua Buenos Aires.

1940**Mundo**

- Alemanha invade a Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica. Na sequência, nazistas ocupam a França e promovem a Batalha da Inglaterra.
- Trotski é assassinado no México.

Brasil

- Getúlio anuncia salário mínimo.

Paraná

- População do estado do Paraná atinge 1.236.276 habitantes.
- Criação da revista Tingüi, da qual participou Dalton Trevisan.
- Inauguração do Cassino do Ahú.
- Inauguração da Estrada do Cerne, ligando Curitiba ao Norte Pioneiro.

1941**Mundo**

- Alemanha inicia política do Holocausto. Grécia e Iugoslávia são invadidas. URSS é surpreendida por ataque alemão. Japoneses bombardeiam Pearl Harbor.
- Estados Unidos entram na guerra.
- Orson Wells filma Cidadão Kane.

Brasil

- Governo cria Companhia Siderúrgica Nacional, Ministério da Aeronáutica e Justiça do Trabalho.

Paraná

- Curitiba é ligado a SP por telefone.
- Retirada dos trilhos do bonde da Avenida João Pessoa.
- Helena Kolody estreia na literatura com Paisagem interior.
- O prefeito Rozaldo de Melo Leitão traz a Curitiba o urbanista francês Alfred Agache para elaborar plano urbanístico da cidade.

1942**Mundo**

- Alemães avançam em território soviético e no Norte da África.
- Olga Benário Prestes morre em campo de concentração.

Brasil

- Brasil rompe relações com Alemanha e Itália. Submarino alemão ataca o navio brasileiro Cabedelo.

Ingresso na Faculdade: O Verbo é Recomeçar**1943****Mundo**

- Alemães são derrotados por soviéticos na Batalha de Stalingrado. Seguem-se outras perdas germânicas - no Atlântico, Norte da África, na Itália, Mussolini é executado

Brasil

- Vargas se encontra com o presidente norte-americano Franklin Roosevelt, no Rio Grande do Norte. O governo anuncia a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
- Navio de passageiros Afonso Pena é torpedeado e afunda na Bahia: morrem 33 tripulantes e 92 passageiros.
- Getúlio aprova envio de tropas para combater na Europa.
- Estreia no Rio de Janeiro a montagem do Vestido de Noiva, de Nelson Rodrigues.

Paraná

- Getúlio Vargas cria o território de Iguaçu, com terras do Paraná e Santa Catarina, alegando necessidade de fortalecer fronteiras.
- Ingleses vendem a Companhia de Terras Norte do Paraná a grupo econômico de São Paulo, que muda o nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
- Lançamento do Plano Agache de urbanização de Curitiba.

1944**Mundo**

- Batalha da Normandia reúne 90 mil soldados em terra e 20 mil paraquedistas. França é libertada.

Brasil

- Força Expedicionária Brasileira (FEB) chega à Itália.

Paraná

- Criação da Companhia Brasileira de Teatro, de Telmo Faria, primeiro grupo profissional do estado.
- Chega de Nápoles primeiro escalão da FEB; entre eles está o tenente Max Wolf Filho.

1945**Mundo**

- Tropas soviéticas ocupam Berlim. Hitler e Goebbels se suicidam.
- Inglaterra, EUA e URSS decidem fundar a Organização das Nações Unidas (ONU).
- Estados Unidos jogam bomba atômica nas cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Brasil

- A União Democrática Nacional (UDN) lança brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Fundação do Partido Social Democrático (PSD), que lança o general Eurico Gaspar Dutra à Presidência. Vargas é deposto em 29 de outubro. Dutra vence as eleições de dezembro e Vargas se elege deputado e senador.

Paraná

- Dalton Trevisan publica Sonata ao Luar, com ilustração de Guido Viaro.
- Getúlio Vargas visita o Paraná.
- Cunha Pereira ingressa na faculdade de Direito.

1946

Mundo

- Tribunal de Nuremberg condena 22 líderes nazistas - 11 deles à morte por enforcamento.

Brasil

- Governo Dutra proíbe jogos do azar e fecha cassinos.

Paraná

- Constituinte dissolve território do Iguazu.
- Dalton Trevisan cria a revista Joaquim;.
- Poty Lazzarotto ganha bolsa de estudos do governo francês.
- Revolta dos posseiros de Jaguapitã.

1947

Mundo

- A Índia consegue a independência da Inglaterra.
- ONU vota pela divisão da Palestina em Estado árabe e Estado judeu.

Brasil

- Assis Chateaubriand funda o Museu de Arte de São Paulo (Masp).

Paraná

- Fundação de Maringá.
- Moyses Lupion é eleito governador do Paraná pelo PSD.

Diploma na Mão: O Verbo é Dividir

1948

Mundo

- URSS rompe com a Iugoslávia.

Brasil

- O cientista curitibano César Cesar Lattes isola o méson, nova partícula do átomo.

Paraná

- Morre o médico João Cândido Ferreira, avô de Francisco Cunha Pereira Filho. Na mocidade assistira o coronel Gomes Carneiro no Cerco da Lapa. Com a morte de Vicente Machado, em 1907, assumiu a presidência do estado.
- Grupo de artistas funda a Escola de Música e Belas Artes do Paraná.
- A Gazeta publica o polêmico texto "Emiliano, o Poeta Pernetá", de Dalton Trevisan.

1949

Mundo

- A Alemanha é dividida em duas partes. Ocidental e Oriental. Tratado do Atlântico Norte reforça separação entre países aliados com os Estados Unidos e com a URSS.

Paraná

- Francisco Cunha Pereira Filho se forma em Direito na UFPR. Com o prêmio de melhor aluno, vai abrir seu primeiro escritório de advocacia.
- Violeta Franco funda a Garaginha, espaço que deu impulso à renovação das artes plásticas no Paraná.
- Hélene Garfinkel reinicia em Curitiba atividades da Aliança Francesa.
- É criada em Curitiba a revista Guaíra.

1950

Mundo

- EUA dão início à política macarthista de repressão aos simpatizantes da esquerda.
- Coreia do Norte invade Coreia do Sul, levando os EUA a desembarcar na região, China entra no conflito a favor da Coreia do Norte.

Brasil

- Getúlio Vargas é eleito presidente da República com 49% dos votos válidos.
- A TV Tupi vai ao ar.

Paraná

- Federalização da Universidade do Paraná.
- Censo de 1950 aponta que o Paraná ocupa o sétimo lugar na produção industrial brasileira mas detém apenas 3% do que produz.
- Revolta dos posseiros de Porecatu.
- Conclusão do prédio da Saúde Pública, na André de Barros.
- Getúlio Vargas discursa na sacada do Hotel Braz.

1951

Mundo

- Perón se elege presidente da Argentina.

Brasil

- Rede Tupi transmite Sua visa me pertence, primeira novela brasileira.

Paraná

- Fundação das colônias. Entre Rios (Guarapuava), Castrolanda (Castro) e Witmarsum (Palmeira).
- Bento Minhoz da Rocha assume o governo do estado do Paraná.
- Criação do Centro Cívico.

1952

Mundo

- Surgem os primeiros computadores da IBM.

Brasil

- Criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Paraná

- Extinção da linha de bondes do Portão.

1953**Mundo**

- Fim da Guerra da Coreia.
- Morre Stálin.

Brasil

- Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo.
- Getúlio Vargas cria a Petrobras.

Paraná

- Centenário da Emancipação Política do Paraná.
- Até este ano, Companhia de Terras Norte do Paraná já tinha comercializado 4.500 alqueires de terra, gerando 26 mil lotes rurais.
- Geadas dizimam cafeicultura do Paraná.
- Inauguração do "Homem Nú, de Erbo Stenzel.

Na Era do Sputnik, de Brasília e da Bossa Nova**1954****Mundo**

- O Vietnã ganha independência da França. País é dividido provisoriamente.

Brasil

- Carlos Lacerda, opositor de Vargas, sofre atentado na Rua Toneleros, no Rio de Janeiro. Caso tem grande repercussão nacional.
- Vargas se suicida em 24 de agosto.
- PSD indica Juscelino Kubitschek à presidência e PTB lança João Goulart para vice.

Paraná

- Ney Braga assume prefeitura de Curitiba.
- Inauguração do Teatro Guaíra na Praça Santos Andrade.
- Dalton Trevisan publica Novelas nada exemplares, pela José Olympio.
- Primeira transmissão de TV no Paraná, em vitrine da Loja Tarobá, no Edifício Garcez.
- Inauguração da Biblioteca Pública do Paraná.

1955**Mundo**

- Golpe de estado derruba Perón na Argentina.
- Países do Leste Europeu assinam Pacto de Varsóvia.
- Surge o rock-and-rol.

Brasil

- Nelson Pereira dos Santos filma Rio 40 graus e dá início ao Cinema Novo.
- JK é eleito presidente.

Paraná

- Kozák é Loureiro Fernandes filmam os índios xetás da Serra dos Dourados, no Noroeste do Paraná.
- Curitiba ganha estação rodoviária.

1956**Mundo**

- Nikita Krushev denuncia os crimes de Stálin na URSS.
- Inicia-se a guerrilha cubana.

Brasil

- JK dá início a seu plano de metas, sob o slogan "50 anos em 5".
- Guimarães Rosa publica Grande Sertão: Veredas.
- Aprovação do plano-piloto de Lúcio Costa para a construção de Brasília.

Paraná

- Moysés Lupion inicia segundo mandato como governador do estado.
- JK inaugura prédio do CEU

1957**Mundo**

- URSS lança satélite artificial Sputnik, impulsionando a guerra espacial com os EUA.

Brasil

- Inicia-se a construção de Brasília.

Paraná

- Levante dos Posseiros no Oeste do Paraná.
- Crise do café.

1958**Mundo**

- EUA lançam o Explorer I.

Brasil

- Grande seca aumenta miséria no Nordeste.
- João Gilberto e Tom Jobim, entre outros, dão início ao movimento musical conhecido como Bossa Nova.
- Seleção Brasileira ganha a Copa do Mundo de futebol.

Paraná

- Acordo Internacional do Café regula desequilíbrios da produção mundial - em especial a paranaense e a africana.

1959**Mundo**

- Tem início a Guerra do Vietnã.
- Fulgêncio Batista foge de Cuba. Grupo de Fidel Castro é recebido nas ruas de Havana.
- Nikita Krushev visita os EUA.

Brasil

- Jânio Quadros é lançado candidato à presidência pela UDN.
- JK rompe com o Fundo Monetário Internacional (FMI)
- Antonio Candido lança Formação histórica da literatura brasileira.

Paraná

- Theodoro De Bona retorna a Curitiba depois de temporada de estudos na Europa e no Rio de Janeiro.
- Criação da Universidade Católica do Paraná.
- Guerra do Pente

Cunha Pereira compra um jornal na era Kennedy**1960****Mundo**

- Avião norte-americano é derrubado na URSS, durante missão de espionagem. Incidente abala relações entre os dois países.
- URSS lança Sputnik IV com dois cães a bordo.

- Luther King inicia manifestação pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.
- John Kennedy é eleito presidente dos EUA.
- Jean-Luc Godard filma Acossado.

Brasil

- Jânio Quadros é eleito presidente da República. João Goulart ganha vice-presidência.
- Éder Jofre conquista Mundial de Boxe na categoria peso-galo.
- JK inaugura Brasília.

Paraná

- Paraná chega ao posto de maior produtor de café do Brasil.
- Inauguração da TV Paranaense, Canal 12, e da TV Paraná, Canal 6, ligada à rede de Assis Chateaubriand.

1961

Mundo

- Os EUA rompem relações com Cuba.
- O russo Yuri Gagarin é o primeiro homem a viajar para o espaço.
- É erguido o Muro de Berlim.

Brasil

- Jânio Quadros condecora Cheguevara, em Brasília, com a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.
- Em 25 de agosto, Jânio Quadros renuncia à presidência.
- Francisco Julião realiza o primeiro congresso camponês do país e reforça a luta popular pela reforma agrária.

Paraná

- Rodovia do café melhora a comunicação entre Norte e Sul do estado.
- Ney Braga assume o governo do estado.

1962

Mundo

- Argélia é declarada independente.
- Os EUA fazem bloqueio naval em Cuba ao saber da presença de mísseis soviéticos na ilha.

Brasil

- Governo institui 13º salário.
- O Pagador de Promessas, de Anselmo Duarte, conquista a Palma de Ouro em Cannes.
- O Brasil conquista Copa do Mundo no Chile.

Paraná

- Francisco Cunha Pereira Filho e seu sócio, Edmundo Lemanski, compram o jornal Gazeta do Povo.

1963

Mundo

- Kennedy é assassinado em Dallas, no Texas.

Brasil

- Plebiscito rejeita parlamentarismo e pede a volta do presidencialismo, fortalecendo João Goulart.

Paraná

- Suicídio de Miguel Bakun.

1964

Mundo

- Líderes árabes criam a Organização da Liberação da Palestina (OLP).
- Primeiro passeio espacial norte-americano.

Brasil

- Cerca de 300 mil pessoas comparecem ao comício de João Goulart, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Jango anuncia as Reformas de Base e nacionalização de refinarias estrangeiras.
- Em São Paulo, 50 mil participam de Marcha da família com Deus pela Liberdade.
- Jango defende Reformas de base em reunião de sargentos, alarmando Forças Armadas.
- Golpe militar.

Paraná

- Ney Braga assume o Ministério da Agricultura, no governo Castelo Branco.
- Dalton Trevisan publica Cemitério de elefantes.
- União Cívica Feminina promove Marcha com Deus e pela Família.
- Moysés Lupion tem seus direitos políticos cassados.

Pimentel no governo:

Lá fora, os anos rebeldes

1965

Mundo

- Lançamento do satélite espacial Early Bird.

Brasil

- Fundo Monetário Internacional (FMI) dá crédito de US\$ 125 milhões ao Brasil.
- Teatro Arena encena Arena conta Zumbi, de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.

Paraná

- Estado chega ao total de 200 municípios criados na esteira das lavouras cafeeiras.
- Bento Munhoz da Rocha perde disputa para o governo do estado.
- Eleição de Paulo Pimentel para o governo do estado.
- Implantação do Plano Serete em Curitiba. Criação do IPPUC.

1966

Mundo

- Mao Tsé-tung inicia a Revolução Cultural na China e mobiliza juventude do país.
- Nixon vence as eleições nos Estados Unidos.
- Televisionamento da Copa Mundial de futebol atinge 400 milhões de espectadores.

Brasil

- "Arrastão", de Vinícius de Moraes e Edu Lobo, ganha o Festival de MPB da Excelsior; "A Banda", de Chico Buarque, divide a primeira colocação do Festival da record com "Disparada", de Theo Barros e Geraldo Vandré.

1967**Mundo**

- Israel bombardeia Egito, Síria e Jordânia e ocupa regiões de Gaza e do Sinai, no conflito conhecido como Guerra dos Seis Dias.
- Che Guevara morre durante cerco na Bolívia.

Brasil

- Congresso promulga nova Constituição, sob protesto do MDB.
- Costa e Silva é eleito presidente por voto indireto.
- Exército reprime guerrilheiros do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), na Serra do Caparaó, na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo.
- Carlos Lacerda, Jango e JK organizam frente contra o governo militar.
- Congresso do Partido Comunista condena a luta armada, racha e dá origem a organizações como o MR-8, PCBR, ALN e PCR.

Paraná

- Inauguração da TV Iguaçu, Canal 4.

1968**Mundo**

- Alexander Dubcek dá início à Primavera de Praga - revisão na política tcheca, o que leva o país a ser invadido pela URSS.
- Martin Luther King e Robert Kennedy são assassinados nos EUA.
- Estudantes franceses levantam barricadas em Paris e ocupam universidades.

Brasil

- Morte do estudante Édson Luís, no Rio de Janeiro, em confronto com a PM, desencadeia série de protestos estudantis.
- Costa e Silva assina Ato Institucional número 5, que cassa parlamentares e reforça repressão no país.

Paraná

- Estudantes rolam o busto de Suplicy de Lacerda pelas ruas de Curitiba.
- Sylvio Back filma Lance maior, com Regina Duarte e Reginaldo Faria.

1969**Mundo**

- Neil Armstrong se torna o primeiro homem a pisar na lua.
- Festival de rock de Woodstock.

Brasil

- O embaixador norte-americano Charles Elbrick é sequestrado no Rio de Janeiro por grupo revolucionário.
- O general Emilio Garrastazu Médici chega à presidência da República.
- Carlos Marighella, líder da ANL, é assassinado em São Paulo.

Paraná

- Estudo preliminar do metrô de Curitiba.
- Criação do Balé Guaíra.
- O arqueólogo Ygor Chmyz divulga achados do "Buraco do Bugre".

Os anos anos difíceis:**Rei Pelé e a invenção da canaleta****1970****Mundo**

- Salvador Allende é eleito presidente do Chile.

Brasil

- Médici estende mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas.
- O governo cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).
- Carlos Lamarca organiza a vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no Vale do Ribeira, em São Paulo.
- Inicia-se a construção da Transamazônica.
- Brasil se torna tricampeão mundial de futebol, na Copa do México.

Paraná

- Jaime Lerner assume a prefeitura de Curitiba.
- Dalton Trevisan publica O vampiro de Curitiba.
- Criação do Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

1971**Brasil**

- Lamarca é assassinado no interior da Bahia.

Paraná

- Dom Pedro Fedalto é nomeado arcebispo de Curitiba.
- Vinícius de Moraes inaugura o Teatro do Paiol.

1972**Mundo**

- Gravadores de videocassete chegam ao mercado varejista.

Brasil

- Associação Interamericana de Imprensa condena a falta de liberdade de expressão no Brasil.

Paraná

- Início do calçadão da XV.

1973**Mundo**

- Cessar-fogo no Vietnã.
- Salvador Allende é assassinado no Chile.
- Perón é eleito presidente da Argentina.
- Crise mundial do petróleo.

Brasil

- Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, assina Tratado do Itaipu.
- Brasil e Bolívia assinam acordo do Gasoduto de Paulínia, em São Paulo.

Paraná

- Morre Bento Munhoz da Rocha.
- Criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).
- Instalação da RMC, com 14 municípios.

1974

Mundo

- Revolução dos Cravos encerra período salazarista em Portugal.
- Pressionado pelo escândalo de Watergate, Richard Nixon renuncia à presidência dos EUA.
- Morre o presidente argentino Domingos Perón.
- Escândalo Watergate abala Estados Unidos.

Brasil

- Emeto Geisel assume a presidência da República

Paraná

- Ney Braga assume o Ministério da Educação, no governo Geisel.
- Oraci Gamba monta o espetáculo Maria Bueno.
- Implantação do Expresso e do sistema de canaleta em Curitiba.

1975

Mundo

- Desenvolvimento das fibras óticas.
- Abre em Los Angeles a primeira loja de computadores.
- Proclamação de independência de Angola.

Brasil

- Brasil assina acordo nuclear com a Alemanha.
- O jornalista Vladimir Herzog morre nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo. Dez mil pessoas participam de culto ecumênico em sua memória.

Paraná

- Paulo Leminski publica Catatau.
- Neve em Curitiba.

1976

Mundo

- Jimmy Carter é eleito nos EUA.

Paraná

- Gazeta do Povo inicia campanha do xisto.

Um empresário em campanha: os ventos da abertura

1977

Mundo

- Fim da proibição da televisão na África do Sul.
- É instalado na Califórnia o primeiro cabo de fibra ótica.
- Invenção do telefone celular.

Brasil

- Raquel de Queiroz se torna a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras.
- Criado o estado de Mato Grosso do Sul.
- Criado o bloco Galo da Madrugada, em Recife.

Paraná

- Roberto Gomes publica Crítica da razão tupiniquim, livro marco da filosofia brasileira no período.
- Domingos Pellegrini ganha o Prêmio Jabuti de Literatura por O homem vermelho.
- Criação da ciclovía em Curitiba.
- Canalização de parte do Rio Belém.

1978

Mundo

- Entra no mercado o computador pessoal Apple II.
- Tropas do Vietnã invadem o Camboja.

Brasil

- Movimento do Custo de Vida reúne 20 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, para protestar contra a política econômica do governo.
- Fim do AI-5, assassinado pelo então presidente Ernesto Geisel.

Paraná

- Cristóvão Tezza publica Gran Circo das Américas.
- Incêndio na Galeria Schaffer.

1979

Mundo

- União Soviética invade o Afeganistão.
- Xá Reza Pahlevi abandona o Irã. Aiatolá Khomeini assume o poder.
- Os sandinistas tiram o ditador Anastasio Somoza do poder na Nicarágua.

Brasil

- General João Batista Figueiredo assume a presidência da República e promete redemocratizar o país.
- Greve do ABC paralisa 160 mil trabalhadores. Luiz Inácio Lula da Silva está entre os dirigentes. No Rio de Janeiro, 300 mil metalúrgicos entram em greve.
- Congresso aprova Lei da Anistia. Exilados começam a voltar ao país.

1980

Mundo

- Começa a Olimpíada de Moscou, na antiga URSS, apresentando o ursinho Misha como mascote. EUA boicotam o evento.

Brasil

- 300 mil metalúrgicos do ABC e 15 cidades do interior de São Paulo entram em greve. Dezesete operários, entre eles Lula, são enquadrados na Lei de Segurança Nacional.
- É criado o Partido dos Trabalhadores, o PT.
- O Papa João Paulo II visita o Brasil.

Paraná

- Visita do Papa João Paulo II a Curitiba.
- A Gazeta dá início à campanha do gasoduto.

1981

Mundo

- Murdoch compra o The Times.
- O Papa João Paulo II sofre atentado em Roma.

Brasil

- Duas bombas explodem durante show em comemoração ao Dia do Trabalhador no Riocentro, Rio de Janeiro.

Paraná

- Cunha Pereira inicia campanha dos royalties de Itaipu.

1982**Mundo**

- Guerra das Malvinas, entre Inglaterra e Argentina.
- Estreia o filme ET - O Extraterrestre, de Steven Spielberg.

Brasil

- Inaugurada a Hidrelétrica de Itaipu.
- Retorno das eleições diretas, com a exceção para presidente.

Berlim, Challenger, Leminski**1983****Mundo**

- Sally Ride torna-se a primeira mulher não-astronauta norte-americana a ir ao espaço como integrante da tripulação de nave Challenger.
- A Compaq lança o seu primeiro microcomputador.
- Salvador Dalí conclui o seu último quadro, The Swallow's Tail.

Brasil

- A TV Manchete é fundada.
- Xuxa Meneghel estreia na TV Manchete com o programa Clube da Criança.

1984**Mundo**

- Lançamento dos Cds nos Estados Unidos.
- Apple lança o computador Macintosh.
- Reino Unido assina tratado inicial de devolução de Hong Kong à China.

Brasil

- O recém-eleito presidente do país, Tancredo Neves, morre antes de tomar posse. Em seu lugar, assume seu vice, José Sarney.
- Fim do regime militar.
- Primeiras eleições diretas para as prefeituras das capitais.

Paraná

- Ney Braga chega à presidência da Itaipu Binacional.
- Campanha Bicho do Paraná no 12.

1986**Mundo**

- Tragédia nuclear de Chernobyl.
- Ônibus espacial norte-americano Challenger explode no ar.

Brasil

- É criado o Plano Cruzado, em uma tentativa de se controlar a inflação. Preços e salários foram congelados e tabelados.

1987**Mundo**

- Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, líderes dos EUA e da URSS, assinam tratado de desarmamento nuclear nos dois países.

- Palestinos promovem a Rebelião das Pedras nos territórios ocupados por Israel na Faixa de Gaza e Cisjordânia.

Brasil

- Acidente radiológico em Goiânia. Contaminação de pessoas por césio quando um aparelho de radioterapia foi desmontado em um ferro-velho.
- Morre Carlos Drummond de Andrade.

Paraná

- Incêndio destrói parte do templo das Musas, na Vila Isabel.
- Campanha da Gazeta contra o estado do Iguaçu.

1988**Mundo**

- Benazir Bhutto toma posse como primeira-ministra do Paquistão e se torna a primeira mulher a ocupar o cargo em um estado muçulmano moderno.

Brasil

- É promulgada a atual Constituição, em grande momento cívico nacional.
- Ayrton Senna torna-se campeão de Fórmula 1 pela primeira vez.
- Morre Abelardo Barbosa, o Chacrinha.

Paraná

- Cristóvão Tezza alcança repercussão nacional com o romance Trapo.

1989**Mundo**

- Queda do Muro de Berlim.
- Massacre na Praça da Paz Celestial, China.
- Fusão da Time Inc. com a Warner Brothers.
- Morre o aiatolá Khomeini.

Brasil

- Primeiras eleições diretas para presidente, com a vitória de Fernando Collor de Mello.

Paraná

- Morre o poeta Paulo Leminski, autor de Catatau.

**Um Jornal na Maturidade:
Nos Tempos de Mandela e de Clinton**

1990**Mundo**

- O Telescópio Espacial Hubble é lançado a espaço.
- Iraque invade o Kuwait.
- Libertação de Nelson Mandela.

Brasil

- Fernando Collor assume a presidência e anuncia o Plano Collor, que determina o congelamento da poupança bancária de boa parte dos brasileiros.
- Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Morre Luís Carlos Prestes.

Paraná

- Gazeta promove campanha contra a fome.

1991

Mundo

- Guerra do Golfo.
- Fim da URSS.
- Declaram-se países independentes: Geórgia, Bielo-Rússia, Azerbaijão, Quirguízia, Usbequistão, Tajiquistão, Armênia, Croácia, Turquemenistão e Cazaquistão.
- Dissolução do Pacto de Varsóvia.

Brasil

- Segunda Visita de João Paulo II.
- Júnia Marise e Marluce Pinto tomam posse como primeiras senadoras brasileiras eleitas no Brasil.

1992

Mundo

- Clinton é eleito presidente dos EUA.
- Bósnia e Herzegovina torna-se independente.

Brasil

- Impeachment do presidente Fernando Collor.
- Chacina do Carandiru, em São Paulo.
- Conferência Rio-92, de meio ambiente.

Paraná

- Paul McCartney se apresenta em Curitiba.
- Primeira edição do Festival de Teatro de Curitiba.

1993

Mundo

- Tchecoslováquia dá origem à República Tcheca e à Eslováquia.
- Frederico de Klerk e Nelson Mandela ganham Nobel da Paz.

1994

Mundo

- Nelson Mandela se torna o primeiro presidente negro da África do Sul.

Brasil

- Ayrton Senna morre em acidente na pista de Ímola, na Itália.
- Início do Plano Real.

1995

Mundo

- Fusão da CNN e Time/Warner.
- Terremoto em Kobe, no Japão, mata seis mil pessoas.
- Um carro-bomba explode num edifício público do Oklahoma, EUA.
- Epidemia de Ebola no Zaire.

1996

Mundo

- Bóris Yeltsin chega à Presidência da Rússia.
- Clonagem da ovelha Dolly.
- Bill Clinton é reeleito presidente dos EUA.

Brasil

- Fokker 100 da TAM cai sobre o bairro do Jabaquara, em São Paulo.

1997

Mundo

- Queda na Bolsa de Valores de Hong Kong.
- Morre a princesa Diana.

Brasil

- Bill Clinton visita o Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro.

1998

Mundo

- Morrem Frank Sinatra e Akira Kurosawa.

Brasil

- Reeleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República.

Paraná

- Gazeta promove campanha por equipamentos no Anfonso Pena.

1999

Mundo

- Tornado atinge Oklahoma, nos Estados Unidos.

2000

Brasil

- Comemorações dos 50 anos do Descobrimento do Brasil.

Um Lugar Chamado World Trade Center

2001

Mundo

- Fusão da Disney e da Fox.
- George W. Bush toma posse nos EUA.
- Estátuas de Budas do Afeganistão são destruídas.
- Atentado terrorista ao World Trade Center, em Nova Iorque.

2002

Mundo

- Independência de Timor Leste.

Brasil

- Lula é eleito presidente do Brasil.
- Canonização de Madre Paulina.

2003

Brasil

- Morre o empresário Roberto Marinho.

2004

Mundo

- Criação do site de relacionamento Orkut.
- Deposição de Jean-Bertrand Aristide, no Haiti.
- Atentado terrorista em Madri.

2005**Mundo**

- Angela Merkel é eleita chanceler da Alemanha.
- Morre João Paulo II. Cardeal Ratzinger se torna Bento XVI.
- Furacão Katrina destrói Nova Orleans.
- O brasileiro Jean Charles de Menezes é morto por policiais em metrô de Londres.

Brasil

- O deputado Roberto Jefferson denuncia escândalo do Mensalão. O ministro da Casa Civil, José Dirceu, pede demissão do cargo.
- Missionária estadunidense, Dorothy Stang é assassinada no Brasil.

Paraná

- Estado abriga COP MOP.

2006**Mundo**

- Nasa lança Sonda New Horizons para Plutão.
- Evo Morales assume presidência da Bolívia. Em seguida, decreta nacionalização dos hidrocarbonetos. Exército boliviano ocupa instalações da Petrobras.
- Fidel Castro delega funções ao irmão, Raul Castro.
- Saddam Hussein é executado.

Brasil

- Sancionada lei Maria da Penha, que pune agressões à mulher.

2007**Mundo**

- Colombianos fazem primeiro protesto contra as Farc.
- Tropas do Reino Unido se retiram da Irlanda do Norte.
- Assinatura do tratado de Lisboa.
- Onda de violência no Quênia mata 150 e fere 300 em um único dia.

Brasil

- Bento XVI visita São Paulo e Aparecida.
- Queda do Airbus A-320, da TAM, no Aeroporto de Congonhas: 199 mortes.

2008**Mundo**

- Em Belgrado, 150 mil protestam contra a independência do Kosovo.
- Raúl Castro é empossado novo presidente de Cuba.
- Tibetanos protestam contra dominação chinesa.
- Ingrid Bettencourt é libertada pelas Farc.
- Rússia invade Ossétia do Sul, na Geórgia.
- Fernando Lugo assume presidência do Paraguai e contesta Tratado de Itaipu.
- Queda da bolsa desencadeia crise econômica mundial.
- Barack Obama é eleito presidente dos Estados Unidos.

Brasil

- Assassinato da menina Isabella Nardoni choca o país.
- Chuvas assolam Vale do Itajaí, em Santa Catarina, deixando uma centena de mortos.